

cadernos do terceiro mundo 24

A independência
do Zimbábue

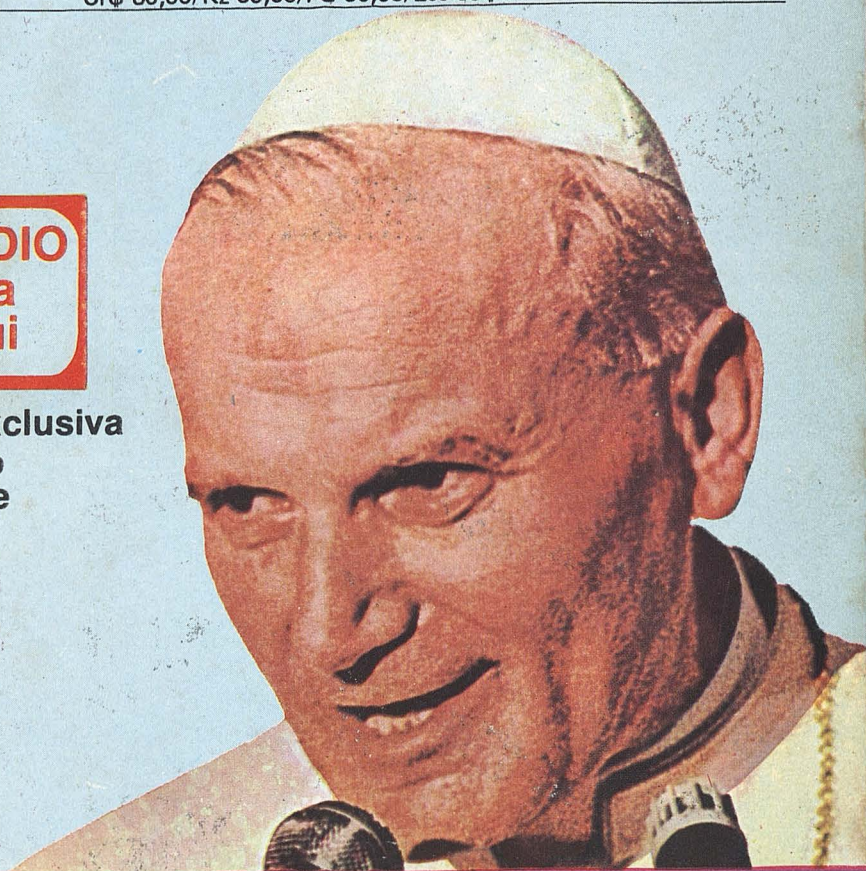
Revista Mensal/Junho 1980

Cr\$ 80,00/Kz 60,00/PG 60,00/Esc 60\$00

ANO 3 Nº 24

ORIENTE MÉDIO
A 3.^a Guerra
começa aqui

Uma entrevista exclusiva
com o Ministro do
Petróleo do Iraque



As viagens do Papa:
Que quer o Vaticano?

MABOR DE MOÇAMBIQUE

tipos de pneus para exportação:

175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "
6.00 - 16 " "	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT 100
6.50 - 16 " "	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC
7.50 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "
9.00 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente
7.50 - 18 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "
8.25 - 20 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER
	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.
	165 SR 15 " "	



Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341

Maputo

telex: 6-488 MABOR MO

telegr. MABOR

telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de
importação e exportação de
produtos pesqueiros, e e.

telex: 6-409 pesca-mo

6-530 pesca-mo

telegrama: Interpescom

caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

Edição Brasileira

Nesta edição

- 3 Carta aos leitores: Pequena história de uma aventura
- 5 Edição andina e Guia do Terceiro Mundo

As viagens do Papa

- 7 Retorno ao tradicionalismo
- 8 O projeto do Papa Wojtila, *Agustin Castagno*
- 11 Igreja Brasileira: Prioridade aos oprimidos, *Pedro A. Ribeiro de Almeida*
- 16 As difíceis relações entre o Estado e a Igreja, *Memélia Moreira*
- 20 A "Questão Religiosa"

Petróleo

- 21 O Preço abaixo do seu valor real, entrevista com o Ministro do Petróleo de Iraque, *Neiva Moreira*

Oriente Médio

- 27 A terceira guerra pode começar aqui, *Mohamed Salem*
- 30 Líbano: Beirute, entre as balas e as butikues, *Beatriz Bissio*
- 34 Nabatieh, do outro lado os canhões israelenses
- 37 Arafat: O sangue vence o aço, entrevista com o Presidente da OLP

América Latina

- 42 Uruguai: A oposição em movimento, *Daniel Waksman Shinca*
Os políticos se organizam, é o grande acordo nacional, entrevista com Ferreira Aldunate, *Diego Achard e Juan Ferreira*
- 52 A convergência democrática
- 53 Especial/ A proposta da Democracia Cristã
- 53 Equador: Hurtado, Ideologia e Política, entrevista com o Vice-presidente equatoriano, *José Steinsleger*
- 57 Venezuela: Uma guinada para a direita, *Alberto Lovera*
- 59 Costa Rica: Os desvios de Carazo, *Victor Gutiérrez*
- 62 El Salvador: Por uma democracia revolucionária, *Roberto Remo*
- 67 Cuba: Os antecedentes do episódio da embaixada peruana, *Luis Rodrigues dos Santos*

África

- 71 Zimbábwe: As fronteiras da liberdade avançam para o sul, *Etevaldo Hipólito*
Das ruínas à libertação, *Nilton Caparelli*
- 77 África Austral: Uma nova Comunidade Econômica
- 80 Moçambique: Samora, "Não se constrói o socialismo com ignorância"
- 88 Libéria: Uma nova libertação?

Ásia

- 92 Índia: O futuro de Indira Gandhi, *M. Venugopala Rao*

Comunicação

- 95 ASIN: um "pool" latinoamericano
- 96 Panorama Tricontinental

Ciência e Tecnologia

- 101 A exportação das "caixas pretas", *Marcos Dantos*

Cultura

- 104 O disco alternativo, *Micaela Ramada*

cadernos do terceiro mundo 24

cadernos do terceiro mundo 24



As viagens do Papa:
Que quer o Vaticano?



Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Editor Geral
Neiva Moreira
Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio
Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro, Juan Somavá, Henri Pease Garcia e Aquino de Bragança

Edições em português

Nº 24/junho/1980

BRASIL

Editor e Editor
Neiva Moreira
Secretário de Redação
Nilton Caparelli
Representantes
Clóvis Sena (Brasília) e Paulo Canabrava Filho (São Paulo)
Auxiliar
David Gomes Araújo (Editor) e Maria Nakano
Publicidade
Jesús Antunes
Administração
Mauro Fernando de Souza
Documentação e Arquivo
Maria Goretti Aline

editora terceiro mundo Ltda. - Rua da Lapa, 180 (subsolo "A") - CEP: 20.021 - Rio de Janeiro (RJ) - Registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, nº 13.200.306.291 - C.G.C. nº 28.876.703/0001-32 - Registro no INPI: Protocolo 013.559 - Assinatura: 12 números, Cr\$ 900,00
Composição: SERTHEL Editora Ltda. - Rua da Lapa, 180/506-507

© ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE, PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor
Altair L. Campos
Administração
Ernesto Pádua
Redação
Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, João Escadinha
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 101/7 - Telefone 32 06 50 Lisboa - 1200
Representações
© Angola
Luís Henrique - Caixa Postal 3593 - Luanda
© Moçambique
Esterlino Hipólito - Rua da Kongora, 153 - Maputo

Edições em espanhol

Editor
Roberto Remo
© MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL, AMÉRICA DO NORTE e CARIBE
Gerente Geral
Germán Cardoso

Editora Periodistas del Tercer Mundo A.C. - Escritorio: calle San Lorenzo, 153, 4º piso - México, 12 D.F. teléfono 559. 30 13 - Correspondencia: Apartado Postal, 20.572 - México, 20, D.F.

© BOLÍVIA, CHILE, COLOMBIA, EQUADOR, PERU e VENEZUELA (Edição Andina)

Publicada por DESCO: Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo
Av. Salaverry, 1945 - Lima, 14 Perú - Teléfono 724 712

Edição em inglês

© ESTADOS UNIDOS, CANADÁ, EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA
NO TERCEIRO MUNDO

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Beffrage

Apartado Postal, 20.572 - México, 20 D.F.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências:
ANGOP (Angola), AIMS (Moçambique), INA (Israel), IPS (Inter Press Service), SHINHATA (Tanzânia),
WAFA (Palestina), e de uma rede de agências dos Países Não-Alinhados.
Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), November (Angola),
Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **CANADA:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLOMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Seminario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sempip Pex 1258. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÃ BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Vía de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Vía Monserrate, 35/6, Roma - Uscita, Banchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARAGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMA:** Librería Cultural Paramaña, S.A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarka, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Diurnal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburgo. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

Pequena história de uma aventura

Entre 5 e 9 de setembro de 1973 reuniu-se em Argel a Quarta Conferência dos Países Não-Alinhados, com a presença de uma centena de delegações, representando mais da metade da humanidade. Para cobrir esse imenso acontecimento, éramos mais de 1.400 jornalistas, circulando pelos corredores e os gabinetes do Palácio das Nações, a uns vinte quilômetros da capital argelina.

Fui enviado de Montevideu, como correspondente do diário oposicionista "Ahora" ("Agora"), onde trabalhava. Na reunião, encontrei outros brasileiros, também exilados, como Paulo Canabrava Filho, do diário "Expresso", de Lima, e João Quartim, de "África & Ásia", de Paris.

A cimeira (este termo é mais usado em Portugal e África) de Argel foi de transcendental importância para o Movimento, ainda mais pela circunstância de que a crise do Chile, com o assassinio do Presidente Allende, ocorreu quando a conferência se realizava.

Poucos dias depois, os egípcios, apoiados por outros exércitos árabes, atravessavam o Canal de Suez, quebrando o mito da invencibilidade de Israel. Apesar da discreção com que os árabes manejam os seus assuntos, era sensível, naqueles dias, que algo se gestava no Mundo Árabe.

Sentia-se também, mesmo com as cautelas tomadas, que um fato importante estava sendo articulado em Argel com relação à guerra em Guiné-Bissau. De fato, iria ocorrer poucos dias depois, a 24 de setembro, nas florestas de Medina do Boé, zona

libertada do país, então em guerra, a proclamação da independência dessa ex-colônia portuguesa. Muitos convidados ao ato histórico saíram diretamente de Argel para aquela região, entrando clandestinamente por Guiné-Conácri.

A conferência foi das mais importantes e, em certo sentido, marcou a consolidação institucional do Movimento dos Não-Alinhados. Apesar disso, era frustrante a cobertura das agências internacionais mais poderosas — United Press, Associated Press, Reuters e France Press — e dos grandes diários do mundo capitalista. Os seus editores se preocupavam mais com os turbantes dos árabes e a escassez dos sanduíches nos bares do Palácio das Nações do que com os fundamentais temas e deliberações do plenário.

Quando, de volta ao Prata, passei pela Europa, verifiquei que muitas pessoas, desinformadas pelos meios de comunicação de massa, sabiam mais das discrepâncias entre Fidel e Kádaří, das medidas para proteger a vida do rei dos Marrocos ou de aspectos anedóticos do grande conclave do que da Conferência em si mesma. Sem falar da América Latina, onde o campo informativo era ainda mais restrito e as notícias mais deturpadas.

Já em Argel havia conversado com jornalistas africanos, árabes e asiáticos sobre essa situação. Discutimos, fundamentalmente, a nossa apatia — dos profissionais da comunicação — frente ao desafio de articular meios para oferecer aos nossos povos uma informação alternativa que fosse verdadeira e confiável.

Ao retornar à América Latina, verifiquei que a ditadura uruguaia

já não permitia qualquer atividade jornalística independente, de cunho progressista. Permaneci, assim, em Buenos Aires, onde durante um ano colaborei em jornais e revistas populares, principalmente no diário "Notícias".

Nesse matutino de grande tiragem encontrei Pablo Piacentini, seu diretor de informação internacional e um excelente jornalista. Foi fácil descobrir que Pablo "curtia" um projeto semelhante ao nosso e decidimos, assim, atuar em conjunto. Duas colegas se juntaram à nossa "empresa": a uruguaia Beatriz Bissio, que trocara a engenharia química pelo jornalismo e se especializara na problemática do Terceiro Mundo e a argentina Júlia Constenla. Júlia já havia passado das revistas femininas em que as receitas de cozinha vinham condimentadas com alguns fermentos dialéticos, para a direção de uma prestigiosa editora, na qual também atuavam intelectuais militantes como Mário Benedetti e Gregório Selser.

Lançamos *Terceiro Mundo* em setembro de 1974, em Buenos Aires. Dirigentes operários, embaixadores, intelectuais, jornalistas, políticos, deram seu apoio àquela aventura quixotesca de um pequeno grupo de jornalistas que pretendia enfrentar, com uma publicação alternativa, o poder das multinacionais da comunicação.

Nossa presença na Argentina foi, no entanto, curta. No Brasil, se diz que alegria de pobre dura pouco. A ditadura endureceu sua repressão. Pablo e Constenla foram forçados a deixar Buenos Aires e, depois deles, não tardou que chegasse nossa vez. A revista já não podia aparecer, apesar (ou

por isso mesmo) dos 16.000 exemplares de circulação.

Desde fevereiro de 1977 estamos no México, onde até agora funcionou a edição básica da revista. Ali já alcançamos o número 38 (a partir do nono de Buenos Aires) e desse país acolhedor e sensível às causas progressistas lançamos três edições internacionais: em português, publicada em Lisboa, a edição em inglês, feita no México e a segunda no idioma espanhol que, a partir de Lima, cobre países do Pacto Andino. Em conjunto, a revista circula em toda a América Latina.

Em português a revista já está no número 24, agora publicada conjuntamente em Lisboa e no Rio de Janeiro, a partir dessa edição. *Cadernos* foi um êxito em Portugal, alcançando tiragens recordes nos países africanos que falam nosso idioma: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Nosso objetivo, além da luta comum que nos irmana com esses países, é estabelecer entre nós, de um lado e outro do Atlântico, novos vínculos de unidade. Naturalmente que não é a unidade colonial nem a neo-colonial, mas aquela que resulta do conhecimento mútuo, da defesa dos valores culturais comuns, mas, sobretudo, da identidade de aspirações e dos propósitos dos nossos povos de transformar sociedades herdadas ou ainda dominadas pelo sistema capitalista.

Globalmente, com esta edição no Brasil, atingimos 120 mil exemplares, circulando — comercialmente ou por assinatura — em 67 países. Com nossa publicação anual, o “Guia do Terceiro Mundo”, que disputa com grande êxito o espaço até agora coberto por almanaques especializados em deturpar a história e colocá-la a serviço dos opressores, formamos um conjunto de publicações, cuja presença é crescente

em muitas partes do mundo. Mestre Darcy Ribeiro, que dispensa apresentação por ser um expoente da cultura mundial, costuma dizer que somos, hoje, uma “transnacional dos pobres”. Não é tanto assim, mas consideramos uma boa receita para as iniciativas progressistas: primeiro, atuar com espírito de empresa e, depois, aproveitar o que for útil, do que nos oferecem a tecnologia e os conhecimentos modernos.

Agora chegamos ao Brasil e isso, por muitos motivos, nos faz alegres embora cautelosamente confiantes. Aí estão ainda as restrições que dificultam o trabalho e o desenvolvimento da imprensa alternativa em nosso país.

No que concerne à edição brasileira desejamos ampliar, na escala das nossas possibilidades, a informação sobre o Terceiro Mundo, com uma análise correta dos fatos. Para isso, colegas associados ao nosso projeto, em mais de 40 países, estão sempre presentes aos acontecimentos. Não é possível continuar à mercê de um sistema de comunicações que condiciona o pensamento de nosso povo e lhe “vende” pacotes informativos parciais ou distorcidos, com interpretações sempre ajustadas aos interesses dos poderosos, sem procurar apresentar a outra cara da moeda.

É importante assinalar o caráter totalmente independente de nosso projeto editorial. Não estamos submetidos a governos, partidos, grupos ou entidades nacionais ou internacionais. Nossos aliados são aqueles que lutam pela emancipação dos povos, por uma sociedade sem opressores e que enfrentam e resistem ao imperialismo, cuja vanguarda operacional, as empresas multinacionais, são bem conhecidas não só no Brasil, como em todo o Terceiro Mundo. Nossos adversários, estejam em qualquer partido, grupo ou associação, seja qual for a sua cor, condição so-

cial ou religião, são os que servem a esse sistema e, portanto, se opõem ao desenvolvimento independente a que aspiramos e a uma transformação das estruturas injustas que o capitalismo criou e agora explora.

No caso brasileiro, como de qualquer outro país do Terceiro Mundo, esperamos ter liberdade de discordar e de aplaudir. Discordar, por exemplo, do apoio que as multinacionais encontram no regime e aplaudir, se é o caso, um voto que, na ONU, apoie a independência da República Saharai ou a evacuação dos territórios palestinos ocupados por Israel.

Nesse contexto esperamos sobreviver às dificuldades e avançar. Seria gratificante se pudessemos atrair a atenção dos jovens para o grande debate dos nossos dias, em torno de uma Nova Ordem Internacional da Informação. Trocando em miúdos, isso não é outra coisa senão a própria comunicação alternativa. No Brasil, diríamos que é o caminho que o notável esforço da imprensa nanica está abrindo, não sem dificuldades e riscos.

Quando analisamos o panorama dos nossos dias, não temos dúvida de que a proposta das forças progressistas é melhor e tem a seu favor o futuro. É mais atrativa e desperta muito apoio. Está, no entanto, bloqueada, perdendo a batalha da comunicação e esse é, sobretudo, para os que trabalham nessa área, o grande desafio da nossa época.

No que nos concerne, vamos continuar dando nossa colaboração ao esforço que, em muitos países de todos os continentes, outras pessoas realizam em favor de uma informação séria e oportuna. Esse trabalho de tantos será o grande instrumento criador de uma consciência contra todo tipo de opressão e em favor da transformação para melhor do mundo em que vivemos.

Neiva Moreira

Edição Andina e Guia do Terceiro Mundo



Na reunião em Lisboa quando foi apresentada a edição em português do Guia do Terceiro Mundo: da esquerda para a direita, o Brigadeiro Charais, o ex-Presidente, General Costa Gomes, o Coronel Pezarat Correia e o major Vasco Lourenço. A exceção do General, todos os membros do Conselho da Revolução e do antigo M.F.A.

Dois novos lançamentos assinalaram a ampliação da nossa rede de publicação: a da Edição Andina, em Lima, e a do Guia do Terceiro Mundo, em português, em Lisboa, Portugal.

A edição Andina é uma reimpressão da nossa edição em espanhol, publicada no México e se destina aos países da área: Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Venezuela, além do Peru.

Essa edição está a cargo de uma prestigiosa instituição peruana, a DESCO (Centro de Estudos y Promoción del Desarrollo), sob a orientação do seu diretor, Henry Pease García. Tão logo conseguirmos superar problemas empresariais e técnicos inerentes a iniciativas desse porte, nossa equipe em Lima projeta lançar, como encarte andino à revista, um suplemento mensal, capaz de refletir os grandes temas de interesse regional.

Outro lançamento da nossa organização foi o Guia do Terceiro Mundo, em português. A tiragem inicial de quase 30 mil exemplares foi rapidamente esgotada, em Portugal e países

africanos de idioma português. Em Lisboa, está sendo lançada uma segunda edição.

O ato de apresentação do Guia reuniu um elevado número de amigos da revista. Além de políticos, jornalistas, dirigentes sindicais, professores, estudantes e outros, a reunião propiciou o reencontro de camaradas do Movimento das Forças Armadas (MFA) que, por um motivo ou outro, estiveram separados ou distanciados (foto). Entre os ausentes, o coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução e o major Otelo Saraiva de Carvalho, um dos chefes do Movimento de Abril, não se encontrando em Portugal, enviaram representantes.

A mesa da grande assembléia foi presidida pelo companheiro secretário de redação da edição de Lisboa. Ele estava acompanhado do nosso diretor Neiva Moreira e da jornalista Beatriz Bissio, da equipe das edições internacionais, e do diretor da empresa distribuidora em Portugal. Beatriz falou em nome de toda a organização e sua equipe.



TAA

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES



As viagens do Papa

Retorno ao tradicionalismo



João XXIII: a renovação. Paulo VI: a conciliação. João Paulo II: quais as tendências do seu projeto?



O projeto do Papa Wojtila

Uma análise da política interna e externa do Vaticano. As posições da Igreja para o Terceiro Mundo. O misticismo, o tradicionalismo, a importância dos velhos dogmas, a aliança com o capitalismo

Augustín Castagno



João Paulo II, um projeto restaurador

Os setores tradicionais e moderados da Igreja Católica que se aliaram na eleição de Karol Wojtila (99 dos 111 membros do colegiado de cardeais votaram nele, segundo revelou o ex-primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti) podem hoje, há quase dois anos da escolha do Pontífice, rejubilar-se por sua opção. João Paulo II, sem dúvida, parece excepcionalmente dotado para executar o projeto restaurador que seus

pares lhe recomendaram implicitamente em outubro de 1978.

Para caracterizar este projeto convém recordar a situação em que se achava a Igreja na época do falecimento de Paulo VI, um papa mediador, uma espécie de árbitro entre as correntes tradicionais e progressistas. Estas últimas haviam encontrado em João XXIII e no Concílio Vaticano II o caminho para expressar nos mais altos níveis hierárquicos suas inquietudes e suas

propostas tendentes à modernização da doutrina e da prática cristã, reconciliando-a com as exigências da sociedade atual.

A partir daí foram propostas com vigor diversas reformas de fundo: abolição do celibato religioso, reconsideração do aborto, igualdade entre os sexos incluindo o acesso da mulher ao sacerdócio, governo colegiado (democratização) de um sistema de decisões do tipo vertical, revisão da condenação do marxismo, além de diversas reformas de cunho teológico, que tanto tocam a natureza do papado como também as hierarquias quanto a fé e a liturgia.

Tais questionamentos afetavam frontalmente a doutrina oficial da Igreja e o seu ordenamento histórico, isto é, atingiam os valores que os tradicionalistas da Cúria Romana protegiam com extremo zelo, apoiados nos setores conservadores e moderados. (As diferenças entre eles em diversos aspectos não impedem uma coincidência de interesses quanto a preservação dos conceitos tradicionais frente a pressão dos progressistas).

Paulo VI, herdeiro deste conflito, temeroso de uma divisão, viveu um papado cheio de angústia. Fez o que pôde para conciliar, arbitrar, mediar, evitar a ruptura. Mas o conflito não foi superado, permaneceu intacto. A sua passagem pelo Vaticano



foi um típico período de transição, caracterizado pela vacilação ante as reformas, a introdução, a negociação de mudanças radicais. Porém, contribuiu para aprofundar alguns problemas — justiça social, paz, teologia do povo de Deus — que os ajudou a amadurecer, sem chegar ao ponto da ruptura. Eles não satisfizeram a ala progressista e, ao mesmo tempo, viram aflorar uma dissidência ultradireitista guiada por Mon-senhor Lefebvre.

Os arquitetos do projeto restaurador encontraram no Papa Wojtila a personalidade carismática perfeita para esta missão: ele é um líder de massas e um estadista. Em alguns aspectos ele é o inverso de Paulo VI. Não um mediador e sim um condutor de um programa próprio. Podemos assinalar algumas características do atual pontífice:

1) Apesar de nunca ter desempenhado tarefas no Vaticano nem na sua diplomacia, controla firmemente a Cúria e a manobra com eficácia para executar seus propósitos. Nisto o auxilia o fato de não ter divergências ideológicas com ela, mas também não se pode deixar de considerar o seu indubitável dom de mando. Essa característica pode ser comprovada pela facilidade com que ele tem conseguido modificar os aspectos formais — basicamente no protocolo — que o impediam de estabelecer o tipo de comunicação com as massas que é próprio do seu estilo. Não obstante, a dificuldade dos prelados do Vaticano em aceitar que o Papa se misture com a multidão, cante com ela e chegue até a fazer brincadeiras, o certo é que a vigorosa personalidade de João Paulo II se impôs e fez a Cúria correr atrás de si com um dinamismo sem precedentes. Assim, alcançou um êxito importante

logo após a assumir o papado em outubro de 1978: a eliminação de uma figura papal afastada do povo. A mudança das formas antigas foi drástica e lhe valeu uma popularidade rápida e ampla.

2) Tudo isso não deve ser confundido com as questões de fundo. O Papa Wojtila está utilizando a sua popularidade para neutralizar os que considera dissidentes (não somente os progressistas, mas também os ultraconservadores) e para afirmar a validade dos dogmas. O exemplo mais evidente desta atitude foi mostrada durante sua viagem aos Estados Unidos. Ali, além de ter reunido a maior concentração de massas da história do país, recebeu a Presidente das Religiões norte-americanas, Tereza Kane, que reivindicou o direito das mulheres a igualdade sacerdotal.

João Paulo II rechaçou categoricamente esta proposta. Assim, apesar da irmã Kane atuar como representante de um setor da Igreja, a imagem pública que se projetou foi a de uma reivindicação marginal, a expressão de uma minoria frente a um Papa aclamado em todo o mundo.

3) O Papa Wojtila, como parte de seu projeto, está buscando uma favorável relação de forças no interior da Igreja, delineando-se assim o grande desafio que os progressistas terão que enfrentar. Apoiando o Papa, personalidades de centro-direita tomaram o controle da CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana), apesar da importância que a corrente modernizadora tem naqueles países. Da mesma forma, freou o clero holandês, um dos mais avançados, e condenou a obra dos teólogos progressistas Edward Schillebeeckx e Hans Kung. Sob o lema de não inovar,

o Vaticano se mobiliza contra a ala avançada, dentro de um programa que tenta silenciá-la. Nesse sentido, pode-se prever que a ofensiva de João Paulo II deverá se acentuar na medida em que cresça a sua autoridade e seu domínio dos poderosos instrumentos a sua disposição.

4) O que poderia chamar-se de política exterior do Pontífice, articula-se baseada numa estratégia que tende a revalorizar o papel da Igreja na sociedade moderna e no mundo. Isto significa, especialmente para este Papa polonês, distinguir e atuar em dois tipos de sociedade: as que seguem o chamado modelo ocidental com amplas liberdades para o culto (com respaldo oficial para o mesmo) e aquelas sociedades socialistas onde a doutrina estatal é o ateísmo.

Dentro desta visão se incluem as visitas do Papa pelo mundo. Wojtila viaja e toma contato direto com os povos na grandiosa intenção de fazer reviver a fé, numa época em que, segundo ele, a maior ameaça é a indiferença ante a religião. Mas é no cenário internacional onde ele aspira obter as maiores vantagens para seu projeto. Quando ele diz que as suas viagens nada têm a ver com a política, que são exclusivamente religiosas, ele se refere concretamente à política do dia a dia. Mas quando formula com precisão e firmeza o que entende por direitos religiosos e os direitos da pessoa humana, segundo a doutrina social da Igreja, entra na esfera da alta política. E mais: ao reunir em torno de si multidões numerosas e entusiasmadas, maiores do que os governos dos países hóspedes podem reunir, está conseguindo os requisitos necessários para uma das aspirações do seu papado: a de ser reconhecido como o



"Mandatário dos Povos", invocando assim uma autoridade superior a dos governos em relação aos direitos religiosos e, conseqüentemente, ao que se desprenderia no plano político. Pode-se afirmar, então, que cada visita do Papa, na medida em que tem êxito, serve para reforçar seu programa de um modo global. Por isso, a sua próxima viagem ao Brasil adquire uma importância especial, pois, segundo estima-se, é ele o maior país católico do planeta.

5) A doutrina social tradicional da Igreja que envolve esse pontífice é uma aparente utopia que pode ser sintetizada no lema "nem capitalismo nem comunismo". Na prática essa palavra de ordem se reduz a aceitação do sistema de meios de produção privados, ou seja, o capitalismo, se bem que reformado, polido de seus aspectos mais odiosos. O papel atribuído à Igreja é cumprir uma obra de humanização e de conciliação de interesses entre patrões e empregados. Surge, portanto, uma série de tarefas que supõem o conseqüente reconhecimento jurídico da Igreja nos planos que reivindicam. Em função deles, em cada país, os católicos aceitam o ordenamento existente se têm uma participação conseqüente ou, caso contrário, lutam para modificá-lo. Assim, João Paulo II não ataca o sistema dentro dos Estados Unidos, mas o fez, seguindo a linha tradicional de sua Igreja nacional, durante a visita a Polônia. Nos países socialistas o que ele busca como parte do seu projeto é uma renegociação do papel da Igreja no que entende que são os direitos naturais e perenes da sua instituição, como a participação direta na educação, ensino da religião, uma imprensa própria, etc. Tenta-se

postular o que tende a se constituir um Estado dentro do Estado, posição inaceitável para os países socialistas, criando-se um antagonismo fundamental, que não ocorre no sistema capitalista liberal do tipo clássico.

6) Neste marco adquire toda a sua relevância a visão dos direitos humanos do Papa, assim como a campanha a nível mundial encabeçada por ele, a fim de garanti-los. Não encaixando dentro desta visão os países socialistas, Wojtila os questiona como violadores dos direitos humanos. E procura situá-los da mesma forma que as ditaduras repressoras. Essa política se identifica com a campanha dos direitos humanos lançada pelo Presidente norte-americano James Carter contra os países socialistas, a qual temos nos referido reiteradamente em **CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**. Ela tenta garantir e fomentar uma posição restauradora nos países socialistas.

Mas se Carter perdeu toda a credibilidade ao consentir a existência de regimes opressores dentro da sua órbita de influência e ressuscitando a política intervencionista em países dependentes, o Vaticano não apresenta essas contradições. Não intervindo na política do dia a dia, o Papa aparece revestido de grande autoridade na matéria, exercendo-a de modo sistemático e resultando num poderoso respaldo indireto para os objetivos gerais formulados por Carter. Na especificidade do poder em escala mundial, que João Paulo II se propõe a obter, ele procura estabelecer a renegociação mencionada nos países socialistas. Mas não se limita ao que ele diz ser os direitos da Igreja Católica em particular: Wojtila inclui também os da religião em geral.

Sua estratégia inclui uma maior unidade com outras Igrejas, a fim de conseguir um amplo consenso e uma grande capacidade de pressão para impor seu programa.

Conclusão: no que se refere a questões internas da Igreja Católica, no que se refere a sociedade, o Papa Wojtila demonstra uma identidade com a linha tradicionalista. Sua singular personalidade lhe permite articular um mecanismo, através do qual seu êxito como pontífice lhe dá maior poder e dota-o de uma crescente autoridade, aplicada com rigor para combater a dissidência, especialmente a progressista.

Se bem que a nível popular a imagem do Papa obtém êxito, o modelo de Igreja que ele reflete não está de acordo com as aspirações de uma grande parte da sociedade moderna. Ao contrário, ao colocar em debate os problemas gerais da sociedade moderna, esta corrente da Igreja fecha a via de ingresso a estratos cada vez mais numerosos. Importantes setores ficam excluídos por essas posições dogmáticas, quando são abordados temas, como o divórcio, o aborto e a poligamia, a qual referiu-se na sua recente viagem à África. O projeto de João Paulo II mostra uma contradição básica: voltar à tradição num mundo em mudança que deseja a evolução é uma contradição que não se resolve por meio da popularidade deste Papa viajante e peregrino. Enquanto a Igreja se negar o caminho da reforma, irá estreitando a sua influência. Assim, o projeto deste Pontífice na medida que seja vitorioso, paradoxalmente resultará adverso ao seu grande desígnio de reanimar e propagar a espiritualidade e a religião. □



Igreja Brasileira: Prioridade aos Oprimidos

A visita do Papa: o risco da manipulação pelas classes dominantes e a possibilidade de um passo atrás

Pedro A. Ribeiro de Oliveira*



O mês de abril de 1980 marca data na História da Igreja Católica do Brasil: sua tomada de posição ao lado dos pobres e oprimidos ganha uma dimensão pública, através de gestos inequívocos. Emprestando um apoio decidido aos operários metalúrgicos do principal centro industrial do País — o ABC paulista — a Igreja marca sua distância face ao regime de Segurança Nacional em vigor e recusa-se a aceitar o papel que o regime pretendeu lhe atribuir, de instituição encarregada exclusivamente da assistência espiritual e social. Em outras palavras, a Igreja recusa-se a aceitar o papel de instância religiosa neutra diante das lutas sociais e deseja assumir um papel ativo nessas lutas, ao lado dos pobres e oprimidos.

Porém, este fato histórico não deve dar lugar a um exagerado otimismo. Um passo importante foi claro, mas não podemos subestimar a importância de alguns setores eclesiais ainda propensos a uma colaboração com as classes dominantes. Para avaliar o compromisso da Igreja com o povo, convém situá-lo numa análise global do aparelho religioso católico no Brasil.

* O autor é sociólogo do Centro de Estatística Religiosa do Rio de Janeiro



O contexto social e político brasileiro

O golpe militar de 1964, instaurando o regime de segurança nacional, veio enfraquecer a sociedade civil já naquela época pouco estruturada. Fechando-se à influência dos intelectuais, dos partidos políticos e da Igreja Católica, o regime militar consolidou-se por meio da tecnocracia e da repressão, sem preocupar-se em ganhar o apoio das classes médias e de setores liberais. A Doutrina de Segurança Nacional, que tem sido usada para legitimar o regime, não conseguiu fazer-se aceita pela sociedade civil, apesar dos esforços para difundi-la através de cursos da Escola Superior de Guerra e dos manuais escolares. Sempre associada à censura e à repressão, a Doutrina de Segurança Nacional só encontrou aceitação nos setores militares e em setores mais conservadores das classes dominantes.

Em relação às massas populares excluídas da participação política e submetida a uma exploração econômica cada vez mais intensa (arrocho salarial, inflação, instabilidade de emprego, supressão do direito de greve, intervenção nos sindicatos, etc.), o regime procurou ganhar legitimidade recorrendo à propaganda desenvolvimentista que prometia grande crescimento econômico para tornar o Brasil uma potência. Porém, o fim do chamado "milagre econômico" veio fazer ruir aquela propaganda, deixando claro que todo o sacrifício exigido das massas populares durante o período de maior crescimento econômico só beneficiou os grandes capitais estrangeiros e nacionais.

É neste contexto social e político que o aparelho religioso

católico assume um papel de primeira grandeza na sociedade civil. Tendo sido prescindido pelo regime de segurança nacional, que só lhe atribuiu o papel restrito de cuidar da salvação das almas e de combater o comunismo, o aparelho religioso voltou-se para as massas populares, onde sua receptividade era grande. Já antes do fechamento do regime o aparelho religioso estava atuando junto ao povo; porém, tal atração se fazia em geral de modo assistencialista: a Igreja procurava não tomar partido nas lutas populares, comportando-se como árbitro nos conflitos sociais e políticos, e buscando minorar os sofrimentos do povo através de suas obras sociais. É a partir do progressivo fechamento do regime, nos últimos anos da década de 60, que a forma de presença do aparelho religioso nas camadas populares sofre uma mudança essencial. Em vez de limitar-se a obras sociais, realizadas para os pobres, a Igreja abre-se à participação do povo, oferecendo-lhe um espaço possível de organização, de modo que o próprio povo, através da Igreja, conquistasse a melhoria de suas condições de vida. Este espaço é o das Comunidades Eclesiais de Base.

As Comunidades Eclesiais de Base

As famosas Comunidades Eclesiais de Base são grupos de cristãos que se organizam para, em conjunto, viverem concretamente sua fé religiosa. Antes de mais nada, tratam-se de grupos eminentemente religiosos. As pessoas que delas fazem parte são católicas que se reúnem para ler e meditar a Bíblia dentro de seu contexto vital, para celebrarem atos de culto religioso e para juntos praticarem o mandamento

da caridade. O que as diferencia das antigas associações religiosas é que a fé cristã que anima seus membros não é uma fé burguesa — a salvação eterna tomada de modo individualista — mas uma fé intimamente ligada à vida dos pobres, que busca o Reino de Deus como uma promessa cuja realização já começa na História.

Assim entendida, a fé cristã das comunidades de base não pode separar a leitura e a meditação da Bíblia da vida concreta dessas mesmas comunidades. O Evangelho não é portanto visto como uma doutrina separada da História, buscando a vida depois da morte, mas sim como uma mensagem de esperança e um guia para construção do Reino de Deus. Conseqüentemente, sua leitura tem que resultar em obras, em gestos concretos. Assim é que, movidas pela mensagem evangélica, as comunidades procuram atuar tendo em vista a transformação das realidades terrenas. Essa atuação é variadíssima. Algumas comunidades ocupam-se da construção de casas para desabrigados; outras, da construção de açudes e pontes; outras, incentivam a participação de seus membros em associações de moradores, em sindicatos ou em outros movimentos populares através dos quais possam conquistar melhorias para a população pobre do campo e da cidade. Dentro deste contexto de ações intimamente ligadas à motivação evangélica, as celebrações religiosas — oração, culto dominical, eucaristia quando vem um sacerdote — ficam isoladas da prática social. As comunidades celebram o seu dia-a-dia, as suas pequenas vitórias, seus problemas e até seus mártires, pedindo a Deus que lhes dê força para se-



guirem na dura caminhada de libertação. Esta íntima associação entre o Evangelho, o culto religioso e a prática social é, em última análise, a característica fundamental das Comunidades de Base.

A origem

Não há dados precisos sobre o número de comunidades eclesiais de base no Brasil; porém, uma estimativa entre 50 e 80 mil parece ser razoável. Sabendo-se que seu aparecimento data de meados dos anos 60, fica claro que sua multiplicação é grande. Como explicar tal fenômeno?

Vejo duas vertentes que convergem para a explicação do vigor das comunidades de base no Brasil. A primeira é uma vertente sociológica. O fechamento da sociedade civil, a partir de 1964, fechamento que é mais intenso nas camadas populares do que nos setores médios, deixou a Igreja como um dos únicos espaços abertos ao povo. É para a igreja que o povo se dirige, quando sente aumentar sua opressão. É lá que ele vai encontrar guarida e apoio para a defesa de seus direitos. Pouco a pouco, o povo começa a ver que a Igreja não é apenas uma instituição de assistência social, mas que há bispos, padres, religiosas e agentes de pastoral que aceitam ser a voz daqueles a quem foi tirada a voz. A solidariedade do aparelho religioso aos pobres e oprimidos vai aproximando o povo dos bispos, padres e agentes de pastoral que se mostram solidários com ele. Este fato — mais do que os pronunciamentos oficiais em favor da justiça e dos direitos humanos, que também são extremamente importantes nesse período — leva setores populares cada vez maiores a descobrir que eles po-

dem e devem ter um espaço na Igreja. Assim, o povo começa a conquistar espaço dentro do aparelho religioso, começa a sentir a Igreja como algo que lhe pertence, que está a seu serviço, do seu lado.

A segunda vertente, é especificamente religiosa. Nos anos 60 a Igreja Católica Universal faz uma profunda revisão de si mesma no Concílio Vaticano II. O Concílio, realizado numa atmosfera de abertura para as novas realidades do mundo, impulsiona um movimento de renovação interna do aparelho religioso. Seus documentos pedem uma renovação na liturgia, na catequese, na forma de presença da Igreja no mundo e até mesmo nas suas estruturas internas, abrindo perspectivas de maior comunhão e participação de leigos. A antiga estrutura do aparelho religioso, calcada sobre as paróquias e a distribuição dos sacramentos, sofre sérias críticas; ao mesmo tempo busca-se uma nova estrutura apoiada em verdadeiras comunidades cristãs, onde os leigos tenham papel ativo e onde os bispos atuem em colegialidade entre si e com seu presbítero. Neste contexto de mudanças internas, aparecem as Comunidades Eclesiais de Base como alternativas às antigas estruturas paroquiais. As primeiras experiências vão revelar serem as Comunidades de Base o campo mais favorável à realização das renovações propugnadas pelo Concílio Vaticano II. Daí a sua multiplicação.

O vigor das Comunidades

A força das Comunidades Eclesiais de Base reside, a meu ver, em dois grandes fatores. O primeiro, é que elas permitem à

Igreja fazer-se efetivamente presente nas grandes massas populares. Dado o pequeno número de padres em relação a quantidade de fiéis — não se pode esquecer que mais de 90% dos brasileiros são batizados, e que a Igreja Católica do Brasil tem pouco mais de 13.000 padres — a Igreja não conseguiria ser atuante junto às grandes massas se não contasse com uma efetiva participação de seus leigos nas bases. Com efeito, a distância entre o clero e a massa de fiéis era um dos problemas mais preocupantes na década de 60: por mais que os bispos e padres se esforçassem para aproximar-se dos fiéis era patente que só um pequeno número de católicos — em geral das classes médias — estava efetivamente ligado à Igreja, enquanto a grande maioria de católicos ficava de fato à margem não só das atividades religiosas como também da orientação da Igreja na sua vida cotidiana. Fazendo-se efetivamente presente nas grandes massas populares, através das Comunidades de Base, o aparelho religioso vê realizar-se aquilo que a antiga estrutura paroquial não conseguiu fazer: uma Igreja presente nas grandes massas, sem deixar de ser uma Igreja de pequenas comunidades de fé, de culto e de caridade.

O segundo fator de vigor das Comunidades Eclesiais de Base é a sua capacidade de promover as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. Com efeito, aquilo que o Concílio propunha como grandes linhas de renovação para a Igreja no mundo atual — a reforma litúrgica, a evangelização, a participação dos leigos, a presença transformadora no mundo, a maturidade da fé — brotou quase espontaneamente da caminhada das Comunidades



de Base. Por sua própria dinâmica — ênfase na evangelização, na participação, na caridade — as Comunidades de Base foram naturalmente concretizando aquilo que havia sido formulado como ideal pelo Concílio Vaticano II. Evidentemente, entre tantas experiências, houve fracassos, desvios e erros, em geral devidos a radicalismos de agentes de pastoral. Porém, é fora de dúvida que o balanço geral das Comunidades de Base tem apresentado resultados altamente positivos em relação à proposta de renovação trazida pelo Concílio Vaticano II. A aliança entre o povo e o aparelho religioso tem sido portanto benéfica não só para o movimento popular, mas também para o próprio aparelho religioso, que com ela recobrou nova vida e nova força.

O aparelho religioso e os movimentos populares

Até aqui a análise focalizou as Comunidades Eclesiais de Base, por serem elas o ponto de encontro entre a Igreja e as massas populares. Porém, como foi dito, as Comunidades de Base são grupos religiosos, cuja função para os movimentos populares é indireta. Ainda que, em determinadas circunstâncias, as comunidades assumam um papel direto em movimentos populares, não são elas que conduzem normalmente os movimentos populares. As Comunidades motivam e mobilizam seus membros para participarem de movimentos populares, mas os condutos próprios dos movimentos populares são outros: associações de moradores, sindicatos, movimento contra o custo de vida, oposição sindical, associações profissionais e, mais recentemente, partidos políticos. É nesses condutos que atuam os membros das Comunidades de



A Basílica de Aparecida do Norte, em São Paulo

Base, muitas vezes junto com pessoas sem qualquer vinculação com as Comunidades Eclesiais de Base, inclusive não-cristãos. A Igreja estimula esta participação dos fiéis nos movimentos populares, posto que através deles o povo luta para construir uma sociedade justa e fraterna; mas os movimentos populares tem sua autonomia própria, não sendo — nem podendo ser — movimentos confessionais. Entretanto, para acompanhar esses movimentos populares, o aparelho religioso tem criado organismos pastorais que não substituem os condutos

próprios dos movimentos populares mas que funcionam para apoiá-los. Assim é que surgiram a Pastoral da Terra — que acompanha a luta dos lavradores pela terra — a Pastoral Operária, o Conselho Indigenista Missionário — que acompanha a luta dos indígenas por sua sobrevivência — e inúmeros jornais que procuram suprir os movimentos populares com informações e análises da realidade. Tais organismos pastorais têm sido de grande valor para os movimentos populares, especialmente nos momentos de repressão mais intensa, sendo por isso mesmo um dos alvos dos ataques das forças mais conservadoras contra a Igreja.

As tensões internas ao aparelho religioso

Se é certo que a Igreja deu um passo irreversível em sua opção pelos pobres e oprimidos, é certo também que tal passo não foi dado sem provocar tensões internas ao aparelho religioso. Na realidade, existem ainda setores do aparelho religioso que resistem a esta opção e que consideram a Igreja como uma instância acima das lutas sociais e ideológicas. Tais setores ainda seriam propensos a uma colaboração com as classes dominantes, desde que fossem introduzidas algumas correções no sistema social e econômico vigente (melhor distribuição de renda, diminuição da repressão, correção dos excessos do capitalismo, mais serviços de assistência aos marginalizados, democratização do regime) e que a influência da Igreja fosse reconhecida pelos poderes públicos. Tudo leva a crer que um largo setor do aparelho religioso estaria inclinado a apoiar um projeto social e político reformista, caso fosse introduzidas correções no “modelo brasi-



leiro" de desenvolvimento capitalista.

Tais setores, que hoje emprestam seu apoio à áreas mais comprometidas com as classes dominadas (talvez devido ao descrédito em que caiu o regime de segurança nacional), talvez preferissem ver a Igreja afastada dos movimentos populares e mais concentrada em atividade religiosas voltadas para a salvação das almas. Talvez temerosos em enfrentar as mudanças internas do aparelho religioso, eles buscam uma segurança naquelas atividades que há longo tempo vêm sendo desempenhadas pela Igreja: a catequese, a distribuição dos sacramentos, a posição de árbitro nos conflitos sociais. Esses setores parecem contar com um apoio externo importante (certamente na esfera da CELAM, e talvez na própria Santa Sé), e com o apoio das classes dominantes, que receiam ver a instituição reforçando os movimentos populares de transformação social. Ainda suscetíveis à chamada "ameaça comunista", esses setores são sensíveis a tudo quanto, no processo de renovação desencadeado pelo Concílio Vaticano II, pareça conter riscos de desvios dogmáticos ou disciplinares. Daí podermos constatar uma tensão latente no interior do aparelho religioso, tensão ocultada pela necessidade de manter-se a unidade da Igreja num momento em que ela passa por uma crise interna de crescimento, mas que pode vir a ser ativada pelas classes dominantes.

Há risco de um retrocesso?

Terminando esta análise da situação da Igreja no Brasil, é inevitável colocar-se a pergunta sobre as possibilidades de um passo para trás. É certo que a opção da

Igreja pelos pobres e oprimidos está desagradando as classes dominantes, e está atraindo contra ela uma forte pressão. Já o relatório Rockefeller aponta a Igreja na América Latina como um dos principais adversários do imperialismo capitalista. Pensar que a Igreja poderá avançar em sua caminhada com os pobres e oprimidos sem sofrer perseguições por parte das classes dominantes seria, no mínimo, ingenuidade. Os atuais editoriais da grande imprensa, no Brasil, são sintomas do desagrado que a opção pelos pobres está causando entre as classes dirigentes. A impressão que se tem é de que as classes dominantes procuram, por diversos meios, criar um clima de tensão para a visita do Papa ao Brasil, em julho.

Criando tensões — tensão entre Governo e Igreja, entre a chamada Igreja popular e a Igreja tradicional, entre cristãos progressistas e cristãos conservadores, entre a Teologia da Libertação e a Teologia Clássica — os órgãos de opinião pública controlados pelas classes dominantes levariam o Papa a tomar uma posição moderada e moderadora, capaz de frear a atual caminhada da Igreja Católica no Brasil. Este risco não é uma simples hipótese.

Dado o fato de vir o Papa João Paulo II de um contexto social e político bastante diferente do contexto brasileiro, ele poderia ser levado a uma interpretação parcial da realidade religiosa do país. O Papa tem no seu horizonte uma realidade de secularização e de ameaça de ateísmo e, por isso, preocupa-se em reafirmar a identidade do Catolicismo (daí o seu apego aos símbolos tradicionais da fé católica, como o uso de vestes clericais, o gosto pelo latim, as celebrações religiosas de massa, o clero segre-

gado das coisas profanas e tudo o que realça o Catolicismo Romano em sua identidade própria). Ora, esta preocupação do Papa em salvaguardar a identidade católica poderia ser manipulada pelos meios de comunicação — e até mesmo pelos setores conservadores do aparelho religioso — para contrapor a sua expressão do catolicismo às expressões inseridas no contexto brasileiro e latino-americano. Com efeito, o contexto histórico da Igreja Católica do Brasil não é de ateísmo e secularização, mas sim o contexto da exploração capitalista exacerbada onde o povo católico busca, através da fé cristã, um caminho de libertação. Se aqui a Igreja relegou a plano secundário os símbolos de sua identidade é porque ela põe em primeiro plano a necessidade de uma prática social que testemunhe sua condição de portadora do Evangelho. É colaborando com os pobres e oprimidos em suas lutas pela terra, pela liberdade sindical, pelos direitos humanos, pela justiça enfim, mais do que por meio dos sinais exteriores, que a Igreja está se identificando como evangelizadora no contexto brasileiro.

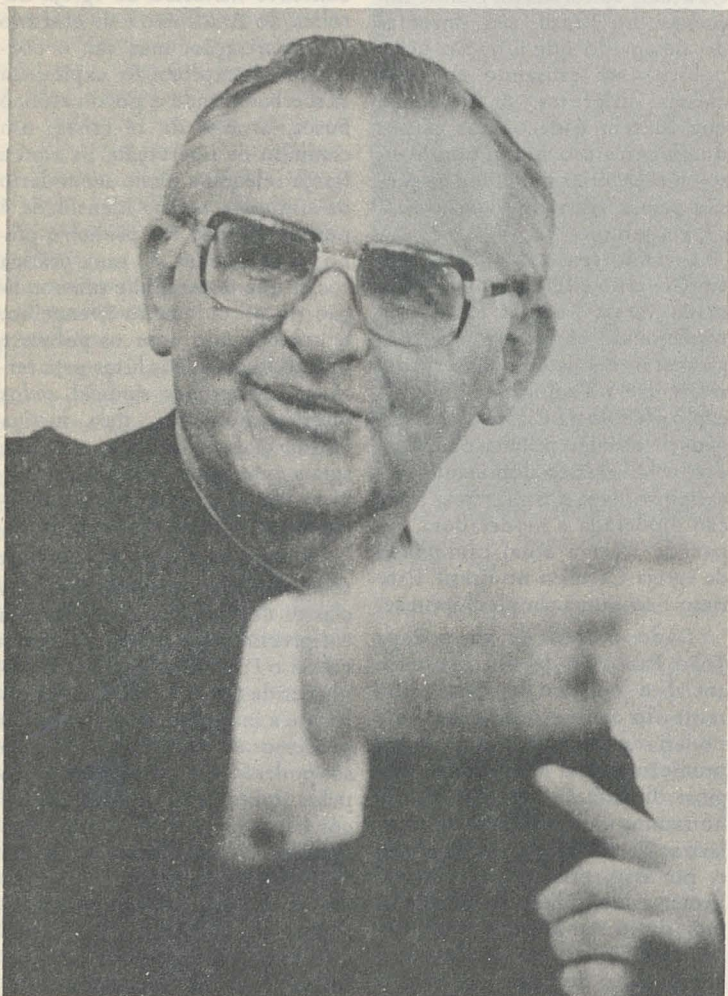
A visita do Papa corre portanto o risco de manipulação pelas classes dominantes e seus aliados e é preciso estar atento a este risco. Se o Papa tiver ocasião de conhecer de perto a realidade brasileira e a inserção da Igreja no seu processo de transformação, ele só poderá reforçar a sua opção pelos pobres e oprimidos. Se, ao contrário, lhe for passada uma imagem parcial desta realidade, sua visita poderá abrir caminho a um retrocesso bem ao gosto das classes dominantes: uma Igreja distanciada do processo de transformação social e mais preocupada em realçar sua identidade tradicional. □



As difíceis relações entre o Estado e a Igreja

A partir da instalação do atual regime, os choques contínuos foram evoluindo para episódios de verdadeira confrontação. A liberdade, os direitos humanos e o problema da terra são os pontos críticos desse conflito

Memélia Moreira (*)



Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo

N a história recente da Igreja, a partir do final da década de 60, há pequenos exemplos de que a presença no campo político desta instituição milenar era apenas "tolerada" pelo Estado. Os detentores do Poder consideravam que não era uma participação generalizada, mas sim, apenas algumas manifestações classificadas como "políticas", de poucos bispos, entre eles Dom Hélder Câmara, bispo de Recife e Olinda (Pernambuco); Dom Antonio Fragoso, bispo de Cratêus (Ceará); Dom Edmilson Cruz, bispo auxiliar de São Luís (Maranhão).

O mesmo não se pode dizer dos religiosos que já mantinham uma ativa participação e que só se tornou conhecida do grande público com as prisões dos dominicanos, entre eles frei Beto e frei Tito, no final dos anos 60.

A luta contra a tortura

Foi a partir desse fato e da tortura imposta a esses religiosos que as relações da Igreja com o regime instalado no Brasil em 1964 começam a sofrer sérios arranhões. A Igreja, denunciando a tortura de seus membros, desnuda também uma reali-

(*) A autora é jornalista da Folha de São Paulo, em Brasília, especializada em assuntos da Igreja.



dade até então desconhecida: a tortura dos presos políticos no Brasil.

Em 1971, durante a reunião da assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi publicada uma declaração sobre a tortura. A confrontação tornou-se aguda e o então ministro da Justiça do governo do general Médici, Alfredo Buzaid, fez declarações que demonstraram a sua contrariedade pelas informações dadas pela CNBB.

Mas até então os desentendimentos eram isolados, as queixas e os ataques oficiais dirigiam-se contra um ou outro bispo e alguns religiosos. Não havia um consenso por parte do Estado e nem por parte da Igreja de que as duas instituições se opunham politicamente, fato este que só veio explodir na última semana de abril, com as declarações de que

“a CNBB não é a Igreja”. Esta incompatibilidade, embora latente, não era declarada em documentos.

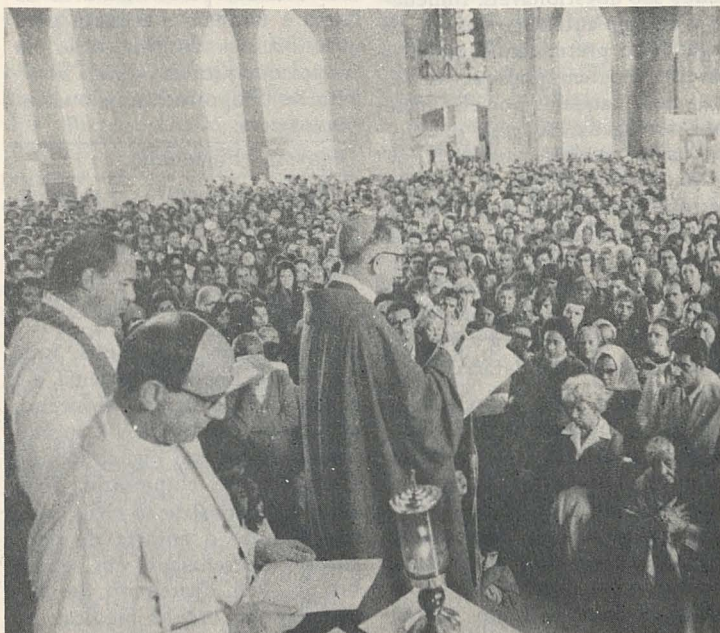
Ainda dentro dos “fatos isolados”, houve o célebre diálogo entre Alfredo Buzaid e dom Aloísio Lorscheider, ocorrido no final de 1971. O ministro da Justiça, acompanhado por seus batedores e homens da segurança, entrou no palácio arquidiocesiano São Joaquim, no Rio de Janeiro, ameaçando “fechar a CNBB” caso o cardeal Arns, arcebispo de São Paulo, continuasse a fazer denúncias sobre torturas. Dom Aloísio mostrou então ao ministro que a CNBB “só poderia ser fechada pelo Vaticano e que nenhum poder político tem condições de paralisar as atividades da Igreja.” Na ocasião D. Aloísio Lorscheider, bispo de Fortaleza (Ceará), cumpria seu primeiro mandato frente à Conferência dos Bispos do Brasil.

No período Geisel

Foi no governo Geisel que as comportas se abriram. O que era classificado como reações “isoladas” passou a ser um ataque sistemático. De um lado o Estado usando seu aparelho repressivo, do outro a Igreja trabalhando ativamente no campo e no meio urbano, através de suas Comunidades Eclesiais de Base. Estas comunidades fornecem a matéria-prima necessária para a elaboração dos documentos da Igreja que tanto desagradaram o governo.

Alguns dos incidentes mais sérios contra os representantes da Igreja ocorreram na época de Geisel. Primeiro, a campanha contra o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, que substituíra o padre Francisco Jentel numa das prelazias onde ocorrem os mais graves conflitos de terra no Estado de Mato Grosso. Depois, o seqüestro de dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ) e o assassinato dos missionários João Bosco Penido Burnier e Rudolf Lunkenbeim, em Mato Grosso. Além disso, houve a prisão e tortura do padre Florentino Maboni, em Conceição do Araguaia (Pará), e o indiciamento do bispo de Conceição, dom Estevão Avelar.

Estes incidentes deixaram claro o sério atrito entre Igreja e Estado que não podiam mais se esconder através de declarações formais que afirmavam que os problemas não afetavam o diálogo. É importante lembrar que nenhum dos implicados nas mortes, seqüestros ou torturas dos religiosos sofreu qualquer punição. Tanto o fazendeiro João Mineiro, que em julho de 1976 matou o padre Rudolf, como o cabo da polícia militar de Mato Grosso, Ezy Feitosa, assassino



A missa em idiomas nacionais e com uma liturgia mais acessível ao povo atraiu mais gente às igrejas



do padre Burnier, encontram-se em liberdade.

Sobre o conceito de Segurança Nacional

Enquanto as divergências podiam ser explicadas como "fatos isolados" tudo correu dentro de um clima de cordialidade. Em 1977, no entanto, a Igreja, através da CNBB, em sua reunião de Itaici, São Paulo, lança o primeiro de uma série de documentos com a radiografia do Brasil.

Numa época em que se discutia as eleições diretas para a escolha dos governadores e presidência da República e logo depois do "pacote de abril" (medidas restritivas tanto no campo político como econômico), os bispos, em assembléia, publicam o documento "Exigências cristãs de uma Ordem Política", fundamentando estas exigências na maior participação dos cristãos dentro da vida política do país. Exatamente quando o presidente Geisel instituiu a figura do senador "indireto", ou seja, não escolhido pelo povo, popularmente conhecidos como "biônicos", os bispos afirmavam: "estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e econômico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para sua participação ativa e consciente na ordem política. Por sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa".

O documento, dividido em 14 capítulos, trata da liberdade e segurança; dos regimes de exceção; da marginalização como negação do bem comum, etc., mas é no capítulo "segurança e liberdade"

que as críticas são duras. Publicamente o documento contesta a política de Segurança Nacional afirmando que "a Igreja não contesta o direito de o estado moderno elaborar uma política de Segurança Nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segurança define seus objetivos através do exercício de participação nacional, quando, enfim, a segurança vem a corresponder plenamente aos imperativos da ordem política e da ordem social".

A crítica contra o modelo político adotado no Brasil é fundamentada na encíclica "Octogésima Adveniat" que diz: "diversos modelos de uma sociedade democrática já foram experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente e a busca continua" (Oct. Adv., Nr. 24). Partindo desta Encíclica, o documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política" afirma ainda: "nenhum modelo é perfeito ou definitivo, por isso, todos são questionáveis. Impedese o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indebita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a se constituir a própria razão de ser de um Estado".

Não havia mais o que esconder. Este documento não vinha de uma parte do clero. Ele foi votado por unanimidade na reunião de Itaici em 1977, ou seja, pelo conjunto do Episcopado brasileiro. Mesmo os bispos mais conservadores, entre eles o de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, desaprovavam a "menina

dos olhos" do governo brasileiro, que é seu modelo político e econômico. Houve reações, principalmente por parte dos comandantes dos exércitos, entre eles o general Reynaldo Tavares.

Poucos aceitavam a declaração formal da Igreja contra o modelo e sua firme decisão na tarefa de participar para transformá-lo. E se irritavam com os religiosos que argumentavam: "a correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo", como se lê no texto número 24 do capítulo "A Marginalização como Negação do Bem-Comum".

O final do governo Geisel foi marcado pelas caminhadas quase semanais de dom Ivo Lorscheiter, na época Secretário-Geral da CNBB, ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Ele buscava uma resposta do governo às agressões sofridas pelos membros da Igreja e também a solução para uma decisão do Ministério da Justiça que proibia a Igreja brasileira de "importar" missionários estrangeiros.

O governo Figueiredo

Simultaneamente, o candidato João Baptista Figueiredo tentava uma aproximação com a CNBB, seguindo um comportamento já comum dos dois outros postulantes à presidência da República: Magalhães Pinto, uma dissidência liberal do sistema, e o general Euler Bentes Monteiro, candidato da oposição. A aproximação do general Figueiredo, facilitada pelo empresário João Fortes, da construção civil, ocorreu durante o enfarte de dom Aloísio Lorscheider, em setembro de 1978. Figueiredo, desobedecendo às ordens médicas do centro de terapia intensiva do



hospital da base de Brasília, visita dom Aloísio, sob os protestos de seu primo dom Ivo Lorscheiter, eleito seis meses depois presidente da CNBB.

De qualquer forma o candidato Figueiredo atingira seus objetivos, marcando uma nova etapa nas relações Igreja-Estado. Na época, discutia-se como seriam os entendimentos entre os dois. Optou-se por um relacionamento direto, isto é, a cúpula da CNBB negociaria diretamente com o Palácio do Planalto (sede do Governo federal em Brasília) e não através do Ministério da Justiça.

Mas durou pouco o namoro. Cinco meses depois da posse de Figueiredo a CNBB divulga mais um documento: "Subsídios para uma Política Social" onde analisa o desenvolvimento brasileiro, as conseqüências da política econômica, o que se espera de uma nova política e, como conclusão, referências ao documento de Itaici, "Exigências Cristãs de uma Ordem Política."

"Subsídios para uma Política Social" vinha reforçado pela posição assumida na Conferência dos Bispos Latino-americanos (México), e observava que "uma política calcada sobre bases sociais injustas, para continuar a funcionar procura manter essas mesmas estruturas". Analisando a proposta de abertura, os bispos afirmam ainda que esta mesma política "já agora sob a pressão dos dinamismos liberados pela abertura política e pela maior organização e capacidade de luta de setores populares, obriga as autoridades responsáveis, em vez de se anteciparem às reivindicações, a partir de uma revisão da própria política, a capitular ante às exigências dos setores sociais mais conscientes, mais explorados ou mais organizados. Correm assim o risco de

procurar uma aparente paz social ao preço de concessões cada vez mais contraditórias da lógica da política."

Este documento provocou críticas não apenas nos setores governamentais como também nas lideranças políticas do governo, sem obter uma resposta das lideranças políticas da oposição. Ele apenas preparava o que seria o mais contundente dos documentos de Itaici, "A Igreja e os Problemas da Terra", aprovado pelos bispos na Assembléia de 1980.

O problema da terra

Acompanhada com interesse pelo poder central, a Assembléia de Itaici de 1980 não poupou críticas ao mais sério problema brasileiro, que é a questão fundiária. Logo na sua introdução, o documento informa: "este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre a agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária".

Acusando diretamente o modelo político a serviço da grande empresa, os bispos afirmam que "a política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar". Com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Incra (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e, principalmente, da ativa Comissão Pastoral da Terra, a CNBB condena formalmente a concentração da terra e seus recursos como concentração do poder e diferencia a terra de exploração da terra de trabalho.

Esta diferenciação foi a gota d'água. Até agora, quatro meses

depois, poucos são os setores do poder e de apoio ao poder que conseguiram engulir a distinção feita. Para os bispos, a terra de exploração é condenável porque "é a terra que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, quanto da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade".

Com isso, a Igreja se dispõe também a fazer uma distribuição de suas terras, cujo montante em todo país é de 178 mil hectares ou seja, 38 mil mais que a Volkswagen, 300 mil menos que a empresa Andrade Gutierrez e dez vezes menos que o projeto Jari (imensa extensão de terra na Amazônia, que pertence ao norte-americano Ludwig e que ameaça seriamente a soberania nacional, sob a proteção do governo brasileiro), mas que provoca críticas do governo e dos grandes proprietários.

Este documento e a ativa participação e apoio da Igreja durante a greve dos metalúrgicos teve uma resposta: o presidente Figueiredo, pessoalmente, atacou a CNBB, representante legítima da Igreja no Brasil e acusou o cardeal Arns de agitador. Este ataque e o encontro do presidente da Conferência dos Bispos do Brasil com o ministro Golbery do Couto e Silva, Chefe do Gabinete Civil (classificado por assessores da CNBB como um encontro "duro") deixaram um saldo: a Igreja brasileira e o regime do país são "cordiais adversários, cuja convivência só é possível graças ao conhecimento da força de cada um". □



A “Questão Religiosa”

A Igreja e o Estado no Brasil já viveram momentos de muita tensão no passado. Basta lembrar-nos da “Questão Religiosa” no Império, um episódio histórico, de acirrada disputa entre as duas instituições, sem vencedores ou vencidos: se por um lado os Bispos de Olinda, Dom Vital Gonçalves de Oliveira, e o de Belém, Dom Antônio Macedo, acabaram processados e presos, por outro o fato foi considerado como decisivo para a precipitação da queda do Império.

Tudo começou com a perseguição movida pelos bispos contra católicos maçônicos, uma conciliação inaceitável pelos religiosos mais conservadores da época. A princípio exigiu-se o rompimento dos católicos maçons com a maçonaria. Mas diante da reação da irmandade, os bispos radicalizaram: excomunião para os maçons. Inicia-se assim um expurgo nas confrarias religiosas de suas dioceses.

Mas por que tão duras sanções contra os maçons? Formados na Europa, Dom Vital e Dom Antônio levaram muito a sério o ultramontanismo, movimento iniciado pelo Papa Pio XII, que fazia restrições ao liberalismo do século XIX, doutrina revolucionária que discutia, entre outras coisas, a questão da infalibilidade papal. Identificados com o Concílio de 1848 e com as determinações do Vaticano — “combater com a fé e a disciplina as liberdades modernas” —, os bispos brasileiros resolveram impor com energia as suas verdades.

A questão toma vulto bem maior do que uma simples disputa ideológica pelo envolvimento

social da Igreja nas instituições brasileiras: cabia a ela o registro e o casamento civil, a administração dos cemitérios e somente católicos poderiam exercer o magistério nas escolas superiores, ocupar cargos públicos e ter mandatos parlamentares. A situação se agrava com a proibição, em 25 de março de 1873, por parte de Dom Antônio Macedo e Dom Vital Gonçalves, dos maçons participarem das irmandades religiosas, de receberem sacramentos e serem sepultados em cemitérios eclesiásticos. A decisão dos bispos atinge a sociedade de uma maneira geral, restringindo as liberdades públicas, área de competência exclusiva do Imperador.

O Conselho de Estado dá um prazo de um mês para que a proibição seja revogada, mas os bispos assumem uma postura inflexível. Uma missão brasileira vai ao Vaticano, chefiada pelo Barão de Penedo, e tenta resolver o impasse por meios diplomáticos, apesar do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Caravelas, considerar decidida a resolução do incidente através das leis brasileiras.

No entanto, a missão é obrigada a interromper as negociações com o Vaticano, pelo acirramento da questão no Brasil: os bispos são presos e, posteriormente, condenados a quatro anos de prisão, acusados de fazerem “guerra formal ao Governo Imperial, ao Código Criminal e à Constituição política”. Alguns anos depois, era proclamada a República.

Entre as posições da Igreja do tempo da “Questão Religiosa” e a

de hoje há profundas diferenças que marcam, de maneira nítida, sua evolução e ajustamento às aspirações do povo.

A atitude da maioria do clero (distante, naturalmente, do pensamento de um velho expoente da Igreja conservadora e tradicionalista, como d. Vicente Scherer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul) tem sido objeto de fortes críticas em setores do poder. Uma dessas críticas foi feita através de uma entrevista a uma estação do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, pelo líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho. Disse ele que as posições políticas assumidas pela Igreja, no Brasil, “passam a se constituir, hoje, no problema número um entre os problemas políticos brasileiros, pois corremos o risco muito grande de uma nova “Questão Religiosa”, o que seria desastroso para nós.”

Acrescentou o senador Passarinho: “O problema crucial é saber se a Igreja, hoje, repudia Partidos como o meu (Partido Democrático Social, do Governo), como o Partido Popular (liderado pelos senadores liberais Magalhães Pinto e Tancredo Neves) e só teria então capacidade de se unir ao PT (Partido dos Trabalhadores, liderado pelo líder metalúrgico Luís Ignácio da Silva, Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, São Paulo, preso em plena greve de sua classe) ou, talvez, com um Partido socialista que viesse a ser liderado pelo ex-Governador Leonel Brizola. Neste caso, a Igreja toma posição temporal clássica e política.”

O preço abaixo do seu valor real

*"O preço não é justo", declarou o Ministro do Petróleo do Iraque.
O controle da refinação é a etapa atual da luta contra os monopólios*

Neiva Moreira



O Ministro Tayeh Abdul Karim e o nosso diretor Neiva Moreira

O Ministro do Petróleo do Iraque, Tayeh Abdul Karim, acha que o preço do petróleo não é justo e não representa seu verdadeiro valor. Apesar de estar contra "os saltos muito altos", não aceita o congelamento de preços. Ele afirma que a luta contra os monopólios petrolíferos se concentra agora no controle das refinarias.

Numa entrevista exclusiva a "Cadernos do Terceiro Mundo", concedida no seu gabinete de trabalho em Bagdá, Tayeh Abdul Karim considera que os negócios feitos de governo a governo permitem eliminar o lucro do intermediário e vê de maneira positiva o tipo de relação que o Iraque estabeleceu com a Petrobrás.

Ministro, poderia explicar quais são as principais definições da política petrolífera do Iraque?

— Em linhas gerais, a política do Iraque em relação ao petróleo está ligada a limitação da produção e a adoção de medidas completamente diferentes daquelas seguidas pelos grandes monopólios. Antes da nacionalização, as empresas multinacionais extraíam o petróleo iraquiano de acordo com a demanda do mercado mundial. Esse mercado, por sua vez, está controlado e dominado pelos monopólios multinacionais, que não levam em conta os interesses dos povos nem os dos produtores. Mas agora, depois do grande passo que significou a nacionalização, nossos negócios estão limitados e relacionados com as necessidades de planificação e desenvolvimento do nosso país e do nosso povo, assim como dos povos irmãos. Nossa obrigação em relação aos países amigos é dar-lhes créditos

em boas condições e certas facilidades.

A política de produção também está condicionada pelo mercado. O Iraque, como membro da OPEP, faz tudo o que está ao seu alcance para atender as necessidades de desenvolvimento de todos os países pobres, coordenando as suas ações com os outros membros e criando uma espécie de equilíbrio entre a oferta e a procura, para evitar os excessos de produção. No entanto, a nossa política petrolífera depende, na verdade, de um elemento mais importante: o incremento da industrialização do nosso petróleo cru. Ou seja, a expansão dessa indústria por meio do aumento da capacidade das refinarias e o incremento da indústria petroquímica. A nossa intenção é resguardar a nossa matéria-prima para que dela desfrutem as gerações futuras. O Presidente Saddam Hussein disse que dos dois últimos barris de petróleo produzidos no mundo um tem que ser iraquiano.

— Considera superadas as dificuldades do período de nacionalização?

— Nós não enfrentamos dificuldades muito sérias depois da nacionalização. Temos bons quadros técnicos e nosso povo estava pronto para apoiar o governo até que se alcançasse com êxito as metas planejadas. O período entre a decisão de nacionalizar e o êxito da nacionalização foi muito curto. Em menos de nove meses controlamos a situação. Tivemos decisão e estávamos inclusive preparados para viver sem petróleo dois ou três anos. De modo que preparamos nossa economia, nossos orçamentos, para viver sem as divisas geradas pelo petróleo cru. Estávamos preparados para enfrentar sozinhos a si-

tuação. No entanto, muito rapidamente as companhias se renderam.

E que definições foram adotadas para a comercialização?

— Em relação ao marketing, nos preparamos para tratar diretamente, sem intermediários, com nossos clientes. De governo a governo ou de governo à empresa nacional. E isto porque nós vinculamos a exportação de petróleo à política global do Estado, incluindo, obviamente, as relações políticas.

Alcançar o valor real do petróleo

Qual é a política do Iraque em relação aos preços?

— Em curto prazo, nossa política foi de manter os preços fixados pela OPEP. No entanto, ao mesmo tempo, tentamos proteger nossa receita em relação a desvalorização do dólar e aos altos índices da inflação internacional. Ou pelo menos reduzir ao mínimo o impacto desses fatores. A longo prazo, a nossa política é alcançar o valor real do petróleo, que é um bem não renovável, e complementá-lo com o desenvolvimento de outras fontes de energia. Atualmente, as fontes alternativas — e eu me refiro as mais baratas — estão custando entre 42 a 45 dólares por barril, ou seja, o preço do petróleo ainda está muito abaixo delas.

— Se o sol é para vocês uma fonte alternativa de energia, aqui no Iraque não há porque preocupar-se...

— É verdade. Eu as vezes brinco com os jornalistas dos países ocidentais dizendo que eles estão tentando usar a energia solar como fonte alternativa, mas que nós também temos sol e antes que eles possam imaginar

nós fundaremos o OSEC (Organization of Sun Exporters Countries = Organização dos Países Exportadores de Sol).

De que forma se daria esse aumento do preço do petróleo para se alcançar o seu justo valor?



Karim: o petróleo contra a agressão.

— Nós desejamos alcançar o verdadeiro valor do petróleo não de uma só vez, mas através de aumentos graduais, levando em conta o índice de inflação e o índice de desvalorização do dólar.

Poderia dizer-nos em quanto estão os índices de inflação e de desvalorização do dólar em relação ao preço do petróleo?

— A inflação e a flutuação do dólar norte-americano representam para nós uma perda de aproximadamente 30 a 35 por cento na nossa receita petrolífera. Além disso, para o desenvolvimento de outras fontes de energia o combustível está custando 40 dólares o barril, (petróleo cru). E apesar de todos os aumentos feitos até agora, o petróleo se mantém muito abaixo desse preço. Está claro, então, que o preço do petróleo não é justo e não representa o verdadeiro valor desse produto. E isto sem mencionar um outro problema de grande importância: o petróleo não é um bem renovável. E se trata de matéria-prima nobre, de uso estratégico. Podemos dizer que existem dois grandes campos

de uso do petróleo: primeiro, para produzir energia — e nesse campo o petróleo tem substitutos, como a energia solar, a atômica, hidrelétrica etc. — e segundo, a petroquímica e os usos na medicina, para os quais não existem nenhum substituto. Por isso, os chamamos de usos nobres.

Existem planos para começar a se reivindicar esses 30 por cento de perda na receita, devido a inflação e a flutuação do dólar?

— Não. Nós podemos mudar de moeda, aliviando assim um dos problemas, que é a desvalorização do dólar. Mas a inflação vem de todos os países industrializados e aí a situação é complexa. Assim, apesar da injusta estrutura de preços, vamos continuar por um certo período com ajustes adequados até alcançarmos um nível que consideremos aceitável. Somente através de aumentos graduais e a longo prazo alcançaremos o valor real do petróleo. Somos contra a política de aumentos muito grandes nos preços, mas não estamos de acordo com o congelamento deles.

Os aumentos em 6 anos

ANO	PREÇO DO ÓLEO (índice)	INFLAÇÃO (índice)
1974	100	100
1975	98	130
1976	106	155
1977	117	197
1978	117	264
1979	(1º semestre)	339
	(2º semestre)	339

☐ O quadro acima foi baseado em dados recolhidos na Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP). Ele demonstra que a inflação mundial é maior do que os aumentos do preço do petróleo, desde 1974. E que, portanto, o preço atual do petróleo está abaixo do seu valor real. Utilizou-se a unidade 100 como índice base.

Uma arma estratégica

É válido, a seu ver, utilizar o petróleo como elemento de pressão?

— O petróleo é estratégico. Não é uma matéria-prima tradicional, por poder se converter numa arma efetiva em nossas mãos, nas mãos do povo árabe, para enfrentar a agressão. Não é uma arma de ataque nem de agressão. É uma arma de defesa. Não lhe daremos o uso que os norte-americanos dão à sua tecnologia, cuja transferência é usada para agredir, evitar o desenvolvimento dos povos. Não faremos o que eles fazem com o trigo e outros alimentos, encaminhando as coisas no sentido que mais lhes convém.

Há também definições sobre a quantidade de petróleo a produzir?

— Sim. Nosso país não tem nem terá excedentes de produção. Produzimos o que necessitamos. Não temos a ambição de depositar dinheiro no estrangeiro. Ao contrário, convidamos aqueles que têm excedentes para investí-lo no Mundo Árabe ou no Terceiro Mundo, em vez de depositá-lo ou investi-lo em bancos norte-americanos ou europeus.

O Iraque não faz esse tipo de aplicação capitalista?

— Não. Aplicamos somente no Mundo Árabe. Planejamos investir em projetos conjuntos com outras nações árabes. Somos um país socialista e não queremos dar uma falsa imagem, investindo a receita produzida por nosso petróleo nos países ocidentais para lucrar com eles. Não faremos isso nunca. No entanto, para nossos amigos do Terceiro Mundo damos crédito a longo prazo e a pequeno ou nenhum interesse.

Independência política e econômica

Tudo isso que vocês conseguiram foi possível a partir da nacionalização do petróleo. Como vocês aplicaram os seus lucros depois de adotarem essa medida?

— Nosso presidente, Saddam Hussein, afirmou várias vezes que a nacionalização do petróleo não é uma luta tradicional. É uma batalha histórica, nobre. Para nós, a nacionalização do petróleo é tão importante como a Revolução de 17 de julho de 1968, porque com essa revolução nós alcançamos a independência política, mas somente com a nacionalização nós conquistamos a independência econômica. Salvamos nossa economia da exploração, do controle dos monopólios. De modo que uma das vantagens mais importantes da nossa medida foi ter liberado nossos recursos petrolíferos das forças externas e firmado nossa independência política.

Mas como foram usados os lucros petrolíferos desde então?

— Desde a nacionalização passamos a controlar a receita petrolífera, depois de termos sido explorados pelos monopólios durante tantos anos e termos pagado um preço muito alto por isso. Toda a receita do petróleo após a nacionalização foi investida no Iraque, para apoiar os planos quinquenais de desenvolvimento. Investimos no setor agrícola, no setor industrial, a fim de assegurar nosso futuro. Quando o petróleo se esgotar, teremos outras fontes de produção a que poderemos recorrer.

Como estão as reservas petrolíferas do Iraque?

— As reservas conhecidas de petróleo se duplicaram nestes últimos sete anos, desde que estamos controlando nossas riquezas. Antigamente, os monopólios se limitaram apenas a exploração dos poços maiores, os poços gigantes, desconhecendo e deprezando a exploração dos demais. Nós duplicamos as reservas conhecidas e decidimos explorar o gás associado ao petróleo, eliminando, assim, o seu desperdício. Antigamente, quando esses gases eram queimados, perdiam-se milhares de milhões de dólares. Atualmente estamos explorando 20% do gás associado, desenvolvendo vários grandes projetos, no sul e no norte do país, que estarão prontos em um ano e meio. Possivelmente chegaremos a explorar cem por cento do gás associado. O projeto de utilização do gás se divide em duas partes: a do gás líquido e do gás seco. O gás líquido será exportado e o gás seco será utilizado como combustível, uma alternativa para o petróleo. Estes dois grandes projetos nos permitirão exportar muitos milhões de toneladas de gás líquido por ano e economizar cerca de dez milhões de toneladas de petróleo, usando em seu lugar o gás seco.

Ao mesmo tempo, já está em construção o primeiro complexo petroquímico, que vai funcionar com gás. E um segundo está planejado, usando petróleo. Nós não nos conformamos em sermos apenas exportadores de petróleo cru. Temos ambiciosos planos de desenvolvimento no campo petroquímico — uma indústria completa e de alto custo — e também na industrialização do petróleo cru. O lucro de um barril exportado com produtos petroquímicos equivale a 50 vezes o lucro de um barril expor-

tado com petróleo cru. Por outro lado, trata-se de uma indústria muito avançada e, assim, nós poderemos aproveitar essa tecnologia, que significará muito para o país.

Hoje podemos dizer que no período de 1952 a 1970 — em 19 anos — somente investimos 1.080 milhões de dinares (moeda do Iraque), uns 3.599 milhões de dólares, de lucro do petróleo, em projetos de desenvolvimento. Agora, somente no ano passado investimos cerca de 8 milhões de dólares e, em 1980, esperamos aplicar entre 12 e 13 milhões de dólares. Em 1970, nossa capacidade de produção era de 1.54

milhões de barris por dia. Em 1972, era de 1.46 milhões de barris (a nacionalização do petróleo só foi feita no dia 1º de junho de 1972). Em 1974, a produção foi de 1.97 milhões de barris diários e, em 1979, alcançou a marca espetacular de 3.7 milhões de barris por dia. Além disso, a capacidade de refinamento foi multiplicada por cinco desde o começo da Revolução.

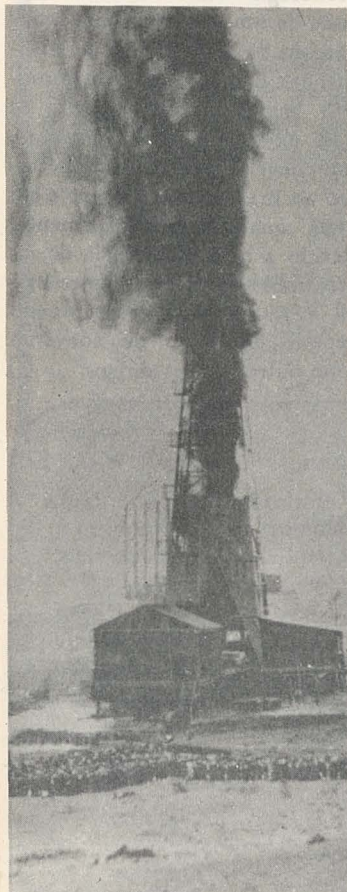
O controle das refinarias

A nacionalização do petróleo não tenderia, agora, a estender-se para o controle de outras etapas da produção?

— Em geral, quando as companhias compram o petróleo cru, processam essa matéria-prima para obter os derivados. Como já mencionamos e é largamente conhecido, o lucro por um barril de petróleo (que custa em média 26 dólares) é muito inferior ao do petróleo processado, que está em torno de 150 a 200 dólares. Se levarmos em conta que atualmente 95% da capacidade de refinação em todo o mundo está nas mãos dos monopólios, comprovamos que a situação é grave. A luta hoje em muitos países é para tomar o controle dessas refinarias que estão nas mãos desses monopólios. Queremos refinar o petróleo em nossos países, sob nosso controle. Como consequência disto, o petróleo chegará muito mais barato nos países consumidores.

Os monopólios não deixam passar nenhuma oportunidade. Também estão exercendo pressão sobre as nações produtoras com a política de estoque. Poderia explicar-nos, como tem funcionado o spot-market e que medidas podem contrapor-se a ele?

— Os monopólios pressionam com a política de estoque e se aproveitam de situações políticas, como vem acontecendo desde a mudança de governo no Irã. Foram eles que criaram o *spot-market*. Com a instabilidade no Irã e devido a redução da produção de seis milhões de barris para três, criou-se uma situação realmente terrível no mercado internacional, que deu aos monopólios a oportunidade de começar a estocar o petróleo cru, aumentando suas compras e mantendo-as em depósitos. Assim, num momento de escassez — ou melhor, quando eles fabricam a escassez — os preços começam a aumentar e surgem boas condições para que eles vendam o produto. Na época em que o barril estava a 20 dólares, eles vendiam o petróleo no *spot-market* a 46 e 50 dólares o barril. Atualmente, Líbia, Argélia e Nigéria vendem a 26 dólares. Arábia Saudita vendia a 25 e passou a 26. O Irã vende a 30 dólares, o México a 33, a Inglaterra a 32 e nós a 26 (nota da redação: alguns desses países já aumentaram os preços mencionados pelo Ministro). Assim, eles incentivam os produtores, como o Irã, o Kuwait, a Líbia, a venderem no *spot-market*. De uma maneira geral, de cada barril exportado, 50% do custo são impostos ao consumidor, 30% ficam com as companhias petrolíferas e somente 20% chega realmente ao produtor. No caso do Iraque, devido a relação direta de governo a governo na venda, os benefícios obtidos para nosso país são de 50%, pois temos o completo controle do nosso petróleo cru e ficamos com os 30% que antes iam para as mãos das multinacionais. Nós fazemos o *marketing* do nosso petróleo.



Em outubro de 1927 o primeiro poço de petróleo começava a produzir no Iraque

A OPEP tem boa saúde

Os meios de comunicação ocidentais tem insistido na "irreversível divisão no seio da OPEP". Qual é a sua opinião a esse respeito?

— Isso já é tradicional. Em cada reunião da OPEP os meios de comunicação ocidentais vem com a mesma canção. Sempre usam o mesmo argumento: que a OPEP vai se dividir. Mas a OPEP já tem vinte anos de vida e é um jovem forte que está apto para enfrentar qualquer tipo de agressão. Estamos felizes com a boa saúde que a OPEP goza atualmente e isto está criando condições favoráveis para a reunião da Organização em Bagdá, no próximo mês de outubro. Estamos bastante otimistas a respeito dessa reunião. Vamos discutir as relações entre os membros da OPEP e as relações da OPEP com o Terceiro Mundo e com o mundo industrializado.

Em Havana, durante a VI Conferência Cimeira dos Não Alinhados, o Presidente Saddam Hussein anunciou a decisão do Iraque de manter, para determinados clientes do mundo em desenvolvimento, os preços fixos até fins de 1979. O que significou esta decisão em cifras? Vão adotar a mesma medida em 1980?

— Primeiro, é importante que fique claro que o Presidente não anunciou nenhuma política de preços que favorecesse os países em desenvolvimento porque isto estaria contra as decisões da OPEP. O que se anunciou foi uma política de créditos a longo prazo para esses países. Seria um primeiro passo até a instalação de um Fundo Especial do Iraque, além do Fundo Especial que já tem a OPEP. A proposta do Ira-

que tem como objetivo compensar os países em desenvolvimento que sofrem as consequências da inflação importada e do aumento dos preços do petróleo. Ao dar esta compensação, permite-se a esses países melhorar o nível de vida de seus povos. Como uma forma de fortalecer esta proposta, o Iraque deu créditos, livre de interesses e a longo prazo, aos países mais pobres, para ajudá-los nos seus processos de desenvolvimento. Isto, em cifras, significou uma economia de 254 milhões de dólares para esses países. Essa cifra se refere aos seis meses em que a medida esteve em vigência, de primeiro de junho a fins de 1979. Doze países foram beneficiados. Eram nações em desenvolvimento que estavam comprando petróleo do Iraque. Escolhemos esses países levando em conta a sua receita per capita, que não excedia os mil dólares anuais. É uma proposta inicial que pode ser aumentada ou diminuída.

Como está agora o estudo dessa medida?

— A proposta tem que ser aprovada pelos outros países que

compõem a OPEP e pelos países industrializados, para que a medida possa ser posta em prática ainda este ano. Atualmente, o Comitê de Estratégia da OPEP está estudando o assunto e dará suas recomendações à Conferência de outubro que se realizará em Bagdá.

No campo da tecnologia do petróleo há algum tipo de acordo (transferência de tecnologia) com as companhias estatais de países em desenvolvimento, como a PEMEX do México, a PETRANGOL de Angola, a PETROBRÁS do Brasil?

— Temos um intercâmbio de tecnologia com a Petrobrás. Trata-se de um convênio para intercâmbio de tecnologia e de informações. É uma forma de demonstrar as boas relações entre os dois países. Temos, além disso, um convênio para fornecer petróleo ao Brasil a longo prazo e em altas quantidades. Felizmente, devido a boa experiência do intercâmbio tecnológico entre Brasil e Iraque, estamos tentando repetir esse tipo de convênio com outros países amigos. □

OS DOZE FAVORECIDOS

□ Estes são os doze países do Terceiro Mundo que o Iraque vendeu petróleo no último semestre de 1979 conservando o preço fixo. Isso representou para eles uma economia de 254 milhões de dólares.

- 1) Bangla-Desh
- 2) Filipinas
- 3) Índia
- 4) Madagascar
- 5) Marrocos
- 6) Moçambique
- 7) Paquistão
- 8) Senegal
- 9) Somália
- 10) Sri Lanka
- 11) Tanzânia
- 12) Vietnam

ORIENTE MÉDIO

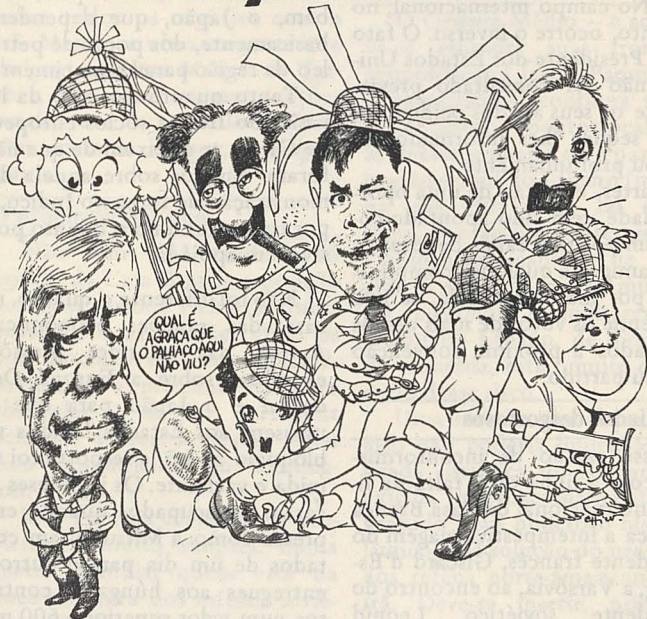
A terceira guerra pode começar aqui

Apesar da aparente distensão resultante do fracasso da expedição ao Irã e das atividades conciliatórias dos governos europeus, a situação nos pontos críticos da região não se modificou. O risco de um conflito maior aumenta a cada dia

Mohamed Salem

NO IRÃ, A OPERAÇÃO "JERRY LEWIS":

A PALHAÇADA DO SÉCULO



Como o caricaturista "Chico", de Pasquim (Rio de Janeiro) viu o intento de desembarque norte-americano em Irã

É fácil de imaginar o que seria hoje do mundo se os páraquedistas que o presidente Jimmy Carter despachou para o deserto do Irã tivessem tido êxito na sua aventura. Os iranianos teriam incendiado os poços de petróleo, dos quais depende em grande parte, o abastecimento de muitas nações; estariam caçando ocidentais onde eles se escondessem dentro do país e fazendo uma guerra de guerrilhas praticamente invencível. Apoiado nos países islâmicos, particularmente nos experimentados palestinos, os guerrilheiros do ayatollah não teriam maiores dificuldades com o abastecimento bélico: do outro lado da fronteira estão os imensos arsenais soviéticos à sua disposição.

Politicamente, o isolamento dos Estados Unidos no Oriente Médio se acentuaria. Uma coisa é opor-se a certas práticas políticas do ayatollah, o exagero da influência religiosa sobre o poder civil, o erro obstinado dos "molás" radicais em não aceitar negociações honrosas sobre o destino dos reféns. Em torno desses pontos pode haver divisões e certamente há, mesmo no seio dos países progressistas que apoiam a revolução iraniana. Outra ques-



Carter: ganhar as eleições mesmo levando o mundo à beira do abismo

ORIENTE MÉDIO

tão é situar-se frente à invasão pura e simples de um país, com os riscos e as implicações que uma iniciativa dessa ordem importa para todos.

Mesmo em Estados ultra-conservadores da região, como a Arábia Saudita e os Emiratos ou em governos que têm sido alvo de ataques e discriminações por parte da hierarquia religiosa e do governo do Irã, como são os casos do Afeganistão e do Iraque, o projeto de invadir este último, violando a sua soberania, não encontrou qualquer apoio ou simpatia.

Hoje, não há dúvidas de que Carter jogou uma cartada menos destinada a libertar os reféns do que a fortalecer sua campanha. Se a expedição desse resultado positivo lhe deixaria muitos dividendos eleitorais mas, mesmo fracassando, iria encontrar tal como ocorreu, em uma opinião pública manipulada pelos meios de comunicação e pelo chauvinismo, certa compreensão e não pouca indulgência. Para o gover-

no não seria difícil escolher alguns bodes expiatórios, como está acontecendo com o chefe daquele estranho "pequeno exército de Brancaleone", o general James B. Vaught, descrito no Senado dos Estados Unidos como o tipo de aventureiro de televisão, um "super-macho" sem medo e sem prudência, que terminou no fiasco militar mais ridículo dos tempos atuais.

Também a oposição do secretário Cyrus Vance à aventura — que o forçou a deixar o governo numa atitude coerente — estava prevista e, em vez de enfraquecer a Carter, melhorou sua posição no Congresso e junto a setores menos reacionários, pela escolha de um senador com fama de liberal para substituí-lo, o atual secretário Edmund Muskie.

Assim, do ponto de vista interno, quando Carter disputa o voto conservador, os efeitos da aventura não lhe foram negativos. No campo internacional, no entanto, ocorre o inverso. O fato de o Presidente dos Estados Unidos não ter consultado previamente os seus aliados ocidentais, nem sequer lhes informado, os irritou profundamente.

Carter, em mais de uma oportunidade, tem sido apontado como um político capaz de levar os seus amigos a qualquer complicação, por maior que seja, se isso lhe rende os votos de mais alguns delegados à próxima convenção do seu partido.

Os aliados desgostosos

Esse estado de inconformismo com a linha ou a falta de linha internacional da Casa Branca explica a intempestiva viagem do presidente francês, Giscard d'Estaing, a Varsóvia, ao encontro do presidente soviético, Leonid Brejnev. O governo dos Estados Unidos não fez questão de esconder sua grande irritação com os franceses e, embora mais cautelosamente, estendeu suas críticas a outros parceiros da Aliança

Atlântica, que têm mantido posições reticentes frente às posições assumidas por Carter. Mesmo os alemães, que melhor disfarçam suas objeções às iniciativas da Casa Branca, freqüentemente deixam escapar suas preocupações com a conduta do presidente norte-americano.

Os europeus sabem que determinados tipos de ações políticas, diplomáticas ou militares da Casa Branca poderão provocar reações imprevisíveis e, sobretudo, incontroláveis. O bloqueio do Irã, fechando a entrada do Golfo, no estreito de Bab-el-Mandeb, só não foi decretado pelo temor de Carter de que teria repercussões perigosas entre seus amigos árabes conservadores, mas os efeitos negativos da presença de uma imensa esquadra rondando a área, no Oceano Índico, contribuiu para aumentar as tensões em todo o Oriente Médio. Essa mobilização militar alarmou os seus aliados da Europa e, também, o Japão, que dependem, basicamente, dos poços de petróleo da região para o abastecimento.

Tanto quanto no caso da invasão do Irã, os sócios europeus de Carter se queixam de que não foram ouvidos sobre aquela demonstração de força no Índico, e por isso, relutaram o quanto possível em apoiá-la.

Não foi diferente o quadro, no caso das sanções econômicas. Apesar das enormes pressões exercidas sobre a Europa Ocidental e o Japão para que se unissem aos Estados Unidos no bloqueio ao Irã, a resposta foi tímida e vacilante. Os japoneses ficaram preocupados quando empresas como a Mitsui viram cortados de um dia para o outro e entregues aos húngaros contratos num valor superior a 600 milhões de dólares, para a construção de um pólo petroquímico no sul do Irã. É conhecida a força que essas imensas multinacionais japonesas exercem sobre o seu governo.

Mas os problemas não se limitaram ao Japão. Os italianos protestaram e não sem razão. Só os contratos de suas empresas estatais com o Irã as endem a mais de 3.200 bilhões de dólares. Globalmente as sanções européias foram tímidas e muito longe das medidas reclamadas por Carter. E não era para menos. Os contratos atuais de empresas européias ocidentais no Irã, muitos já iniciados, são superiores a sete bilhões de dólares. Altíssimas somas relativas a obras já feitas estão por ser pagas. Basta que Komeini instrua ao ministro da Fazenda para não assinar os cheques e muitas fábricas entrarão em crise nos países do Mercado Comum Europeu.

A solução encontrada pelos governos ocidentais não agradou a Carter, pois as sanções só se aplicariam aos contratos celebrados a partir do dia em que os reféns foram seqüestrados e não sobre todos os negócios com o Irã. Mesmo a ultra-conservadora dirigente inglesa Margaret Thatcher, que advogava por sanções totais, teve de capitular às pressões dos seus amigos, os empresários.

O problema político

Não tem sido também do agrado da Casa Branca a posição dos seus aliados frente à União Soviética e às relações entre os dois blocos. A entrevista Giscard-Brejnev e a próxima visita do chanceler alemão Helmut Schmidt a Moscou foram vistas com desconfiança em Washington.

Mas para os europeus, o problema é muito simples: numa guerra mundial quem está na imediata mira dos mísseis soviéticos são eles. Estudos estratégicos imparciais põem em dúvida a capacidade operacional da Aliança Atlântica e o seu poderio para deter um ataque soviético. Mas mesmo que o fizesse seria à custa da devastação de suas cidades e

suas indústrias. Assim, os europeus se consideram livres para recorrer a todos os meios disponíveis, para evitar uma confrontação armada, sobretudo quando as soluções pacíficas não estão esgotadas.

Apesar do isolamento diplomático em que ficaram depois da operação no Afeganistão, os soviéticos têm manobrado com mais flexibilidade no sentido de uma solução política para a atual crise. A oferta do próprio governo de Cabul de que os russos se retirarão do país, desde que o Paquistão deixe de ser "Santuário" dos inimigos da revolução afegã e continuem ameaçando os seus vizinhos com um poder militar desproporcionado, seria uma base de entendimento que, eventualmente poderia sensibilizar o governo de Teerã no caso dos diplomatas seqüestrados.

O ponto crítico

O Oriente Médio — e aqui deve-se estender suas fronteiras geopolíticas à Índia, Paquistão e Afeganistão — continua sendo, no entanto, o ponto focal onde se decide a guerra ou a paz. A situação no sul do Líbano (matéria na pág. 30) é de tal ordem tensa que ali podem ser gerados "incidentes" capazes de deflagrar a terceira guerra mundial. Os políticos e militares que atuam no Líbano, de direita ou de esquerda, estão muito conscientes desse risco.

Uma solução global para a região não poderia limitar-se à retirada soviética do Afeganistão, exigida internacionalmente; sobretudo pelo poderoso bloco islâmico, ou à solução do problema dos reféns norte-americanos no Irã. Deve-se inserir, principalmente, numa solução para o problema palestino, muito agravado pela intolerância do governo ultra-direitista do primeiro ministro Menahem Begin.

Mas aí voltamos ao problema eleitoral dos Estados Unidos.

Com uma opinião pública excitada até os limites da guerra, Carter é um prisioneiro dos seus interesses eleitorais: qualquer concessão aos árabes e, sobretudo aos palestinos resultaria na redução do apoio dos judeus à sua candidatura, e isso lhe pode ser fatal, tal como o "Lobby" israelita já demonstrou nas primárias de Nova Iorque, dando a vitória a Kennedy, para advertir o Presidente. Um entendimento no Irã e também no caso Afeganistão-Paquistão poderia irritar os "falções do Pentágono" como os estratos mais racionários da sociedade norte-americana, que consideram ter os Estados Unidos chegado ao limite da tolerância.

Assim, pareceria impensável uma atitude menos dura da Casa Branca, mesmo que a designação do Sr. Muskie para a secretaria do Estado pudesse ser uma indicação de um estilo mais negociador e flexível. Pelo menos até que se defina esse panorama eleitoral o quadro não se alterará.

"O fato, nos disse recentemente em Beirute um dirigente árabe que não pode ser considerado um extremista, é que a situação no Oriente Médio não resistirá por muito mais tempo. Com essas imensas esquadras norte-americanas no Índico e o aumento das operações militares no Líbano, pode ser que quando o Sr. Carter acabe de conseguir os votos que necessita para a sua candidatura, a terceira guerra mundial já esteja começando aqui."

E acrescentou: "Chegando à fronteira do Afeganistão com o Irã, os soviéticos estão a algumas centenas de quilômetros das principais áreas de uma eventual guerra no coração do Mundo Árabe. Os estrategistas do Pentágono não podem deixar de levar em conta também esse fator quando avaliam os riscos das pressões militares que estão exercendo na área." □

LÍBANO

Beirute: entre as balas e as butikues

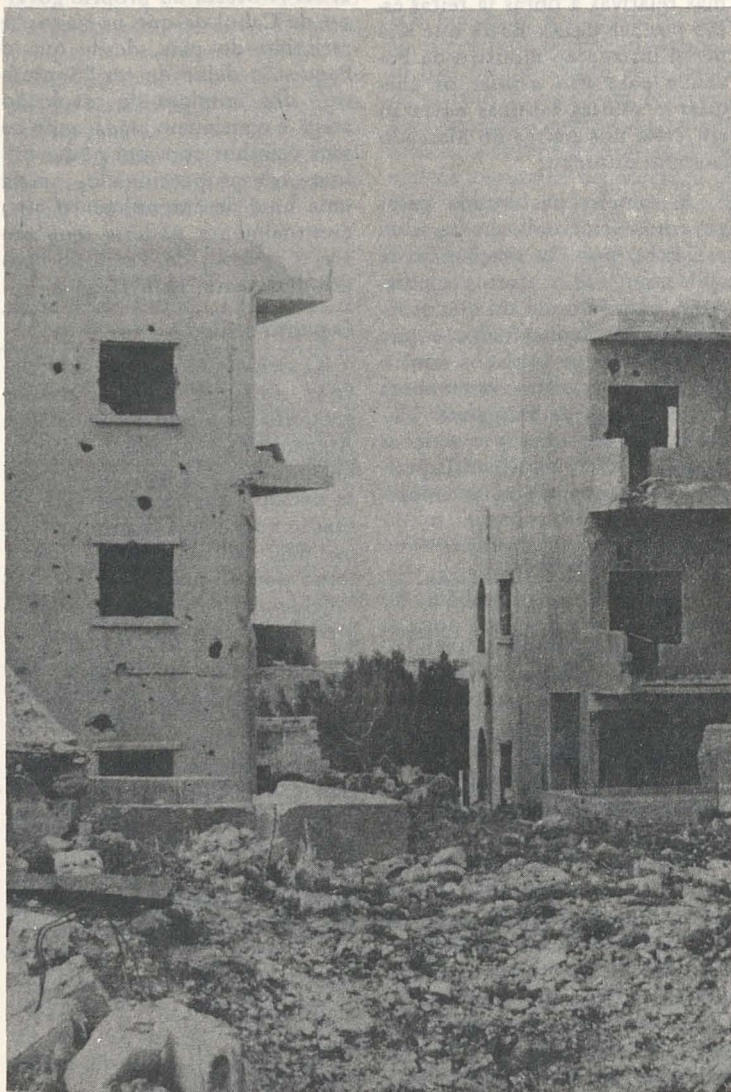
A morte pode vir de qualquer lado, mas nem a guerra nem a crise econômica impedem o consumismo

Beatriz Bissio

Uma missão francesa que veio aqui fazer um levantamento da situação e sugerir fórmulas para reorganizar a caótica economia do país, chegou a uma dramática conclusão: não sabemos como o Líbano ainda funciona. É impossível explicar como o país não foi à bancarrota. Melhor do que tomar qualquer iniciativa é deixar tudo como está.

Com este exemplo contundente um diplomata ocidental acreditado em Beirute tentava nos dar elementos para que formássemos nosso juízo sobre a situação. Por outro lado, um jornalista que trabalhava há dois anos no Líbano nos dizia que a primeira reação de um estrangeiro no país é a perplexidade. Poucos dias depois de chegarmos à cidade acreditamos que já entendemos tudo, mas antes de sair de Beirute tem que confessar que é difícil compreender alguma coisa.

Pode parecer piada, mas no Líbano se vive em escala experimental toda a problemática do Oriente Médio e, se poderia até dizer, mundial. Se algum aparelho pudesse detectar os homens dos serviços secretos nas ruas de Beirute, ele não pararia de trabalhar. "Aqui não falta nenhum serviço secreto que se auto-considere eficaz", era o comentário que ouvíamos.



As lembranças da guerra civil

E quais são os mais eficientes? — perguntávamos.

— Sem dúvida, os norte-americanos.

A opinião pública estava ainda comovida com um caso recente. Uma jovem espiã israelense, com passaporte britânico, passara diversas vezes por Beirute, estudando os movimentos do chefe de segurança pessoal de Arafat. Finalmente, conseguiu alugar um apartamento em frente à residência privada do jovem combatente, que morreria pouco depois numa explosão, que se poderia dizer, calcada na "tecnologia" do caso Letelier.

No Líbano a guerra já faz parte de vida cotidiana. A convivência com a morte é o desafio de cada dia. Não é uma guerra convencional, com uma frente definida. A bala que tira a vida pode vir de qualquer direção.

A lembrança do momento mais agudo da guerra civil ainda é forte e está presente em todas as conversas. É como uma fórmula introdutória. Em geral, as pessoas são apresentadas a partir do papel que desempenharam na guerra. E o mais interessante é que não encontramos um só adolescente palestino ou libanês que não tivesse no seu currículo algum tipo de atividade militar durante a guerra. Ou pelo menos na resistência. Não abandonar Beirute já era uma forma de resistir.

Fizemos alguma intimidade com Ronda, uma jovem estudante libanesa mulçumana com quem viajamos de Damasco até Beirute. Ela não era uma militante de tempo integral. Atualmente estava estudando na Universidade de Damasco, na Síria. Mas durante a guerra esteve em Beirute. Ronda nos fala do perigo que se vivia nas 24 horas do dia.

O edifício em frente à sua casa, onde moram também seus pais e irmãos, foi destruído numa das batalhas de artilharia. Com ela também tivemos a primeira constatação da importância do problema religioso no contexto da situação do Líbano. Apesar de ser fácil explicar as exacerbações religiosas através de um estudo sócio-econômico (os cristãos são, na sua maioria, membros da burguesia e os mulçumanos, quase sem exceção, compõem a grande massa de trabalhadores), não se pode negar que existem outras conotações.

Ronda revelou-nos que planejava casar-se, "mas tinha que ser com um mulçumano". Mais tarde, iríamos encontrar exemplos dramáticos dessa discriminação. Um casal de jovens militantes libaneses, com que tivemos oportunidade de fazer amizade, somente em círculos muito íntimos aceitava que a sua relação era mais do que a de companheiros do mesmo partido. Ambos profissionais, não poderiam legalmente ser um casal, a não ser que um deles renunciasse à sua própria religião: ela mulçumana e ele cristão maronita.

Consumo e Balas

Como no Líbano não há legislação leiga e somente as igrejas podem realizar casamentos (consequentemente não há divórcio), a solução encontrada por alguns casais é se casar em Chipre e depois, na volta, enfrentar a discriminação e uma longa peregrinação até que sua união seja reconhecida.

A sociedade libanesa, com uma poderosa burguesia, não quer renunciar aos seus "encantos", apesar da guerra. Poucas cidades do mundo, exceto quatro ou cinco capitais européias mais ricas, podem ostentar igual

número de butikques com os últimos modelos ocidentais como Beirute. Os perfumes franceses, os sapatos italianos, os sofisticados cortes da moda londrina, convivem nas vitrinas com os mais revolucionários modelos de computadores, televisores, gravadores e calculadoras japonesas e alemãs. Os cinemas apresentam os filmes do momento ("Apocalipse" fazia um grande sucesso) e nos teatros pode-se ver coisas tão diversas como um mímico argentino ou uma peça clássica árabe. A moda das discotecas estava no auge até que os últimos acontecimentos fizessem com que voltasse o clima de tensão e os jovens preferissem mudar seus programas de dança pelo filme francês ou inglês que todas as noites a televisão local apresenta.

Os restaurantes, abundantes e sofisticados, ostentam os mais variados menus: da comida árabe à chinesa, da ocidental à japonesa.

— Estas butikques fechavam durante os bombardeios da guerra, mas cinco minutos depois já estavam abertas de novo. Creio que isto reflete o espírito fenício do povo libanês — comentava um jornalista, ao qual tínhamos confidenciado nosso assombro.

Porém, nem o consumismo nem a moda e nem sequer a "indispensável" coluna social dos jornais da burguesia podem dissimular totalmente o perfil dramático da guerra. Ao lado desse conjunto de influências européias, o Líbano é colocado pelo destino como o bastião de vanguarda do Mundo Árabe. Convivem nesta cidade de cerca de um milhão de habitantes, dividida em dois setores — o cristão e o mulçumano —, pelo menos quatro exércitos: o do Estado libanês, o dos sírios, o da OLP e o

Movimento Progressista Libanês, com um comando unificado, e o das frações direitistas cristãs, falanges (Kataeb) e liberais, ligadas aos partidários de Pierre Gemael e ao ex-Presidente Chamoun.

Do lado mulçumano em que nós estávamos, não havia a presença, obviamente, do exército das falanges nem do das milícias de Chamoun. Mas, a partir de determinados pontos da cidade, cercada numa área delimitada entre dois setores (não demarcada e com nenhuma construção que possa se comparar ao Muro de Berlim), a terra é de ninguém. Nenhum táxi quis nos levar até lá e era impossível ir a pé. "Os franco-atiradores não perguntam, atiram" — os libaneses e palestinos nos advertiam.

Em muitas esquinas e particularmente na zona que circunda o aeroporto, são visíveis as peças da artilharia antiaérea. Os postos de vigilância eram muitos. Era difícil encontrar alguma avenida da cidade com distâncias maiores de 400 metros sem um posto militar.

Mas como reconhecer se são sírios, palestinos ou do exército libanês?

Ficamos sabendo que podíamos distingui-los pelas boinas: as vermelhas para os sírios, as bordô para os palestinos e as negras para o exército libanês, que vestem verde-oliva liso enquanto os outros usam uniformes camuflados para confundirem-se com a natureza. Resolvemos testar a informação, mas nem sempre conseguimos acertar na identificação dos exércitos.

O transporte coletivo é a única concessão da sociedade libanesa ao clima de guerra. Não se vê ônibus. Mas são freqüentes os automóveis utilizados como

transporte coletivo. Eles tem uma rota fixa, a princípio, mas, muitas vezes, distribuem os passageiros porta a porta. Quando viajamos num deles, em dia de intensa chuva, fomos os últimos a saltar. E apesar da nossa condição de estrangeiro, o motorista nos cobrou a tarifa normal.

As barras de aço cruzadas nas esquinas são paisagens cotidianas em Beirute. Significam advertência para se diminuir a velocidade ante à proximidade de um posto militar. Não podíamos fotografar.

Os jipes com artilharia antiaérea se confundiam com os veículos civis e militares que compõem o confuso trânsito das ruas da capital. Parecia que o único sinal visível da tensão que a todos domina, era a forma como se conduziam os automóveis em Beirute, a uma velocidade acima do normal, sem o menor respeito pelas mais elementares leis do trânsito. Aliás, quem poderia se lembrar, diante da tensa situação que reina durante as 24 horas do dia, que existem muitas para infrações de trânsito? Por outro lado, não há ninguém com autoridade para aplicá-las e muito menos pra cobrá-las.

Um país profundamente Árabe

Sem dúvida, o Líbano é um dos países árabes mais politizados. As paredes da cidade estão cheias de inscrições alusivas à resistência palestina e à revolução. Mas a presença mais marcante é a de Nasser. Cartazes com seu rosto e algumas de suas frases mais conhecidas podem ser encontradas não só na frente das sedes do Movimento Nasserista (Murabitoun), que o reconhece como seu inspirador, como também por toda a cidade. É curioso

constatar essa presença silenciosa de Nasser num momento em que seu sucessor se afasta abertamente de seu legado com a assinatura dos acordos de Campo David. Demonstra que além dos regimes, os povos têm sua consciência e sua memória.

Apesar da beleza do Líbano e da posição excepcional de Beirute, à margem do Mediterrâneo, com pequenas colinas verdes que caem sobre o mar, é natural que a guerra tenha acabado com o turismo, principal fonte de divisas para o país junto com a atividade financeira. Agora, os hotéis hospedam quase que exclusivamente jornalistas. O "Comodoro", um lindo hotel tradicional com restaurante chinês, filmes todas as noites e outras atrações da época das "vacas gordas" do turismo, continua cumprindo um papel importante. Foi o único hotel que manteve seu telex funcionando durante a guerra. Ainda hoje os telegramas chegam pontualmente e são postos no quadro de avisos para consulta dos jornalistas visitantes, desejosos em acompanhar os acontecimentos mundiais, pois a imprensa local — uma das mais dinâmicas e profissionais do Oriente Médio — está excessivamente voltada para a problemática interna.

Um dado importante de Beirute, assim como de todas as cidades libanesas por que passamos, é a sua indissimulável natureza árabe. A roupa ocidental dos homens e mulheres (chegamos a ver alguns homens com roupas tradicionais) são somente um verniz europeizante.

— Quando cheguei fui à praia. Achei prudente não usar um maiô de duas peças. Mas desisti mesmo assim. Por mais ociden-

tais que sejam as roupas das mulheres, nas praias elas são antes de mais nada árabes e, usualmente, se banham vestidas.

Esse comentário de uma colega européia é esclarecedor. A sociedade árabe não cede à tradicional cultura que herdou do colonizador francês e mantém seus sólidos valores no íntimo da vida da comunidade. E é assim ao nível da burguesia mais pró-européia. Talvez se sinta menos entre a comunidade maronita, mas pensar que os costumes e a moral cristã ocidental estão arraigados no povo, é um erro.

Quando o enviado do Papa visitou os familiares de Frangié para dar os pêsames pelo assassinato de seu jovem filho e de outros parentes, ele procurou lembrá-los que, como cristãos, não deviam pensar em vingança. A própria mãe do jovem lhe deu a seguinte resposta: "o único que poderia decidir isso está morto". E o enviado do Papa regressou ao Vaticano sem poder completar sua missão. A senhora Frangié nunca usou luto pela morte do filho. Jurou, no entanto, que somente o usaria no dia em que ele fosse vingado.

Desde então, vários assassinatos ocorreram nos setores cristãos. A maior parte dos observadores acredita que essas mortes fazem parte da vingança. Poucos dias depois da nossa partida de Beirute se registraram os violentos acontecimentos que culminaram com a morte de familiares de Gemayel, líder das falanges. É muito provável que também este fato esteja ligado ao caso do assassinato do filho de Frangié, pois Gemayel é acusado frequentemente de ter participado daquele episódio.

Resistência a mudanças

Uma das causas da crise deve-se ao empenho do setor rico da população libanesa em defender seus privilégios e a resistência dos setores conservadores, principalmente maronitas, em mudar as instituições e os costumes.

Vimos vários edifícios novos, na zona mais residencial de Beirute, completamente vazios. Perguntamos porquê. É que os donos dos apartamentos preferiram deixá-los vazios a autorizar a ocupação pelos refugiados libaneses e palestinos.

A maior parte dos refugiados vive em condições sub-humanas.



Crianças palestinas começam cedo o treinamento

Particularmente os palestinos, que são duplamente refugiados: de sua pátria e da guerra no Líbano. Eles vivem em campos abertos na periferia das cidades. Esses campos são precários, com casas construídas com materiais baratos, como as favelas ou colônias proletárias da América Latina.

Nesses acampamentos, as crianças palestinas, aos seis anos, começam seu treinamento para a

guerra. Para elas, a vida é implacável. Mas crescem fortes, endurecidas com a consciência da justiça de sua causa.

É natural e sólida a aliança com os libaneses pobres, que levaram a solidariedade a seus irmãos palestinos até as últimas conseqüências: envolveram-se numa guerra que é tão palestina quanto libanesa, e que, na realidade, é a luta do oprimido contra o opressor. Vimos os camponeses libaneses cultivando seus férteis solos entre as bombas e o fogo da artilharia. Morrendo e produzindo.

Durante uma de nossas conversas com militantes progressistas libaneses (justamente no momento em que eles nos explicavam com veemência o que foi o grande apoio popular libanês à causa palestina que evitou a repetição no Líbano do setembro negro vivido pelos refugiados na Jordânia) sentimos o fogo cerrado da artilharia. Perguntamos o que estava acontecendo. Nosso sobressalto causou estranheza. Para eles, aquilo era parte da rotina.

— São os aviões israelenses — informaram. Já estão de novo sobrevoando Beirute. Com a artilharia antiaérea os mantemos a uma altura suficiente para evitar que tirem fotografias de nossas posições.

A mesma situação se repetiu várias vezes. Os tiros solitários das noites se misturavam com os cânticos que saíam das mesquitas de Beirute. Eram freqüentes as rajadas de metralhadoras. Mas não nos assustávamos mais. Sabíamos que essa era a única lei respeitada no Líbano. "Numa guerra, nos disse um advogado libanês, nós, os homens da lei, estamos demais: a única justiça reconhecida é a das armas." □

Nabatieh: do outro lado os canhões israelenses

*Palestinos e libaneses progressistas
resistem no sul do Líbano*



O posto militar do Castelo Beaufort.

No posto mais avançado dos libaneses progressistas e dos palestinos a guerra já é uma rotina. Israel está a poucos quilômetros e os milicianos direitistas na margem oposta do rio Litani. O comandante palestino, filho de Jerusalém, inicia a conversa num ambiente carregado de tons dramáticos.

— Aquelas pessoas que estão se movendo ali atrás daquelas árvores são as milícias do Haddad. Aqui embaixo, às margens do rio Litani, estão os soldados da ONU. São como uns velhinhos inofensivos. Não podem fazer nada. Ali à direita, atrás daquela aldeia, está a Palestina.

O comandante da posição avançada palestina, que está nos guiando no Castelo Beaufort, tem pouco mais de 30 anos, mas

é um dos raros jovens do posto. Ali, a idade média dos *fedaynes* é superior aos 40. Gente afável e fraterna, mas de fisionomia dura e espírito consolidado em muitas batalhas.

O castelo é um cenário cinematográfico. Está no limite entre a área dominada pelo Movimento Nacionalista Libanês e pelos palestinos e o “outro lado”: as milícias direitistas do major Saad Haddad e a frente norte de Israel.

Nos mapas turísticos do Líbano, o local está indicado como uma das suas atrações. Nos tempos de paz deve ser, realmente. Fica no topo de uma elevação, da qual se domina uma imensa área, com seus campos cultivados, o rio Litani e, mais além, as montanhas. Hoje, está em ruínas e é um posto estratégico crítico nessa guerra que as Nações Uni-

das não reconhecem oficialmente, mas que existe. E como existe...

O que mais assombra é a resistência dos seus muros aos bombardeios. Submetido dia e noite a um implacável ataque de canhões de 175 e 203 milímetros, ainda permite que nele funcione, eficazmente, uma base palestina e que esses rudes beduínos em armas mantenham fluida a comunicação entre as diferentes seções da posição.

“Se elas puxassem o gatilho...”

— E olhe que os obuzes que os norte-americanos estão mandando para os israelenses e a gente do Haddad são a última palavra em tecnologia militar — informa o comandante.

Um artilheiro se aproxima e nos chama a atenção para um detalhe expressivo.

— Você sabe que a primeira posição que o Sarkis (o Presidente do Líbano) quer que entreguemos ao exército libanês é o castelo? Imagine essa gente preparada pelos norte-americanos aqui ao lado de Israel e das milícias do Haddad.

E vão entregá-lo? — perguntei.

— Bem, vocês vão ver. Abu Amar (Arafat) em Beirute, não é verdade? Perguntem a ele. Vocês entregariam uma posição dessas? — respondeu com um sorriso malicioso.

O combatente do posto mais avançado mostra a uma jornalista norte-americana do "National Geographic" e a nós o panorama que se contempla por trás dos montes de areia. Comete, então, um pequeno deslize de segurança: deixa que sejamos fotografadas com uma "Kalchtnikov", apontando no rumo da Palestina (Israel).

Quando o comandante vê, nos diz meio assombrado:

— Se vocês tivessem puxado o gatilho, isso aqui viraria um inferno e quem sabe se não seria a terceira guerra mundial?

Para chegar ao castelo, avançamos desde Saida e Tiro, milenárias cidades de onde os navios de cedro dos fenícios ganharam os mares do mundo, entre os anos 1200 e 570 antes de Cristo. As duas cidades estão esburacadas pela artilharia inimiga e é admirável o espírito de sua gente, que se recusa a se entregar ao pánico que a guerra gera.

A partir de Saida, o ambiente é de campo de batalha. Vê-se muito pouca gente, mas é fácil adivinhar que ali, atrás daquele

pequeno monte ou de um bosque rodeado de hortas, grossas peças de artilharia ocultam os canos dos aviões israelenses que não cessam de sobrevoar a região.

No posto avançado, anterior ao castelo, um grupo de combatentes nos recebe entre medidas militares estritas. Daqui para diante, nada de máquinas fotográficas nem de grupos numerosos. Éramos poucos. Um brasileiro, um uruguaio, suecos, norte-americanos. O tradutor era um jovem jordaniano, estudante na Europa, que costuma passar suas férias "ajudando os irmãos palestinos".

Em duas viagens o jipe nos levou ao castelo, sob a tranquilizadora proteção da artilharia palestina.

— Antes vamos tomar uma xícara de chá para aliviar o frio (andávamos por zero grau).

Foi a única comodidade que vimos naquele posto, onde um grupo de combatentes joga a vida a cada momento.

E se os do "outro lado" resolvem nos assustar com obuses? — perguntei.

— As vezes fazem isso. Não é gente muito cortês. Mas agora há uma relativa calma no *front*. Os senhores estão com sorte, mas não se afastem das instruções" — advertiu o comandante.

"My Homeland"

Antes dessa incursão inesquecível, passamos um dia inteiro visitando acampamentos, bases e áreas bombardeadas em torno de Tiro, Saida e Nabatieh. Na porta das casas, velhinhas simpáticas nos perguntavam quando voltariam à Palestina, enquanto os garotos faziam o V da vitória e cantavam antigas canções palestinas, que são como um fio histó-

rico que os ligam à pátria dos seus pais e que eles consideram a sua própria pátria, "My Homeland", como ouvíamos sem cessar.

Nabatieh é um caso aparte. Parece que já era uma velha conhecida, tantas vezes havíamos lido e ouvido a seu respeito. Em geral, os telegramas a apresentavam como quartel-general, o maior reduto palestino no sul do Líbano. Não é possível sabê-lo, mas não há dúvidas de que não apenas os palestinos, como também os libaneses progressistas, são muito poderosos nessa área.

A cidade é uma dessas encantadoras localidades do interior do Líbano, já com alguns edifícios, para não ocupar o espaço reservado às plantações e que, antes da guerra e da vizinhança de Israel, vivia em paz. Dos seus 40 mil habitantes somente 15 mil não abandonaram a terra depois dos bombardeios que, diariamente, continuam a sistemática destruição da cidade. Israel está distante 11 quilômetros e do posto mais avançado até as milícias de Haddad não há muito mais de mil metros.

Num imenso buraco produzido por um obus estão os restos de um avião inimigo com a seguinte inscrição: "Presente dos norte-americanos aos jovens libaneses e palestinos. A nova civilização nazi: 450 bombas de fragmentação".

Nossa luta é ideológica e não racial"

Perguntamos ao comandante do setor se há ainda gente nos campos.

— Aqui somos camponeses. Plantamos oliveiras e fumo. Nossos combatentes dividem o tempo

entre as armas e a terra.

E as escolas?

— Sim, também funcionam. E anotem um dado que para nós significa muito. Estamos aqui praticamente debaixo das bombas de Israel, mas nas escolas, como em todas as escolas palestinas, ensinamos que os judeus são nossos irmãos, que a nossa luta é ideológica e não racial. Quem nos combate e ocupa a nossa pátria é o sionismo. Por isso, combatemos os sionistas e não os judeus.

Há trabalho político?

— Como não! Os companheiros do Movimento Nacional Libanês mantêm estrito contato com a população e realizam atos políticos pelo menos uma vez por semana.

Quer dizer que os libaneses progressistas também combatem aqui?

— Como em todo o Líbano.

Temos um comando unificado que traça as diretrizes políticas e militares.

Há alarme antiaéreo?

— Um jipe com alto-falante percorre as ruas da cidade quando nossos serviços especializados detectam os primeiros sinais de ataque inimigo.

Muitas vítimas?

— A população já sabe se defender. Mas sempre há. Ontem morreu uma senhora e várias pessoas foram feridas.

Onde tratam os feridos?

— Nos casos de emergência aqui mesmo. Temos um hospital de campanha. Noventa por cento dos que o procuram são feridos de guerra.

Conflitos religiosos?

— Nada disso. Essa história de guerra religiosa é o inimigo que inventa. Aqui a maioria é de mulçumanos, com 15% de chitas. Mas todos se entendem bem.

E com os sírios?

— Agora nos damos muito bem. Quando eles chegaram, pensavam que os libaneses progressistas e os palestinos eram criminosos. Hoje, eles se convenceram do contrário.

Confia na posição militar dos palestinos e dos libaneses progressistas?

— Olhe, a correlação de forças atualmente é boa. Mas se o governo em Beirute decidir mandar para cá o exército libanês e tentar ocupar nossas posições, poderia provocar uma situação difícil.

Essa entrevista foi feita com um homem de voz suave e maneiras tranqüilas, não mais de 38 anos, nascido em Jerusalém, casado e com três filhos num campo de refugiados em Tiro. Quando tentamos fotografá-lo pediu que não o fizéssemos.

— Tenho muitos familiares em Jerusalém e os sionistas se vingariam neles se soubessem que sou o comandante dessa região.

O ambiente estava carregado de tons dramáticos. Era um sótão com pesados sacos de areia fortalecendo as paredes semi-destruídas pela artilharia inimiga. Não havia mais luz elétrica ("A usina foi atingida pelos bombardeios"). Usou-se, a princípio, velas. Depois, no fim da entrevista, um petromax, "um luxo para momentos especiais" — comentou um militante.

O senhor tem alguma mensagem especial para os nossos leitores? — perguntei.

— Que nos ajudem a retornar à nossa pátria. O que estamos pedindo é um direito elementar que não nos pode ser negado. Afinal, jamais deixaríamos de lutar por esse direito".



O comandante das forças do Castelo marca no mapa a posição das milícias do Major Haddad.

LÍBANO

Arafat: O sangue vence o aço

O líder da OLP, numa entrevista exclusiva a Cadernos do Terceiro Mundo, considera graves os movimentos militares de Israel na fronteira do Líbano



Yasser Arafat: "Temos a determinação de vencer."

A s onze e meia da noite uma voz nos chama: "Preparem-se. Estamos aqui embaixo (na recepção do hotel). Em dez minutos saímos para a entrevista com Abu Amar".

A essa hora Beirute está deserta. Parece uma cidade comum, que dorme. Somente as som-

bras das peças de artilharia que se divisam em algumas esquinas lhe dão esse perfil marcante da guerra. Não há policiais pedindo identificação em nenhuma parte do caminho ao contrário do que ocorre durante o dia. Somente quando reconhecemos a área da cidade onde estão os diferentes

escritórios da OLP — nas proximidades da Universidade Árabe de Beirute, fundada por Gamal Abdel Nasser — um guarda palestino nos dá a primeira voz de alto.

Passamos pelo posto e damos algumas voltas pela área, esta sim extremamente vigiada. No edifi-

cio onde Yasser Arafat nos receberia os guardas estavam muito bem armados. Lá em cima, uma atividade febril. Todos homens. A ausência de mulheres no prédio — que cheira a quartel geral — dá um toque muito árabe.

Arafat estava quase dois dias sem dormir. “Estou aqui com apenas duas horas de sono nas últimas 48 horas de intensa atividade no Irã”, disse.

O Presidente da OLP havia sido o principal convidado do Governo Revolucionário do Irã para as festividades do primeiro aniversário da deposição do Xá. O Ayatollah Khomeiny o havia recebido em seu leito do hospital, fazendo-lhe assim uma especial demonstração de sua solidariedade com a luta do povo palestino. As chuvas, que no momento do desfile ameaçaram estragar os festejos, haviam afetado Arafat que, além do cansaço, sentia um certo mal estar causado pela febre. Mesmo assim, os quinze minutos programados para a nossa conversa se prolongaram por mais de uma hora. Os olhos de Abu Amar brilhavam à medida que ia se apaixonando pelos temas, transmitindo um carismático poder de comunicação.

Na ampla sala, uma mesa de conferências que dava a impressão de ter sido usada há poucos momentos, estava enfeitada com um formoso escudo palestino — bordado pelas mulheres da resistência nos territórios ocupados —, uma foto de Jerusalém, outra de Khomeiny e um emblema da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

O clima de tensão provocado no Líbano pelos insistentes ataques da aviação israelense sobre Beirute e áreas do sul do país e a anunciada decisão do Governo Sírio de retirar da capital suas

tropas, foram os principais temas da entrevista, por serem assuntos obrigatórios naquele momento. No entanto, Arafat falou também da idéia de criação de um mini-Estado palestino independente, que surgiu na Europa como uma solução conjuntural para a crise. E como não podia deixar de ser, Arafat analisou a visita que acabara de fazer ao Irã.

Você acaba de regressar de Teerã. Os jornais de todo o mundo se referiram a essa visita como mais uma demonstração dos crescentes laços de solidariedade entre a revolução iraniana e a resistência palestina...

— Eles são verdadeiros revolucionários. E, por isso, não está sendo fácil para eles o presente, assim como foi alto o preço que tiveram que pagar pela vitória. Somente em um dia perderam cinco mil patriotas. E os crimes cometidos com a participação de peritos norte-americanos foram muito grandes. Há um ditado que diz que “o sangue vence o aço”. Que significa no caso do Irã? Que rios de sangue enfrentaram as forças militares. Nós esperávamos todos esses problemas que hoje eles estão enfrentando. Toda verdadeira revolução enfrenta problemas temporários. Mas não devemos esquecer que em menos de um ano eles alcançaram um grande êxito aprovando a Constituição, e agora, elegendo o primeiro Presidente do Irã nos últimos mil anos! Isto basta para mostrar que esta é uma revolução. Logo terão também seu Parlamento eleito democraticamente.

Sobre que bases se assenta a solidariedade iraniana-palestina?

— Uma das metas da revolução do Irã é apoiar todos os po-

vos oprimidos do mundo. Mas não só os povos muçulmanos: todos os povos oprimidos. Nessa minha última visita discutimos o assunto: como, com que métodos, através de que caminhos.

Como eles receberam a sua sugestão?

— Não se trata de uma sugestão minha, mas sim de uma questão de princípios. Não conversamos sobre a decisão em si, que é deles. Discutimos os caminhos. Há um preceito no Alcorão que fala do apoio aos povos oprimidos, e eles dão ênfase a esse ponto.

Êxitos Diplomáticos

No ano passado você fez uma série de viagens, particularmente a países da Europa Ocidental, o que nós poderíamos chamar de uma ofensiva diplomática da OLP em áreas que antes pareciam ser aliadas sólidas do Estado de Israel. Qual a sua avaliação dessa ofensiva?

— Tivemos êxito sensibilizando muita gente sobre a situação de nosso povo e desmascarando a política do regime israelense, suas agressões contra nosso povo, seu papel real: ser instrumento dos monopólios imperialistas e colonialistas naquela área e testa-de-ferro dos norte-americanos, defendendo seus interesses na região. Também denunciamos seus crimes contra a população civil, contra nossas crianças, usando armas altamente sofisticadas, algumas delas proibidas, como as bombas de fragmentação, bombas plásticas, napalm e outras que nem sequer sabemos o nome. Também tivemos êxito em fazer com que organizações e Estados reconhecessem a OLP como o único representante do povo palestino, com

nossas metas de um Estado Palestino independente, um país livre que deseja o regresso à nossa pátria de todos aqueles que foram expulsos do território nacional (60% da população palestina) e perseguidos pela Junta Militar israelense.

A questão palestina é o centro da discussão dos acordos de Campo David. Como você vê o desenvolvimento futuro dessa estratégia para o Oriente Médio?

— Campo David chegou a um impasse. E não sou eu que afirmo. Foram alguns círculos europeus e norte-americanos que

te. Significa uma condenação internacional. No entanto, na minha opinião, os norte-americanos, os israelenses e Sadat — veja bem, não digo os egípcios, digo Sadat — continuam seus esforços para concretizar essa conspiração, cuja meta é a escravidão para o meu povo. O auto-governo que se propôs em Campo David como solução para o problema palestino não nos interessa. Não é autodeterminação. É uma auto-administração. Não teríamos possibilidade de controlar a terra. Nem sequer poderíamos controlar as fontes de água que nos



"Presentes" norte-americanos para os patriotas palestinos.

denunciaram Campo David como uma conspiração contra o povo palestino. Esta foi também a declaração da VI Reunião Cimeira do Movimento Não Alinhado, realizada em Havana. A ONU se pronunciou no mesmo sentido. Isto é muito importan-

serviriam. Eu gostaria de perguntar se existe algum caso no mundo de uma cidade que não possa controlar as fontes da água que bebe. Este exemplo é suficiente para mostrar a face real da conspiração.

O mini-Estado

Qual seria a posição dos países europeus diante da eventualidade de criação de um mini-Estado palestino independente?

— Em primeiro lugar, é preciso que fique claro que não há nenhuma iniciativa para um mini-Estado palestino independente. Só nos ofereceram a auto-administração. Porém, é verdade que alguns Estados europeus mencionaram o direito do povo palestino de ter uma Pátria. Nada mais que isso: somente *slogans* e alguns comunicados conjuntos. Eles estão apoiando os israelenses, os ocupantes do meu país, a Pátria do meu povo. Apoiam a ocupação da Palestina e mencionam algumas justificativas para isso. Dão a Israel respaldo econômico, financeiro, militar, político e diplomático. Mas depende do país. Alguns, como os Estados Unidos, lhes dão todos esses apoios. Outros, somente lhes dão alguns deles. Começamos a perceber, no entanto, ligeiras mudanças na opinião pública ocidental. Mas nada decisivo.

Você acredita que o mini-Estado seria uma solução viável?

— Não esqueça que sou o Presidente da OLP e que fui eleito de acordo com um certo programa...

Como esquecê-lo?

— Bem, eu tenho que lembrá-los disto porque um dos pontos importantes do nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, define que os palestinos têm direito de estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina abandonado pelos israelenses ou que tenha sido libertado. De acordo com essa resolução, estamos lutando para torná-la viável.

A tensa situação no Líbano

Nas últimas semanas a tensão no Líbano chegou ao auge. Talvez tenham sido os mais explosivos dias desde o fim da guerra civil. Em que direção esta situação poderá evoluir? Nós visitamos dias atrás as cidades de Tiro, Saida, Nabatieh e a frente sul. Lá a expectativa era de um recrudescimento das hostilidades israelenses, confirmada pelos recentes bombardeios, particularmente em Tiro.

— Estiveram lá? Ótimo. Mas aquilo não é nada em comparação com o que já vivemos aqui. Os israelenses afirmaram que vão intensificar a concentração de suas tropas na frente norte (de Israel) e informaram que essa medida militar foi tomada, primeiro, contra a OLP e, segundo, contra os sírios. Mais tarde, autoridades militares, como o Ministro da Defesa de Israel, Ezer Weizmann, e o Chefe do Serviço Secreto Israelense, a NUSAT, afirmaram que iam perseguir os palestinos com operações especiais. E, recentemente, foram feitas importantes declarações: brigadas militares, com unidades pára-quedistas, estariam se preparando para atacar alvos civis. Isto é muito sério. Falou-se também em intervenção para proteger os cristãos no norte e no sul do Líbano. Que quer dizer isto? A questão não é ficar a favor nem contra os cristãos. Não podemos nos esquecer que os israelenses participaram com as falanges de uma operação muito suja, quando mataram o filho do ex-Presidente Frangie com toda sua família e não deixaram nenhum corpo com vida na área. E todas as vítimas eram cristãos! Mesmo assim, Weizmann disse que “nossas tropas no norte (de Israel) estão em completo estado de

alerta”. Tenho aqui nas minhas mãos uma informação israelense de alto nível sobre a situação no sul do Líbano. Fala do armamento palestino. É uma declaração muito importante porque foi feita no Parlamento (Knesset), no Comitê de Segurança e de Relações Exteriores. Este Comitê só se reúne em situações de emergência.

Vocês esperam novos acontecimentos graves num futuro próximo?

— Esperamos novas agressões. Tenho lido informes da inteligência israelense sobre a situação de sua frente norte. Eles falam dos preparativos das nossas tropas e das tropas sírias. Essa é uma manobra para encobrir seus movimentos. É natural que nós estejamos preparados, quando eles não escondem suas intenções.

Você acredita que as operações realizadas nos últimos dias, os incidentes recentes em Beirute, estão vinculados com essa ofensiva global?

— Sim, com certeza. É uma parte dessa ofensiva. Estão falando abertamente de uma coordenação com as falanges em Beirute e no norte do Líbano. Já existem alguns peritos aqui, no chamado SKS, o departamento de segurança das falanges. Begin afirmou sem dissimulação que ele havia oferecido dinheiro, mais de um bilhão de libras libanesas — além do apoio militar em armas, tanques e artilharia — às falanges e às forças reacionárias em geral.

O anunciado reagrupamento das tropas sírias também estaria vinculado a essa ofensiva?

— É importante frisar que os sírios não estão se retirando, mas sim reagrupando suas Forças Ar-

madas. Os sírios estão juntando suas tropas, em virtude dos planos agressivos de Israel. Eles não podem deixar seu exército cumprindo tarefas de polícia num momento em que se esperam ataques em grande escala.

Trabalhar com todas as probabilidades

E a OLP está tomando algum tipo de iniciativa, está planejando alguma ofensiva diplomática para enfrentar esta situação?

— Sim. Já informamos às Nações Unidas, ao Conselho de Segurança e ao Dr. Waldheim, pessoalmente.

E em outros níveis?

— Enviamos informes à Liga Árabe, ao Escritório de Coordenação dos Não Alinhados e à Conferência Islâmica. Também a nossos aliados e amigos.

Entre eles a União Soviética?

— Naturalmente. Tive uma reunião pessoal com o Embaixador da União Soviética e lhe transmiti nossas apreensões.

Considera que um ataque neste momento pode desencadear um conflito mais global no Oriente Médio?

— No nosso quartel-general temos que colocar sobre a mesa todas as hipóteses. Temos que trabalhar com todas as probabilidades.

Você acredita que os norte-americanos estariam interessados numa explosão generalizada no Oriente Médio?

— Napoleão disse uma vez que é extremamente difícil combater ou enfrentar um general estúpido, porque nunca se sabe como ele poderá reagir, nem onde,

nem quando. E eles, na minha opinião, são estúpidos.

Desigualdade de forças

Como você vê a correlação de forças entre os israelenses e a resistência palestina?

— É óbvio que em todas as lutas que tivemos com os israelenses havia uma terrível disparidade de forças. Não se pode comparar. Recordo-me que no ano passado Ezer Weizmann, numa intervenção no Parlamento israelense, disse, dirigindo-se a nós: "Estes palestinos têm que entender que nós temos mais artilharia do que eles". Eu nunca disse que nós temos mais artilharia do que eles. Não se pode

comparar. Eles têm milhares de peças de artilharia. Nós temos apenas dezenas. Mesmo assim, nós os enfrentamos. Temos determinação. Um líder norte-americano no Vietnã pediu, uma vez, à Administração em Washington que lhe fornecesse 3.000 aviões de vários tipos: Phantom, helicópteros, B-52. Afirmou que logo que recebesse essa quantidade de aviões estaria em condições de vencer os vietnamitas. Quais foram os resultados? O Embaixador norte-americano em Saigon se viu obrigado a fugir num desses aviões.

Perguntamos isso porque notamos em você cansaço, mas não

tensão nem preocupação.

— Podem estar tranquilos. Nós sabemos que o balanço de forças pende para o lado deles. Porque nós não estamos enfrentando Israel, estamos enfrentando os Estados Unidos. Estamos enfrentando o Ocidente que apoia e arma Israel. Mas como já mencionei, a questão não está nas armas. Mas sim na determinação de vencer. E isso nós temos. De modo que estou certo de que mais cedo ou mais tarde haveremos de alcançar nossa vitória. Nós não estamos preocupados com o tempo, porque estamos ao lado da História. Eles estão contra. E a História nunca mente. ☐



Quinzenalmente uma
análise crítica
diversificada e
independente da
atualidade chilena e
internacional

assine a revista
APSI

valor da assinatura anual (24
números) em qualquer país: U\$ 30
enviar cheque para a Caixa Postal
3338 — Santiago/Chile

**Oferta
especial
para os
primeiros
assinantes
do Brasil**

Cr\$ 900,00

Preencha o
cupom
e coloque
no Correio.

**cadernos do
terceiro
mundo**

Nome _____

Rua _____

Bairro _____

Cidade _____ Estado _____

Data ____/____/____

Assinatura _____

Anexar cheque ou valor total em nome da
editora terceiro mundo Ltda.

Rua da Lapa, 180 — Sobreloja "A" — Rio de Janeiro CEP 20.021

A oposição em Movimento

Apesar de repressão implacável e da recusa dos militares a aceitar qualquer tipo de abertura surge no país um movimento político discreto e a cada dia mais intenso

Daniel Waksman Schinca



Na sede das Nações Unidas em Nova Iorque foi lançado publicamente o Grupo da Convergência Democrática do Uruguai (ver matéria na pág. 52). Na foto, seis dos membros do Grupo. Ao centro, o Presidente, Juan Ferreira.

Que papel representarão as Forças Armadas no Uruguai a partir de 1981?", perguntou um jornalista de El Día — diário de Montevideu — ao general Luis Vicente Queirolo, comandante em chefe do Exército, em princípio de dezembro do ano passado. A resposta foi taxativa: "O mesmo papel que representam atualmente".

De fato, no Uruguai os militares não se propõem, como em

outros países da América Latina, a estimular processos (mais ou menos controlados) de abertura, "retorno ao governo civil" ou soluções parecidas. De maneira nenhuma. Mantêm seguras as rédeas do poder e não têm a menor intenção de soltá-las. Mas também não demonstram a menor preocupação em dissimular suas intenções.

Nos últimos meses, os principais porta-vozes governamentais

reafirmaram por diversas vezes as declarações de que os chamados "atos institucionais (que constituem a base jurídica do regime atual) não podem ser revistos de maneira nenhuma" e que o cronograma político não é passível de modificação. Nada está mudando nem nada vai mudar. Esta é a tese.

O cronograma constitui uma espécie de agenda da institucionalização do regime. Embora

nunca tenha sido divulgado oficialmente, as autoridades se referem freqüentemente as suas linhas gerais. Basicamente, o projeto inclui um novo texto constitucional que será submetido a plebiscito durante o ano de 1980. Em 1981 haverá eleições presidenciais.

Resumido dessa forma, o cronograma poderia dar a impressão de que regulamenta a transição para um regime mais ou menos "aberto" ou "civil". Mas as regras fixadas para este jogo mostram claramente que o objetivo é exatamente o oposto. Para começar, o projeto de Constituição foi redigido em estrito segredo pelos detentores do poder e mesmo quando for divulgado não está previsto qualquer debate: os cidadãos terão apenas a opção de votar contrá ou a favor do texto (ou melhor, só a favor, porque o comandante em chefe da Marinha já advertiu que "se o povo rechaçar a Constituição ... teremos aqui uma Nicarágua ...").

Washington dá sua benção à linha dura

Quanto à eleição presidencial de 1981, não será realizada com base em princípios muito liberais: haverá um candidato único, supostamente escolhido de comum acordo pelos dois partidos tradicionais uruguaios (o *Blanco* ou Nacional e o *Colorado*). Mas haverá previamente uma depuração severa dos dois partidos; por outro lado, os militares se reservam o direito de iniciativa e poder de veto em matéria de candidatos. Como se pode ver, os responsáveis pelo "cronograma" não se deram ao trabalho de dar-lhe a mínima aparência de restauração democrática: trata-se simplesmente de "legalizar" a ditadura militar imposta em junho de 1973. Deixar tudo "amarrado e bem amarrado", como queria Franco na Espanha...

Até agora, a única reação favorável a esse esquema parece ser procedente da embaixada norte-americana. A 1º de dezembro do ano passado, pouco antes de voltar para Washington a fim de assumir um alto cargo no Departamento de Estado, James Cheek, até então Encarregado de Negócios dos Estados Unidos em Montevidéu, permitiu-se emitir uma cálida aprovação do cronograma militar: "Sou otimista. Aqui, há um plano. Isto é algo que o Uruguai tem e os outros países não têm. Isto é, um plano específico, alguns marcos para a normalização política e institucional do país."

Quase dois meses depois, a 23 de janeiro, passou pela capital uruguaia outro diplomata norte-americano, Samuel Eaton, Subsecretário de Estado Adjunto para assuntos interamericanos. No final de sua visita manifestou sua "esperança reforçada de que o futuro processo político e a situação dos direitos e garantias individuais prossigam num caminho positivo." Em outros países da América Latina, os estrategistas políticos norte-americanos optaram por uma linha mais lúcida: a de estimular certas mudanças políticas controladas (democracia relativa, é o nome desse modelo); a fim de evitar evoluções mais radicais. No Uruguai, entretanto, parecem estar apostando abertamente na extrema direita, no *status quo*.

Mas o cumprimento do programa elaborado pelos autores do cronograma requer o consentimento — e até a participação ativa — de outros setores, além dos norte-americanos. Os generais uruguaios necessitam, antes de tudo, da colaboração dos partidos tradicionais.

Seu plano, na realidade, baseia-se na premissa de que os grupos mais conservadores das duas agremiações partidárias aproveitarão as condições de repressão atuais para tomar as rédeas do

poder, deslocando os dirigentes indóceis e assumindo o papel de interlocutores oficiais (subordinados, evidentemente) dos militares. Estes continuariam mandando como até agora e, além disso, passariam a mandar dentro dos partidos tradicionais. Expurgariam os líderes que não lhes interessassem, promoveriam outros, definiriam para eles a política a seguir, imporiam normas de funcionamento e organização. No fundo, a idéia é de que tanto *blancos* como *colorados* renunciem à própria razão de sua existência para que lhes seja permitido existir legalmente.

Uma onda de críticas ao cronograma

As reações registradas até agora sugerem que a grande maioria dos políticos tradicionais não estão dispostos a semelhante *harkiri*. No segundo semestre de 1979 assistiu-se no Uruguai, depois de um longo período de mutismo político, à difusão pública de críticas formuladas por importantes dirigentes *colorados* e *blancos* — principalmente os generais. Na lista dos que se opõem aparecem não somente os dirigentes de trajetória liberal e democrática, mas até homens de direita e mesmo de extrema direita, incluindo alguns que participaram do regime nos mais altos níveis civis.

O exemplo mais importante é talvez o de Alberto Demicheli, mais de oitenta anos, um colorado ultraconservador que ocupou interinamente a Presidência após o fastamento de Juan María Bordaberry. Em setembro do ano passado Demicheli declarou ao jornal *La Mañana*: "não pode haver eleições sem liberdade de expressão total e prévia", defendendo a tese de que os partidos "devem escolher eles próprios os seus candidatos" e reivindicando "o retorno da autonomia com-

pleta do Poder Judiciário" (fechado por um dos "atos institucionais"). Enfrentando as definições categóricas dos altos comandos militares, Demicheli preconizou, além disso, a necessidade de revogar o Ato Institucional nº 4, que cassou os direitos políticos de mais de 15 mil dirigentes de todas as tendências possíveis.

Até os "Chicago boys" — os partidários da escola econômica de Chicago, de ideologia ultra-direitista — proclamam em altas vozes sua discordância. Em seu último número de 1979, a revista mensal "*Búsqueda*", de Montevideu, que expressa as opiniões dos seguidores uruguaios de Milton Friedmann (líder da escola de Chicago), manifestou claramente sua rejeição à opinião do comandante em chefe do Exército, no sentido de que a "co-participação das Forças Armadas no poder político não deve terminar com o atual processo político de transição." "Nós discordamos dessa idéia", afirma em seu editorial.

A revista cita a frase de Lord Acton ("O poder corrompe; o poder absoluto corrompe absolutamente"), para afirmar que "o grande segredo da liberdade, descoberto pelo gênio do Ocidente, é a limitação do poder." E acrescenta: "Já se sabe como é difícil limitar o poder de alguém que, ao mesmo tempo, empunha a espada..."

Durante os últimos meses do ano passado, a onda de críticas ao cronograma cresceu tanto que começaram a surgir nos quartéis sinais de nervosismo e irritação. Finalmente, os militares uruguaios responderam da mesma forma de sempre: impondo o silêncio.

Três dias antes do Natal, a agência de notícias AP (Associated Press) enviou um telegrama de Montevideu informando que o governo havia proibido aos meios de comunicação "difundir opiniões sobre assuntos políti-



Um povo que viveu com medo os últimos anos

cos, exceto quando forem formuladas por generais das Forças Armadas." Isto é, em princípio nem o Presidente da República nem seus ministros civis gozariam do direito de falar de política...

Os blancos com Ferreira.

Enquanto isso, os dirigentes políticos dos partidos tradicionais organizaram jantares e ceias de fim de ano para reunir seus simpatizantes e dar orientação. Na noite de Natal, por exemplo, o ex-senador *colorado* Raumar Jude, um homem de extrema direita que colaborou estreitamente com o ex-presidente Jorge Pacheco Areco, convocou uns 200 amigos políticos para uma ceia, na qual criticou severamente a política econômica do governo e o processo de elaboração do novo texto constitucional.

Um mês antes, o ex-senador e ex-candidato à vice presidência *blanco*, Carlos Julio Pereyra, havia reunido quase 700 seguidores políticos para um jantar "em homenagem a seu aniversário." No outro dia, Pereyra foi convocado pela polícia e "retido" durante algumas horas para ser interrogado sobre a reunião.

É importante notar que Pereyra acabara de voltar de Madri,

onde assistira à Reunião Iberoamericana de Partidos Democráticos, convocada pela UCD — União Centro Democrática — de Adolfo Suarez. Esse fato teve uma extraordinária repercussão no Uruguai.

Em primeiro lugar, porque os partidos tradicionais deste país nunca tinham participado antes de reuniões internacionais desse tipo. Além disso, a conferência de Madri, para a qual foram convidados inúmeros partidos de centro e centro direita de toda a América Latina, serviu para que se encontrassem publicamente, pela primeira vez, dirigentes políticos que vivem no Uruguai (como Luis Hierro Gambardella, *colorado*; Juan Pablo Terra, democrata cristão; e o próprio Pereyra) com o chefe do Partido *blanco* (Nacional), Wilson Ferreira Aldunate, que está exilado em Londres. Para o regime, que vem tentando há anos apagar Ferreira do mapa político uruguio, isto constituiu um sério revés. Candidato à presidência em 1971, Wilson Ferreira manteve uma consistente e firme condenação à ditadura, e é evidentemente, um elemento chave em qualquer convergência democrá-

tica que possa estar se processando no Uruguai.

Para o regime, é fundamental isolá-lo do desenvolvimento do processo político interno. Mas não o conseguiu: a imensa maioria do partido continua seguindo a liderança de Ferreira. Em setembro do ano passado, por ocasião do 75º aniversário da morte de Aparício Saraiva (um histórico caudilho *blanco*), quase 350 conhecidos dirigentes do partido lançaram um manifesto apoiando com vigor a linha de Ferreira.

O texto reivindica o "restabelecimento pleno e imediato das liberdades públicas e dos direitos individuais" e nega que se possa elaborar uma Constituição ou realizar eleições sem "um clima de discussão livre, pública e com ampla participação popular, sem limites ou condicionantes. Exigem, além disso, o restabelecimento da atividade sindical e a modificação da política econômica governamental, "cujo resultado público e notório é a deterioração progressiva e acelerada do salário real, acompanhada da concentração da riqueza em poucas mãos e da pauperização crescente da classe média e do povo." Os *blancos*, em resumo, rejeitam radicalmente o projeto político dos militares.

Um país que exige outros caminhos

Desde que tomou o poder, a ditadura uruguaia vem enfrentando permanentemente a resistência das forças de esquerda, apesar da repressão feroz desencadeada contra elas. Essas forças desenvolveram no país um trabalho sem pausas, reorganizando-se a cada golpe e reforçando sua implantação nas camadas sociais mais atingidas pela política econômica do regime. Não é de estranhar, portanto, que sua luta continue durante o ano de 1980.

De qualquer maneira, o fato é que o governo militar decidiu en-

frentar — apesar de suas reiteradas manifestações de que não há nem haverá nenhuma "abertura" — a expressão de uma dissidência política que vem do centro, do centro-direita e da própria direita. Essas diversas dissidências correspondem, evidentemente, a motivações diferentes. Alguns lutam simplesmente pela sua sobrevivência no cenário político, por seu espaço pessoal ou de grupo. Outros porque querem evitar que os militares comam sozinhos todo o bolo. E outros mais, porque compreendem realmente a necessidade de restabelecer alguma forma de convivência democrática.

Há um ano esse fenômeno era desconhecido no Uruguai. Começou a partir de 1979. Embora seja um processo relativa-

mente incipiente, é compreensível que provoque uma preocupação real nos atuais donos do poder. É provável que estes tenham subestimado a profundidade da vocação democrática uruguaia, acreditando realmente na viabilidade de um projeto autoritário de longo prazo com as Forças Armadas como protagonistas hegemônicos.

O cronograma aponta nessa direção. Mas os fatos registrados nos últimos meses indicam que tal projeto não tem eco na sociedade uruguaia: de quase todos os setores do leque político, o país reivindica outros caminhos. Durante o ano de 1980, provavelmente, assistiremos ao aumento desse processo de reativação política e convergência das forças democráticas. □



As manifestações populares marcaram época no Uruguai

Os políticos se organizam é o grande Acordo Nacional

Wilson Ferreira Aldunate, presidente do Partido Blanco, mostra-se otimista quanto ao futuro, afirma que de fato a oposição conseguiu um grande acordo patriótico e anuncia o enfraquecimento da ditadura

Diego Achard e Juan Ferreira



O ex-Senador Wilson Ferreira Aldunate sentado na cama de Somoza, no bunker, em Manágua.

Após ter percorrido a Nicarágua e Costa Rica, nos últimos dias de 1979, o dirigente da oposição uruguaia concedeu a **CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO** uma entrevista exclusiva:

Desde o princípio deste ano, dentro e fora do Uruguai, gerou-

se certa expectativa de mudança numa situação política que parecia congelada. Por um lado, escutaram-se novas vozes de oposição e, por outro, anunciou-se o plebiscito sobre a reforma constitucional. Que espera o senhor nos próximos meses?

— Nunca pequei por falsos otimismo. Ao contrário, penso

que é preferível exagerar no outro sentido, pois quando as ilusões não se traduzem em fatos transformam-se em frustrações e constituem causas ou fatores de desalento da luta popular. No entanto, é com muito realismo, com os pés na terra, que afirmo que o ano de 1980 terá enorme importância.

A oposição conquistou um espaço.

— Nenhuma ditadura jamais caiu somente por pressão externa. As ditaduras são derrotadas, nunca se retiraram voluntariamente. E são derrotadas pela resistência popular. Penso que qualquer observador desapaixonado da realidade uruguaia teria que concordar que, nos últimos meses de 1979 e nos primeiros meses de 1980, a oposição uruguaia ganhou um espaço político. Ao dizer isso não me incluo na legião de ingênuos que acreditam na abertura que o governo anuncia. Não me refiro a um espaço político outorgado. Digo, deliberadamente, um espaço político que a oposição conquistou, que o povo ganhou pelo fato de exercê-lo.

Há uma grande quantidade de fatos que apoiam esta conclusão. Quanto a meu partido — não falo de meu partido por sectarismo, que seria criminoso a esta altura dos acontecimentos, mas por ser o que conheço melhor — chegou a definições políticas importantes e o fez publicamente.

Desafiando a proibição da ditadura, manifestou categoricamente que não está disposto a admitir em nenhum caso a farsa eleitoral que se prepara, que não aceitará de maneira alguma comparecer à eleições em que os candidatos sejam impostos pelo governo, onde o governo seleciona os dirigentes dos partidos e onde não podem participar todos os partidos e todos os cidadãos. Isto foi dito claramente num documento assinado pelo que há de mais representativo em nossa coletividade em todo o país.

Isto tomou o governo de surpresa. A amplitude dessa manifestação cívica, inicialmente, impediu a repressão. E se isto aconteceu depois e consistiu, como se sabe, na prisão por pequenos períodos de grande quantidade de cidadãos e na detenção de alguns militares importantes que hoje

estão na reserva (nestes casos, foram detenções mais prolongadas), tudo isto demonstra que o governo sentiu o golpe. E mostra a tremenda contradição a que estão submetidos esses regimes que simulam liberalizações. Querem mostrar um maior campo de liberdades, para melhorar sua imagem externa e interna e, paralelamente, talvez por isso mesmo, são obrigados a reprimir.

Além disso, parece muito claro também o fracasso do governo em sua tentativa de montar sindicatos amarelos pró-governamentais, pois contou com uma resistência muito nítida de todos os trabalhadores, que não se prestaram a esse tipo de manobra. Notam-se em certos setores sindicais tentativas de organização e de resistência contra uma política econômica que faz recair o custo da repressão sobre as camadas populares.

A Igreja, que até agora se submeteu a um silêncio que contrastava dolorosamente com suas atitudes de anos atrás, parece ter saído de seu mutismo e reencontrado a sua bela tradição de solidariedade com a causa popular. Temos portanto vários elementos que demonstram que o povo conquistou espaço político.

O cronograma

Isto não será um sintoma de fortalecimento do regime, que lhe permite agora abrir um espaço maior?

— Não, porque todas essas manifestações surgem contra as tentativas da ditadura que fracassou na sua vontade de simular uma abertura que na realidade não existe. Esse tipo de governo, que hoje infelicitou o Uruguai, rende paradoxalmente homenagem aos valores de seus inimigos. Quando um regime afirma que está estendendo o campo da liberdade, está aceitando que o autoritarismo é repudiável. Quando um regime como o uru-

guaio anuncia que devolverá o poder aos civis, está reconhecendo expressamente — embora inconscientemente — que numa sociedade moderna é impossível o exercício direto do poder pelas Forças Armadas.

Qual é a sua opinião sobre o cronograma anunciado pelos militares?

— Diz-se que haverá um único candidato à presidência da República. Que o candidato seja um só parece quase uma necessidade. Porque ainda que o comandante em chefe do Exército acabe de declarar que isso não está definitivamente decidido, na realidade o está, e já se anunciou publicamente várias vezes, não apenas que haverá um só candidato, como também que não existe a menor possibilidade de que haja mais de um.

O delirante que dirige a armada uruguaia (1) disse-o em mais de uma oportunidade. E não só este anormal, como alguns outros porta-vozes do Exército e das demais armas, foram eloquentes nesse sentido. E isso por uma razão muito simples. Necessitam que seja apenas um candidato, pois se houver mais introduz-se o debate político que querem evitar.

Mesmo que sejam dois candidatos gêmeos, quanto à ideologia e todo o resto, sempre se abre a possibilidade de uma opção. E já imagino dois civis (ou, o mais provável, dois generais) competindo pelos votos, fazendo promessas e destruindo o que até agora foi o principal sustentáculo do regime, que é a unidade, pelo menos aparente, que exibem as Forças Armadas.

Ficamos então com um candidato só. Mas assim também não se resolve a situação. Pelo menos temos de realizar eleições primárias. É preciso haver algum foro ou alguma instância onde se determine quem é o candidato único. Quatorze generais se reunirão.

Suponho que se votarem secretamente haverá quatorze candidaturas com um voto cada.

— Não há nenhuma possibilidade de que o candidato seja algum militar reformado, porque se sabe muito bem que no exército quem passa à reforma morre. Toda vez que um comandante em chefe do Exército é reformado, anuncia no momento da despedida a sua disposição de sacrificar-se pela Pátria e aceitar a presidência da República. Mas ao fim de três meses, os que ficaram na ativa já terão desarmado o presumível candidato, com o conselho de que não fale mais da sua candidatura.

De maneira que eu também não vejo como o Exército uruguaio pode, sem dividir-se, eleger um dos seus generais para este cargo de candidato único. Isso conduziria à continuação da atual solução de por um títere à cabeça.

Desta vez teria que ser ainda mais ditador do que antes. Com o novo regime constitucional que se prepara, o candidato precisa reunir uma série de condições que dificilmente se concentra numa só pessoa. Tem de ser o mais servil dentre os servís, notoriamente incapaz, necessita gozar da mais absoluta e total confiança das Forças Armadas e tem que ser um homem que, apesar de haver exercido com certa continuidade a função pública, seja um perfeito desconhecido, sem nenhuma possibilidade de transformar o cargo num movimento político, por pequeno que seja.

É muito difícil que todas essas coisas se concentrem num só indivíduo. Eu tenho um candidato para isso, que é o Walter Ravenna — atual ministro da Defesa — que parece ser um dos poucos que preenchem folgadoamente todas as condições. Naturalmente que quando faço esta análise, abstraio-me de tudo o que ocorre paralelamente, por-

que, chegando-se a esta conclusão final, pode-se perguntar: então para que convocaram eleições?

Becos sem saída

— As eleições se farão por duas razões. Primeiro, porque o aparelho militar necessita sair de alguma forma dessa situação em que se meteu e em que é responsabilizado pela população de tudo o que de mal acontece. Portanto, buscam criar a imagem de que o regime será mais civil do que o atual, que aparece como exclusivamente militar.

Mas, ao mesmo tempo, há nisto uma tentativa de melhorar a imagem do governo, do ponto de vista externo. Trata-se do mesmo aparato militar que derrubou o presidente Bordaberry (que, com anuência militar, dissolveu o parlamento em 1973), porque ele havia dito em voz alta que era preciso fazer o mesmo que estão fazendo agora. Desde então já existia esse propósito de fazer as coisas, mas disfarçadas.

A mudança de imagem necessária para revestir de civil o regime uruguaio e criar a ilusão de que pelo menos algumas das liberdades suprimidas estão na iminência de entrar em vigor, não se consegue com nenhuma dessas fórmulas. Pelo contrário, é pior do que antes. É melhor não realizar eleições do que realizá-las com um só candidato. É melhor não falar em democratização se os partidos políticos continuam proibidos. De maneira que não se vê por esse lado saída alguma, nem sequer para o fator mais importante, que é o esgotamento espiritual do sistema. O Exército uruguaio descobriu que está vazio de funções, de ideologia e cada vez mais isolado da sua população. Naturalmente, toda instituição — e ainda mais uma instituição histórica como é um exército — cumpre em primeiro lugar com a missão primordial de todo organis-

mo, que é a de assegurar sua própria preservação. E estarão certamente se perguntando se por esta via não estarão se condenando a desaparecer. Assim, por qualquer lado que se olhe, todos são becos sem saída. Ainda que não seja a vontade daqueles que empreendem o projeto, eles estão ao mesmo tempo abrindo portas para que a resistência popular se manifeste.

Ninguém se deixou enganar

Não há possibilidade, de alguma maneira, de se criar expectativas internacionais que diminuam o isolamento do regime?

— Os idiotas não são tão abundantes no mundo. Há mais esperanças que idiotas. O risco não é de que alguém creia neste processo de democratização. O risco é de que convenha a alguém crer nele. É um risco real. Por isso, o ano que se inicia deve ser também de esforço redobrado para denunciar a farsa que isto significa.

Os contatos internacionais abundantes que temos mantido nos últimos meses demonstraram-nos que não há ninguém na América Latina e na Europa que tenha engolido a píslula. Ao contrário, o que constatamos é uma crescente atitude de indignação. Geralmente são mais respeitáveis os ditadores que não se disfarçam. Os que têm menos prestígio internacional são os simuladores.

Nos últimos meses as Nações Unidas, a União Interparlamentar e a OEA condenaram o regime uruguaio, considerando as eleições de 81 como uma farsa...

— Deve-se acrescentar o Conselho da Europa, integrado por 21 nações européias, que estão em vias de fazer o mesmo. Tudo isso vai começar a traduzir-se, dentro de muito pouco tempo, não apenas em declarações, mas também em fatos.

No entanto, você dizia que há quem tenha interesse em acreditar na "abertura". Espera alguma modificação na posição dos Estados Unidos?

— É muito difícil determinar qual é a posição norte-americana. A América Latina sofreu durante muito tempo por ser objeto de preocupação muito especial para os Estados Unidos. Era a deformação da doutrina Monroe, que fazia com que o continente estivesse livre da intromissão de potências extracontinentais, mas que seguisse as linhas fixadas pela grande potência do Norte. Foi a expressão visível do

fenômeno imperial para os latino-americanos. Naturalmente, muito mais para os povos do Caribe e do norte, que assistiam as formas físicas da agressão, do que para o Uruguai. Ao Uruguai não chegavam os *marines*, embora chegassem outras formas de pressão. Mas de qualquer modo, nós saudamos a presença de Carter como uma mudança na política que até então o Departamento de Estado vinha seguindo, pois a aliança com a ditadura parecia ser o eixo permanente da política externa dos Estados Unidos.

Creio que os militares estão decididos, em princípio, a cum-

prir o cronograma. Apesar de algumas dissidências dentro das Forças Armadas e de votações na Junta de Generais onde o cumprimento íntegro do programa anunciado foi ratificado por uma maioria muito escassa, eu não vejo nenhuma possibilidade de que as Forças Armadas possam alterar essa decisão, principalmente pela impossibilidade em que se encontram de ter maioria em torno de qualquer outro tipo de solução substitutiva. Creio que estão condenados a continuar presos a este programa e ao cronograma a ser cumprido.

O problema é que entre pensar e fazer há uma grande diferença. Anuncia-se a realização de um plebiscito constitucional em 1980 e os militares estão decididos a convocá-lo. Mas não têm Constituição. Não têm um projeto de Constituição e não creio que possam tê-lo sem que a sua própria formulação os divida. Desafio qualquer jurista a tentar expressar em palavras, a tentar transformar em texto legal a fórmula que as Forças Armadas pretendem. É muito fácil ter um governante títere e situar a realidade do poder nas Forças Armadas. Mas é bastante difícil, senão impossível, fixar isso num texto legal.

Os "urcuyos" (2) abundam no mundo. Mas qualquer que seja a fórmula jurídica a que chegarem ou se conseguirem um dia exercer uma destas primeiras magistraturas condicionadas e levar a sério as prerrogativas — por mais escassas que sejam — definidas no texto constitucional, eles se verão metidos numa grande confusão. Mas eu não creio que cheguem a isso. Não apenas porque vai ser bastante difícil a vitória num plebiscito de uma Constituição ainda inexistente, como também porque um plebiscito constitucional — que eles anunciam que se realizará sem intervenção dos partidos políticos, cuja atividade pública ainda

Denúncia dos democratas militares

No dia 9 de fevereiro passado completaram-se sete anos da publicação, pelas Forças Armadas uruguaias, de dois "Comunicados" (numerados como 4 e 7, respectivamente) que marcaram o início da sua participação na vida política do país. Nesta data, o Setor de Militares Democratas das Forças Armadas uruguaias dirigiu à imprensa internacional um longo comentário, em que alertam "nossos compatriotas da nova fraude com que se pretende confundir sua opinião, da mesma forma que há sete anos."

Os Militares Democratas afirmam que os Comunicados 4 e 7 "que motivaram o apoio inicial da cidadania, já que se pretendia cumprir aspirações sempre postergadas de justiça social, não apenas deixaram de ser cumpridos, como foram perdidas as conquistas anteriores nessa área."

"O não cumprimento daqueles comunicados de sete anos atrás desembocou na situação de repressão, ilegalidade e injustiça a que se submeteu o Uruguai e que se pretende institucionalizar hoje mediante o seu controvertido cronograma, imposto por um grupo de militares que trouxe a desonra para a instituição armada". Muitos oficiais, conclui a nota, "foram afastados das Forças Armadas, outros estão presos, mas muitos ainda integram as suas filas e esperam o momento em que, junto ao povo, numa renovação do juramento que uma vez fizeram, defenderão a legalidade e as instituições democráticas, restaurando a liberdade que foi arrancada de seus compatriotas para servir interesses que não são os da Nação."

(1) Trata-se do almirante Hugo Márquez.

(2) Refere-se obviamente a Francisco Urcuyo, que ocupou a presidência na Nicarágua após a fuga de Anastasio Somoza, e foi derrotado pelo levante popular 24 horas mais tarde.



Há repressão contínua, mais pouco a pouco o povo começa a se reorganizar politicamente

AMÉRICA LATINA

estará proibida—necessita de alguma forma de canalização de uma corrente de opinião... Não basta a publicação de avisos nos jornais, não basta a propaganda oficial... Não só porque a tradição uruguaia está habituada a que qualquer episódio cívico seja cercado de polêmica e confronto ideológico, como também porque a própria possibilidade de mobilizar as pessoas não existe.

A única fórmula é a intervenção dos partidos políticos. Se eles são prescindidos, teria que haver uma outra coisa, pelo menos. E no Uruguai não há nada, porque o regime não se preocupa com isso. Atuou simplesmente por ordens diretas do quartel. Não creio que isso funcione no caso de plebiscito.

O candidato

Mas suponhamos que funcione e, mal ou bem, eles levem adiante esta etapa, com fraude, contagem de votos inexistentes etc., e finalmente sejamos informados de que por uma enorme maioria, 99,9 por cento dos uruguaios, aprovou a nova Constituição. Mas depois há que fazê-la funcionar.

Isso foi expressado com toda cruza, num certo momento, por aquele que a história qualificará como um dos maiores inimi-

gos que o nosso continente terá conhecido: o senhor Kissinger. Na época de Kissinger foram revividas todas as formas de intervenção. E quando Kissinger consagrou a ascensão de William Rogers, disse no seu discurso que os méritos deste senhor eram o de ter dotado a América Latina de governos estáveis que podem atuar como interlocutores válidos para os Estados Unidos. Isso ocorreu depois que apareceram em cena Pinochet, Videla e o aparato militar uruguaio.

A posição norte-americana

Dessa forma, quando chegou Carter, nós constatamos pelo menos uma mudança de ênfase nas expressões, que se traduz no corte da assistência militar ao regime uruguaio e a interrupção de determinadas formas de ajuda bilateral.

Mas a expressão pública de uma política dessa natureza exige que se obtenham êxitos. E se não existem, é preciso inventá-los. Corremos o risco de que tentem fazer aparecer como triunfos o que na realidade são retrocessos, para fantasiar de êxitos a política de direitos humanos.

Receio que venham nos dizer amanhã que a farsa eleitoral prometida para 1981 constitui um passo positivo rumo à democracia. Tenho motivos para te-

mê-lo, porque, no momento em que a situação no Uruguai, tanto no aspecto dos direitos humanos como das instituições democráticas, piora em vez de melhorar, surgem e se reconstituem algumas formas de assistência militar e reaparecem algumas formas de assistência econômica. A justificativa é que isso é consequência de alguma melhoria na situação dos direitos humanos em minha Pátria, quando todos sabemos que essa situação piorou.

Lawrence Pezzullo, que foi embaixador no Uruguai e posteriormente teve um ativo papel na crise da Nicarágua, foi quem apontou para essa solução do cronograma e das eleições com um só candidato em 1981...

— Eu creio que neste momento a política do Departamento de Estado para o Uruguai continua a ser a aplicação da “doutrina Pezzullo”. A política que ele incorporou na sua relação com o governo uruguaio é a que nos preocupa. De qualquer modo, não creio que essa doutrina ganhe peso. Seu autor foi um dos poucos que acreditaram que Uruguay podia manter o cargo com a saída de Somoza. O que não é um bom currículo para exibir sabedoria política.

Enfim, creio que é preciso trabalhar muito, fazer propaganda, difundir a realidade da situação uruguaia e conseguir que o

tema dos direitos humanos não seja simplesmente uma disputa entre o Departamento de Estado e o governo uruguaio, mas uma reação de toda a comunidade civilizada diante do que acontece no Uruguai. E isto é o que está ocorrendo e é razão mais do que suficiente para fortalecer meu otimismo.

A América Latina está mudando

Já que falamos da Nicarágua, que impacto teve a revolução nicaraguense no Uruguai?

— A revolução nicaraguense, o fato de não se ter frustrado completamente o processo de democratização na Bolívia, as mudanças no Equador, tudo isso evidencia que a maré começou a correr em outro sentido na América Latina. Isto é importante em termos históricos. Não ocorre por mero acaso, como também não foi por coincidência que o Cone Sul viu desaparecer seus regimes democráticos quase ao mesmo tempo.

Isso tem uma dupla consequência. Por um lado, debilitou o regime, no sentido de que "quando vires as barbas do teu vizinho arder..." Mas por outro lado, a oposição no país sente-se estimulada, desaparece a horrível sensação de esmagamento, derivada da onipresença de um regime tão totalitário como o uruguaio, que muitas vezes impedia toda manifestação da vida cívica e a um observador superficial dava a sensação de que havia uma atitude passiva, de resignação entre a população.

Isso foi desaparecendo, por um raciocínio elementar. São muito fortes os militares uruguaios, mas Somoza parecia sê-lo muito mais. Esta sensação contribui muito para a conquista do espaço político que o povo uruguaio vem abrindo nos últimos tempos. Acentuou-se, além disso, a sensação de debilidade que logicamente experimenta o sistema.

Há também uma consequência prática. Até recentemente a OEA era a organização dos inimigos. Agora essa mesma OEA denuncia a ditadura uruguaia e todas as ditaduras do continente. A Comissão de Direitos Humanos da OEA, até pouco tempo atrás um mero organismo burocrático e ineficaz, transformou-se quase no terror das ditaduras. A única conclusão a que se pode chegar é que a América Latina está mudando e a passos acelerados.

A magnitude das tarefas da oposição uruguaia não faz necessário um acordo entre as diferentes forças políticas?

— Os grandes acordos são os acordos espirituais. Quando toda a população começa a sentir algo como uma autêntica empresa nacional, os acordos são tão intensos que não necessitam nem mesmo ser articulados. Creio que isso já ocorreu, graças a Deus. Já funciona, e intensamente, no país.

Se por um lado não há nenhum setor da opinião pública



O General Queirolo

organizado para defender o governo, por outro existe um acordo implícito entre todos os uruguaios que consideram a luta contra este regime como uma empresa patriótica que está acima das definições políticas, que as ultrapassa e, portanto, elimina as divergências.

Naturalmente que seria preferível ter, além deste grande acordo nacional que os uruguaios já conseguiram, outro acordo que institucionalizasse as coisas a nível das forças políticas, que coordenasse efetivamente a ação concreta a nível específico e global. Isso não foi alcançado por razões explicáveis. Há discrepâncias internas, às vezes muito pequenas, tanto no seio de alguns partidos tradicionais como nos setores de esquerda. Há dificuldades e discordâncias táticas entre diversas forças políticas. Isto tem importância indiretamente, porque, para fazer um acordo desse tipo, é necessário que nele intervenham todas as forças políticas do país. Quem deve enfrentar o governo é a Pátria organizada.

Não o conseguimos ainda. Não atribuo demasiada importância ao fato de não termos podido fazê-lo, porque sou dos que pensam que não é verdade que seja preciso concretizar alianças para empreender a luta comum. Creio que, ao contrário, o que forja entendimentos profundos é a luta em comum. Portanto, isto que fazemos agora, não acentuar as divergências políticas para fazer as coisas concretas, é o melhor caminho, não apenas para derrubar o governo como também para construir nos fatos esse grande acordo nacional que estamos todos buscando.

Que transformações podem ser esperadas este ano?

— Quando terminar este ano de 1980, se nós não tivermos liquidado definitivamente o governo, o pouco que dele restar vai ser muito fácil de liquidar. □

URUGUAI

A Convergência Democrática

A oposição se une dentro e fora do país para enfrentar a ditadura militar

AMÉRICA LATINA

Na sala de imprensa do edifício das Nações Unidas foi formalmente anunciada, em 22 de abril passado, a fundação do grupo Convergência Democrática do Uruguai, com o objetivo de restabelecer as liberdades democráticas no país. Para os membros do grupo (ver quadro), a estruturação de uma ampla convergência democrática das forças de oposição do Uruguai visa a discussão e a possível adoção de um programa de luta comum.

O Presidente do grupo, Juan Ferreira, explicou a **Cadernos do Terceiro Mundo** que a Convergência não é coligação política nem uma aliança entre partidos, mas sim um acordo entre personalidades, entre eles Blancos, Colorados, militantes da Frente Ampla e independentes. Os documentos que serão elaborados e as conclusões tiradas poderão servir de base para os diálogos entre as organizações opositoras, na busca de se chegar a uma ação comum. A iniciativa, explica Ferreira, não está restrita a aproximação das organizações políticas, atuando também como polo catalizador de todas as insatisfações gerais do país. Nesse sentido é significativa a decisão de ter sido feito o lançamento oficial do grupo no dia 20 de maio, data em que se comemora o assassinato, por parte de um comando militar uruguaio, em Buenos Aires, de destacados dirigentes políticos do país: o senador Zelmar Michelini e o deputado Hector Gutierrez Ruiz.

Gutierrez Ruiz, Presidente da Câmara dos Deputados até o golpe militar de junho de 1973, pertencia ao Partido Nacional. Michelini ao Partido Colorado ou Batllista (nome que lembra José Batlle y Ordoñez, o dirigente daquele partido no começo do século) havia sido eleito pela frente Ampla. Desde o exílio na Argentina, os dois dirigentes fizeram uma aliança entre os seus respectivos partidos na luta contra a ditadura, seguindo a linha de um comunicado comum firmado entre a Frente Ampla e o Partido Nacional no mesmo dia do golpe.

O assassinato e o clima de repressão em ascenso na Argentina (onde os dirigentes políticos mais destacados tinham se exilado) atrasou esses esforços unitários, mas não dissipou o desejo da oposição de concentrar esforços para uma união nacional.

Em 1978, começou a funcionar organicamente a Frente Ampla no exterior, reunindo a maioria das forças que tinham integrado a coalizão no Uruguai. Em novembro de 1979 a Frente Ampla convocou uma grande cruzada nacional pela democracia, afirmando que "para derru-

bar a ditadura devia-se tentar a convergência de todas as forças opostas a ela".

O líder do Partido Nacional, Wilson Ferreira Aldunate (ver entrevista neste mesmo número), defendeu um grande acordo espiritual de todos os uruguaios. Simultaneamente, os Partidos Pátria Grande e Pela Vitória do Povo emitiram um documento comum onde consideravam "indispensável e urgente a união de todos os orientais", sustentando que "uma real convergência antiditatorial seria a resposta necessária a tantas indignidades."

O grupo Convergência Democrática é, sem dúvida, resultado de todas essas coincidências. Mas é ainda uma incógnita a atitude que tomarão os setores mais moderados do Partido Colorado e a Democracia Cristã, assim como os grupos da esquerda mais radical. O que se sabe com certeza é que a iniciativa despertou enormes expectativas no interior do país, onde a alternativa não está na falsa opção entre "ordem e subversão", como apregoam os militares, e sim entre a irreconciliável oposição entre ditadura e democracia. ☐

QUEM SÃO OS CONVERGENTES

Juan Raúl Ferreira (jornalista e integrante da juventude do Partido Nacional) — Presidente; Justino Zavala Carballo (Batllista, ex-diretor do canal estatal de televisão) — Secretário; Carlos Martínez Moreno (escritor e advogado, defensor do General Liber Seregni, apoiou como militante independente a Frente Ampla) — Secretário; Atílio Scarpa (Partido Nacional, pesquisador de história); Eduardo Eyrachard (Partido Colorado, empresário); Diego Achard (Frente Ampla, independente, jornalista); Carlos Gurmendez (Partido Colorado, ex-embaixador); José Korzeniak (Partido Socialista, professor de direito constitucional); Luiz Echave (Frente Ampla, Partido Comunista).

A proposta da democracia-cristã

especial

A conquista da democracia e as vias para alcançá-la suscitam, em toda a América Latina, um amplo debate. Essa discussão ganhou maior amplitude depois das sangrentas experiências ditatoriais da Argentina, do Chile e do Uruguai, dos acontecimentos da América Central e do Caribe, particularmente a vitória popular na Nicarágua, e, também, da abertura política que, no Brasil, dá os seus primeiros e difíceis passos.

Como saída para os regimes ditatoriais está aí em discussão o projeto de Carter sobre a "democracia viável". Mas, em geral, ela é considerada por muitos como uma fórmula contínua-

ta, que não é nem democrática nem tão pouco viável.

Também as propostas da social-democracia e da democracia cristã, ambas de origem européia, enfrentam crescente resistência, nas correntes progressistas e revolucionárias da América Latina, como incapazes de atender ao desafio latino-americano.

Nesta edição, nosso correspondente no Equador, José Steinsleger e nossos colaboradores Alberto Lovera, da Venezuela e Victor Gutiérrez, de Costa Rica, abordam um desses campos ideológicos e políticos: o do modelo democrata-cristão, total ou parcialmente no poder nesses países. Na sua análise sobre El Salvador, Roberto Remo, da

equipe internacional de editores de "Cadernos", também aborda, embora periféricamente, o tema, quando faz referências às posições da DC salvadorenha e ao desgaste dessa corrente, na dramática experiência que vive, como integrante da Junta que tenta governar esse país em guerra.

Em edições futuras, esperamos poder voltar ao tema, ampliando a análise e as informações a outros projetos políticos que disputam as preferências dos latino-americanos. No fundo, o que está em jogo é o problema da democracia, ou seja, o direito dos povos escolherem, livremente, as formas de governo que desejam e os caminhos a que aspiram.

Equador

Hurtado: ideologia e Política

O vice-presidente do país defende o socialismo comunitário, uma proposta da democracia-cristã equatoriana

José Steinsleger

No Equador, a democracia cristã tem uma importância eleitoral pouco significativa. No entanto, ela tem grande influência entre os grupos políticos ligados aos setores de médios e baixos salários. E sua diferença em relação aos outros partidos democrata cristãos da América Latina, é que ela "não provém de partidos católicos, não tem vinculações com a Igreja, nem recebe sua influência", segundo Osvaldo Hurtado, vice-presidente do Equador.

O PDC equatoriano foi constituído em 1964 por jovens ativistas cristãos de universidades e sindicatos em Guayaquil, Loja, Cuenca e Quito. Em 1968, o Partido ocupou o Ministério do Trabalho no governo de Velasco Ibarra e, em 1972, pouco antes do golpe militar do general Rodríguez Lara, integrou, com algumas organizações marxistas, a Frente da Pátria, para participar das frustradas eleições desse mesmo ano.

Na década de 70, a figura de Osvaldo Hurtado, como o principal teórico e político da democracia cristã equatoriana, foi crescendo entre



O Vice-Presidente Hurtado

AMÉRICA LATINA

partidários e opositores.

Essas considerações lhe vale-ram, durante a campanha eleitoral, as acusações de comunista e marxista por parte de organismos como a Câmara dos Industriais e dos partidos de direita e ultra direita. Porém a obra de Hurtado como sociólogo não foi esquecida pelas mesmas correntes de esquerda e direita que o criticam. Escritores marxistas, como Pedro Jorge Vera, afirmaram que sua obra, *"O Poder Político no Equador"*, "nos proporciona uma compreensão global do que fomos e do que somos como ser nacional."

Politicamente, Hurtado defendeu a criação da Corporação Estatal de Petróleo Equatoriana (CEPE) e o imposto ao patrimônio da oligarquia, para controlar as evasões fiscais, e participou da redação da Nova Constituição Nacional.

Durante a segunda etapa do governo militar (1976-1979),

Hurtado atacou o rumo da política petrolífera, denunciou o enviduamento externo e ficou contra "a distribuição regressiva da receita."

Em relação ao aspecto econômico, as concepções de Hurtado (que, como vice-presidente, se encontra à frente do Conselho Nacional de Desenvolvimento) destacam as características de três setores básicos:

a) *área de prioridade social, não estatal*: uma área de prioridade comunitária;

b) *área estatal de recursos naturais*: o petróleo deve ser nacionalizado no momento em que dê mais benefícios para o país.

c) *área privada da economia*: o artesanato, pequenas propriedades agrícolas, etc. — indústria estatal (setores monopólicos), pequena e média indústria (particulares), grande indústria (trabalhadores e Estado).

Esses são em linhas gerais os ideais do socialismo comunitário.

Cadernos do Terceiro Mundo fez uma entrevista com o Vice-Presidente, abordando os principais pontos polêmicos da política do país.

O desconhecimento jurídico por parte do Tribunal Superior Eleitoral em relação ao seu partido, a Democracia Popular e Cristã, decidiu a sua filiação na Concentração de Forças Populares (CEP) para lutar nas eleições. Que efeitos produziu essa atitude entre seus companheiros de partido, considerando suas críticas anteriores à CFP?

— Minha incorporação temporal e meramente formal à CFP, assim como a de outros companheiros da DP, foi motivada por razões estritamente conjunturais. O desconhecimento da DP foi uma medida repressiva da ditadura e fundamentalmente uma manobra do general Bolívar Jarín Cahueñas, ex-ministro do governo (nota da redação: acusado de ser o responsável pelo assassinato do ex-candidato presidencial Abdón Calderón Muñoz), e de seu colaborador, o presidente do TSE, Carlos Arízaga Vega. À essa manobra da ditadura, cujo propósito era destruir o meu partido e liquidar uma alternativa popular e progressista que se oferecia ao país, o DC respondeu com uma decisão pragmática, no sentido de que eu passasse a integrar os registros da CFP. Obviamente, uma decisão de tal natureza provocou sérios transtornos em nossas fileiras.

Alguns militantes, atuando com mais sentimento do que com a razão, chegaram a adotar posições extremadas, marginalizando-se da vida partidária.

Ideologia e política

A DC equatoriana foi sempre para você um partido ideológico?

— A ideologia é a grande inspiradora das ações políticas, mas é através do político que se estrutura uma estratégia e uma tá-

tica destinada a alcançar os postulados esboçados pela ideologia. Porém, quando a ideologia toma o lugar da ação política, e também da estratégia e da tática, se transforma em ideologismo. Este desvio, o ideologismo, vem prejudicando seriamente os partidos ideológicos que se caracterizam pelo desejo de acomodar a realidade aos acontecimentos e às conjunturas, como também aos mandatos e aos princípios ideológicos. O resultado objetivo é a sua marginalização da dinâmica da realidade política.

Uma atitude como a sua reformula a concepção tradicional do que se conhece como participação política em seu país?

— O petróleo divide em duas etapas a vida econômica do Equador. O mesmo acontece com o referendo constitucional. Fiz essa previsão em 1977 e os acontecimentos estão me dando razão. Assistimos a um novo quadro ideológico e político da sociedade equatoriana e estamos presenciando um novo sistema de partidos, um novo estilo de fazer política. De algum modo a ação política que a DP vem desenvolvendo se insere nesses supostos diagnósticos e na necessidade que tinha um partido político — que como todos os grupos era bastante independente — de buscar o diálogo com outras forças para estabelecer um projeto comum.

Como o cefepismo interfere e altera o seu pensamento democrata cristão? Pertencer simultaneamente a Concentração de Forças Populares altera em algo a sua ideologia?

— De modo algum. Quando resolvi filiar-me à CFP deixei bem claro através dos meios de comunicação que não estaria sujeito nem a sua disciplina nem a sua doutrina nem a seus dirigentes. E isso vem realmente acontecendo. A Democracia Popular, já

reconhecida em nossos dias, é a Democracia Cristã do Equador.

Você tem declarado em algumas oportunidades que a Democracia Cristã equatoriana não concorda com uma plataforma internacionalista. Como você concebe a articulação entre o nacionalismo e o internacionalismo da Democracia Cristã? Há heterogeneidade nas políticas da DC na América Latina e no mundo ou atuam sob um denominador comum e uma direção centralizada?

— A heterogeneidade dos partidos da DC no mundo é uma confirmação de que não existe uma internacional democrata cristã. Se existisse, se houvesse esse mando superior inspirado em alguma cúria romana, definindo o conteúdo doutrinário e as linhas básicas, aqueles que ousassem desviar-se dos mandamentos transmitidos seriam levados ao ostracismo, como já sucedeu em outros grupos políticos. O fato de que há diferentes conteúdos ideológicos nos partidos da DC demonstra a inexistência de uma internacional democrata cristã nos termos que o mundo conheceu depois da I Guerra Mundial.

Aumentar a nossa capacidade de negociação

Gostaria que você aprofundasse alguns pontos em relação a suas críticas à esquerda marxista equatoriana.

— Efetivamente eu tenho sido muito crítico com a esquerda marxista equatoriana. Mas se daí alguém conclui que sou um anti-comunista ou um macartista, então já não há nada do que falar. Porque minhas críticas jamais tiveram um conteúdo nesse sentido. É uma crítica à sua falta de visão política, à sua falta de compreensão da realidade nacional. E isto, não há dúvida, é um problema para o diálogo. Trata-

se de um mecanismo insustentável. Posso dar um exemplo do raciocínio de alguns grupos: a democracia cristã chilena esteve contra Allende durante o governo da Unidade Popular. A CIA esteve contra Allende, em consequência, Osvaldo Hurtado, democrata cristão equatoriano, faz o jogo da CIA. O diálogo então se rompe. E como eu não sou marxista, sou, portanto, anticomunista. Isto é o ideologismo, como eu lhes disse antes. É um mecanismo onde a dialética desaparece.

O que fará seu governo para enfrentar as companhias multinacionais?

— Penso que deveríamos redefinir as relações entre os Estados do Terceiro Mundo e as multinacionais, introduzindo um novo elemento na análise desse problema, que é um problema político. Enquanto não aumentarmos nossa capacidade de negociação e com ela a nossa qualificação técnica pouco poderemos avançar. Muitas vezes as multinacionais nos exploram mais porque temos técnicos de terceira categoria negociando com elas. Carecemos de gente com a suficiente lucidez, capacidade e competência para discutir de igual para igual, a fim de advertir ou descobrir onde nos vendem gato por lebre.

Você não acha que a incompetência dos técnicos é também consequência do monopólio tecnológico, de mecanismos que impossibilitam premeditadamente o acesso ao conhecimento quando se trata de técnicos nacionais?

— Não exatamente. Eu diria que a forma como o Equador negociava com as multinacionais na década passada mudou substancialmente em relação a como se negocia hoje em dia. Elevamos a nossa capacidade.

Isso quer dizer que para você há uma diferença radical entre as duas etapas do governo militar?

— Somente no campo da negociação do petróleo. E isto está claro pelos resultados, considerando a década passada e a atual. É evidente que o problema não se esgota nesse ponto. Acredito que a presença das multinacionais, com todo o seu imenso poder e capacidade financeira e tecnológica, é também um fato político. Não podemos prescindir desse fato político. Exemplifiquemos: está previsto o desenvolvimento de uma indústria automobilística no Equador para prover o Pacto Andino. Está o Equador em condições de produzir uma tecnologia que fabrique um automóvel competitivo? Creio que não. Podemos prescindir de uma multinacional que pode dar-nos tecnologia e assistência financeira? Acho que a resposta também é negativa, porque nesse momento estaríamos perdendo toda a possibilidade de utilizar a concessão que nos deu os países do Pacto Andino para produzir automóveis. Temos que negociar. O importante é negociar em termos convenientes para o interesse nacional.

Sindicalismo e Reforma Agrária

E quando a multinacional decide boicotar os mercados como sucedeu com a Texaco-Gulf em 1975?

— Aí temos dois caminhos: um dirigido para o âmbito interno e onde o país deve recorrer ao direito de sua soberania, estabelecendo as sanções e responsabilidades do caso. E outro para o exterior, onde há somente uma saída: fazer com o comércio em geral o que temos feito com a OPEP. Enquanto não aumentarmos no plano internacional nossa capacidade de negociação, estaremos submetidos à voluntariedade dos países imperialistas. Mas se integramos um instrumento de poder como a OPEP, nem sequer negociamos, imomos condições.

Na Declaração de Princípios da Democracia Cristã (abril de 1978), destaca-se o princípio da empresa comunitária. Mas as centrais de trabalhadores desconfiam de sua gestão administrativa, pois, segundo elas, você seria partidário da formação de um sindicalismo vertical, solidamente ligado ao Estado. Afirmam que o apoio que você deu à CEDOC (uma das centrais operárias do Equador), de Germán Barragán, por não ser representativa é um exemplo de sua opinião neste sentido.

— Durante a campanha eleitoral eu fui o principal alvo dos ataques da direita e da extrema esquerda. Isso é frequente para os políticos que, embora não se identifiquem com o pensamento marxista, estão ao mesmo tempo convencidos da necessidade de uma reforma social, o que não exclui que sejamos vistos com desconfiança por aqueles que afirmam representar a vontade das massas. Sem discutir se eles realmente as conduzem, o curioso é que enquanto os setores da ultradireita me olham com suspeita, o mesmo acontece com os setores ligados à esquerda marxista. Penso que este é o destino de todos aqueles que procuram encontrar um caminho diferente. Mas se essas críticas se dão no nosso caso, a explicação está na viabilidade de nosso projeto. Eles têm medo e por isso me atacam.

Em relação ao problema do sindicalismo quero dizer que criar um sindicato estatal, monopolizado pelo Estado, vai contra meus princípios. Vai contra um princípio defendido pela Democracia Cristã que é o pluralismo. Da mesma forma, como acho que a base de uma sociedade democrática é o pluralismo ideológico e político, acho também essencial o pluralismo sindical. Que os trabalhadores se agrupem de acordo com seus próprios critérios e valores. Eu não iria de-

fender uma medida que seria tão pouco democrática, tão pouco prática e, além disso, inconstitucional.

Os governos equatorianos sempre sofreram um fator de desestabilização no século XX: a questão agrária. Hoje em dia, por exemplo, o Equador importa alimentos. Como se explica isso?

— Quando na campanha eleitoral analisávamos o problema da distribuição de riqueza dizíamos que isso se dava em várias escalas entre as classes sociais. Mas também existe uma má distribuição da riqueza de ordem espacial. Este é o problema das grandes metrópoles, Quito e Guayaquil. É necessário tomar decisões para inverter o processo histórico do desenvolvimento econômico equatoriano. É necessário deslocar recursos para o campo: obras de infraestrutura, estradas vicinais, salubridade, educação, tecnologia, créditos, promover a organização e participação social dos camponeses.

Como seria aplicada a Reforma Agrária?

— Nós usaremos a lei vigente de Reforma Agrária. Por temperamento, não sou partidário de reformas jurídicas como solução para os problemas sociais e econômicos. Em matéria de Reforma Agrária sobretudo, o problema não é de leis e sim de decisões políticas. A ditadura do general Rodríguez Lara fez uma lei de Reforma Agrária em 1974. Mas se você fala com os funcionários do Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC), eles lhe dirão que contam apenas com 10% do orçamento necessário para implementar o que está nas leis. Acho que é necessário prosseguir a Reforma Agrária, consolidar o que já se fez, demonstrar que é um projeto viável. Demonstrar que não é lícito deixar aos camponeses uma simples terra parcelada, inútil para o cultivo. □

VENEZUELA

Uma guinada para a direita

especial

Setores mais conservadores da democracia cristã tentam se apresentar agora como alternativa neutralizadora do avanço revolucionário dos povos latino-americanos

Alberto Lovera*



Herrera Campins

Desde que o governo democrata-cristão, presidido por Luis Herrera Campins do partido COPEI, tomou posse na Venezuela, foram feitas várias mudanças na política exterior do país que vinha se destacando ultimamente com posições que coincidiam com as dos países progressistas e que mostravam um certo grau de independência em relação à linha adotada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

No poder, os democratas cristãos deram um giro para a direita na política internacional (e na política interna também). A orientação da chancelaria venezuelana se identifica cada vez mais com as posições norte-americanas. Por trás do Chanceler Zembrano Velazco move-se o ex-Chanceler Arístides Calvani, dirigente da Organização Democrata Cristã da América (OCDA), que parece ser o verdadeiro mentor intelectual da política internacional da Venezuela. Caso continue a orientação atual da política exterior do governo, como tudo parece indicar, ela se converterá, como está se convertendo, num obstáculo na luta dos povos latino-americanos por sua autodeterminação.

Quando os democratas cristãos assumiram o governo, em março de 1979, estava no auge a luta na Nicarágua, que conduziu

à deposição de Somoza e ao triunfo da Frente Sandinista. Era um momento decisivo, onde a solidariedade internacional com a luta do povo de Sandino assumia uma importância capital. Herrera Campins encontrou no país uma política solidária com a Nicarágua que dificilmente poderia ser alterada e teve que aceitar a herança política do governo de Carlos Andrés Pérez que o precedeu.

Campins e seus seguidores começaram, então, a pressionar a Junta de Reconstrução Nacional recém constituída e também a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com a intenção de ampliar a Junta com um membro democrata cristão, mesmo sabendo que a democracia cristã não tem nenhum peso político na Nicarágua. Fracassadas as pressões, o representante da Venezuela na OEA foi substituído por um membro da ala direita do partido do governo, justamente na sessão que ia discutir o caso da Nicarágua.

No entanto, a ação do Pacto Andino para impedir que prosperasse a proposição dos Estados Unidos de intervir na Nicarágua por meio de uma "Força Interamericana de Paz" deu impressão diferente da verdadeira orientação da política exterior venezuelana. O efeito positivo da ação

(*) Sociólogo Venezuelano

seria deixado de lado pelas futuras atuações da chancelaria venezuelana. O atraso no reconhecimento do Governo de Reconstrução Nacional e os constantes adiamentos na normalização das relações entre os dois países tinham um significado ainda um tanto obscuro, mas que ficaria mais claro alguns meses depois.

A aliança com o imperialismo

Tudo parece indicar que diante do triunfo sandinista o acordo da democracia cristã venezuelana com os Estados Unidos se centrou nos problemas futuros tanto na Nicarágua como de toda a América Latina. Ante a ascensão de um novo ciclo do movimento revolucionário latino-americano, iniciado com a revolução sandinista, a ala mais conservadora da democracia cristã internacional estaria tentando lançar-se como solução para a reconstrução dos países onde as massas se levantam contra os regimes ditatoriais. Ante as dificuldades encontradas pela social democracia de se fixar como alternativa para substituir as ditaduras do continente latino-americano, a democracia cristã estaria tentando ocupar o seu lugar. Apresenta-se como uma nova opção, mais leal e confiável, para o sistema capitalista, numa espécie de ajuste de contas com a social democracia a nível internacional. A participação dos democratas cristãos em vários governos, somados aos que já se encontram no poder, lhes dão a condição de se considerar, de novo, em ascenso. Através do governo pretende-se colocar a política exterior da Venezuela a serviço da democracia cristã internacional, com íntima colaboração com o imperialismo norte-americano.

O objetivo da ala mais conservadora dos democratas cristãos seria se apresentar como uma "terceira via" ou uma "ter-

ceira alternativa", entre os EUA e Cuba, segundo eles, a única opção existente no campo dos aliados internacionais latino-americanos. Essa "terceira alternativa", identificada com a política norte-americana, não é nada mais do que uma tentativa para confundir os povos que lutam pela independência e autonomia

El Salvador: Uma nova prova

O golpe de Estado, inspirado pelos EUA, que derrubou o General Oscar Romero em El Salvador evidenciou a falácia da "terceira alternativa" proposta pelos democratas cristãos, liderados pelo governo venezuelano. Ali pode-se ver a serviço de quem está a atual diplomacia venezuelana, dirigida pelo ex-chanceler Calvani. A Junta Salvadoreña, como se sabe, tenta deter o avanço das forças populares e revolucionárias e conseguiu se manter até agora no poder graças ao apoio econômico, político e militar que a Venezuela, os Estados Unidos e a organização internacional da democracia cristã lhe tem dado.

O governo democrata cristão venezuelano tem dado créditos e ajudas às ditaduras de El Salvador, Honduras e Guatemala, com a justificação de que com isso "ajudam a democratização". Mas o que não se justifica é que enquanto os empréstimos para os países com governos ditatoriais se resolvem rapidamente, demoras injustificáveis atingem os acordos financeiros e petrolíferos entre a Venezuela e a Nicarágua, onde todos os setores progressistas esperam ansiosamente por eles. Os nicaraguenses contam também com a ampliação desses acordos durante a visita que Herrera Campins fará ao país, pois estão em fase de reconstrução e consolidação da democracia popular.

As relações com Cuba

Em sua estratégia de bloquear o avanço das forças progressistas na América Central e no Caribe, o governo venezuelano, estimulado por setores reacionários do país, vem deteriorando as relações que existiam com Cuba: dando um destaque exagerado aos fatos provocados pelo tráfico ilegal de vistos na embaixada da Venezuela em Havana, denunciado pelo novo governo venezuelano, que iniciou uma investigação; exagerando os assaltos a embaixada venezuelana em Cuba; e apoiando uma campanha para deteriorar as relações entre os dois países, com a intenção de isolar o Governo de Cuba. Isso sem contar com as agressões que a polícia política venezuelana liderou contra o embaixador de Cuba na Venezuela, numa flagrante violação das normas mínimas de respeito internacional, provocando o retorno do embaixador cubano ao seu país e a redução do pessoal diplomático na Venezuela.

A mudança de governo em Caracas atingiu com mais intensidade a política exterior. É uma virada que tem a intenção de bloquear as lutas populares que surgem com possibilidades de vitória, a partir de um novo ciclo revolucionário que se abriu com a revolução sandinista. Estar atento a este jogo da direita na política internacional venezuelana é importante na estratégia das lutas atuais do continente. Mas não devemos nos esquecer dos "pés de barro" de toda a política reacionária na Venezuela: o povo venezuelano, sua combatividade e sua tradição de solidariedade com todos os povos que lutam. □

COSTA RICA

especial

Os desvios de Carazo

A aplicação da linha liberal-conservadora que chegou ao poder em 1978 ameaça as conquistas democráticas do povo costarriquenho

Victor Gutiérrez

Costa Rica, o único país da América Central onde a democracia liberal funciona — razão pela qual lhe atribuem a qualificação de “a Suíça da América”, antes reservada ao Uruguai —, não escapou dos ventos transformadores que sacodem a região. Os meios de comunicação destacam a “virada direitista” da política do Presidente Rodrigo Carazo, que recentemente apoiou ativamente os sandinistas e agora apoia a junta cívico-militar salvadorenha, abre as portas do país à imigração cubana e acusa o comunismo de fomentar greves em seu país.

No entanto, o que é considerado no exterior como uma mudança política contraditória não é para os costarriquenhos senão a aplicação conseqüente da linha de centro-direita do governo de Carazo. Desde a sua subida ao poder em 1978, seu governo não se caracterizou por uma orientação popular e progressista. No plano econômico, as dificuldades são atribuídas à crise mundial e ele as tem enfrentado com as tradicionais receitas antipopulares do Fundo Monetário Internacional: liberação de preços de artigos básicos, aluguéis e empréstimos (o juro subiu de 9 e 12% quando começou a atual administração para 20 e 22% hoje), ao mesmo tempo em que



O Presidente Rodrigo Carazo

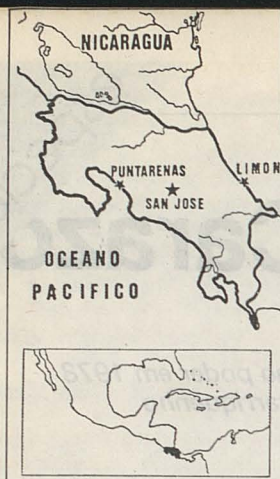
se anuncia uma política de austeridade que poderá provocar o aumento dos impostos e uma desvalorização da moeda.

Simultaneamente, perseguem a atividade dos sindicatos de esquerda (ainda que, deve-se reconhecer, não se recorra a repressão policial senão em casos extremos), assim como o discurso

político emprega com frequência cada vez maior o verbalismo da guerra fria, perturbando as relações diplomáticas com os países socialistas.

Uma aliança heterogênea

Esta política está ligada a composição de forças que levou Carazo à presidência, afastando



do poder o Partido Libertação Nacional (PIN), de tendência social democrata. No Partido Unidade, governante, coexistem a direita liberal tradicional — cuja principal bandeira é a luta contra o intervencionismo do Estado na economia, defendida pelos social-democratas — e o neoliberalismo dos empresários modernos, mais inclinados aos modelos autoritários que hoje predominam no Cone Sul. Carazo reuniu também o apoio de alguns interesses das multinacionais, amendrontados com a origem sindicalista de Luis Alberto Monje, o candidato presidencial do PLN. Finalmente, somaram-se a sua coalização grupos médios de tendência abertamente fascista — insuflados pelos setores tradicionalistas da Igreja — como também, num outro extremo, os “calderonistas”, que lhe deram a maior base eleitoral. Este grupo, de origem cristã, que nos anos 40 chegou a fazer uma aliança com os comunistas, está hoje totalmente voltado para a direita. No entanto, sua velha raiz populista ainda os coloca como centristas na coalização do poder, atuando como contra-peso das tendências mais reacionárias.

A Opção pelos Sandinistas

O apoio do governo de Carazo à Frente Sandinista de Liberta-

ção Nacional — que constituiu, sem dúvida, num apoio fundamental para o triunfo da revolução nicaragüense — não foi incoerente. Do ponto de vista ideológico, a oposição à Somoza na coalização governante se baseou no sentimento antiditatorial do liberalismo, enquanto que, do ponto de vista econômico, Somoza representava uma ameaça para importantes setores da burguesia costarriquenha pelos investimentos que seu grupo realizava em terras, hotéis e indústrias, com pretensões, inclusive, de penetrar nos meios de comunicação coletiva.

Finalmente, influenciou a decisão do governo de São José de apoiar ativamente a luta antissomozista a ameaça do ditador nicaragüense de invadir a Costa Rica. A partir desse grosseiro erro de Somoza, Carazo passou a considerar os sandinistas como a primeira linha de defesa costarriquense, de acordo com o velho ditado que diz: “o inimigo do teu inimigo é teu amigo”. Seria errado acreditar que o apoio ao sandinismo por parte do governo da Costa Rica começou com essa ameaça (que, na verdade, foi bem séria) mas, sem dúvida, foi a partir daí que ele passou a ser mais profundo e sistemático.

Por outro lado, do ponto de vista político, o presidente Rodrigo Carazo sentia a pressão de todas as camadas de seu povo — em especial os setores populares — que apoiavam de maneira concreta e unânime a luta sandinista contra a ditadura do país vizinho.

Solidariedade Democrata Cristã

Foi muito simpática a atitude do governo da Costa Rica em relação a junta salvadorenha, que recebeu apoios e estímulos públicos do presidente Carazo. Tanto ele como os membros civis do regime salvadorenho são democrata cristãos e, obviamente,

te, a solidariedade ideológica foi o motivo principal desta posição. Por outro lado, diferente do regime somozista, a junta salvadorenha não representa nenhuma ameaça militar ou econômica que possa preocupar a Costa Rica.

Mas até onde pode chegar essa solidariedade? Fora as declarações, não há até agora outro tipo de colaboração ativa com o regime salvadorenho, pelo menos diretamente. Houve, no entanto, um pequeno escândalo em São José quando o governo de Carazo autorizou a instalação de um posto de observação norte-americano nas montanhas da Costa Rica. Essa missão do exército dos Estados Unidos foi justificada como técnica, ligada a meteorologia. Mas deputados de esquerda denunciaram que sua finalidade verdadeira seria a de controlar as atividades guerrilheiras em El Salvador. O PLN e deputados da coalizão governante engrossaram as críticas e a missão teve que retirar-se, de acordo com um artigo constitucional que proíbe a presença militar estrangeira no país sem autorização parlamentar. Nos últimos dias da insurreição nicaragüense outra expedição militar norte-americana “de observação” teve que retirar-se da Costa Rica pelo mesmo motivo, a segunda tentativa norte-americana de “desembarque” derrotada pelo Congresso deste pequeno país sem exército.

Porém, a posição do governo não impede que os opositores salvadorenhos tenham na Costa Rica um de seus principais apoios externos. A tradição de liberdade permite, apesar dos desejos contrários do governo, que os patriotas salvadorenhos encontrem no povo costarriquenho possibilidades de asilo, de emprego e de trabalho político, assim como um ambiente propício ao diálogo entre as diferentes forças populares salvadorenhas e sua projeção através da

opinião pública mundial. Ao mesmo tempo, o liberalismo permite também uma forte atividade das polícias políticas dos regimes ditatoriais da América Central.

As Lutas Populares

Assim como Carazo aparece como dando uma virada política no contexto das notícias internacionais, as agências de notícias apresentam agora as lutas populares na Costa Rica como se elas tivessem origem no triunfo sandinista na Nicarágua. Esta imagem — que no fundo apoia a “teoria dos dominós”, utilizada pelos ideólogos do Pentágono para justificar seus planos intervencionistas na região — está fora da realidade. As lutas populares sempre foram uma constante na história social da Costa Rica desde a grande greve da banana em 1934 nas plantações da *United Fruit*. Entre 1940 e 1948, sucessivos triunfos populares impõem à Costa Rica o Seguro Social, o Código do Trabalho, a estabilização dos preços dos artigos básicos, uma política de habitação popular e outras conquistas sociais. Em 1948-49 estoura a guerra civil entre as milícias operárias e a burguesia.

Entre 1949 e 1975 as lutas populares se encaminham para a obtenção da legalização dos partidos revolucionários e para fortalecer o sindicalismo de esquerda, que, em 1970, trava uma grande batalha contra a multinacional *Aluminium Company*. Entre 1975 e 1978 surgem as greves operárias e comunitárias por maiores salários, reconhecimento dos sindicatos e reivindicações das Comunidades (municípios). O ponto mais alto foi a grande greve de 1977 em Limón, que paralisou o maior porto atlântico do país, por reivindicações municipais.

Em 1978 e 1979 os sindicatos tomaram a decisão de decretar uma espécie de trégua unilateral

para não incomodar o governo no seu apoio aos sandinistas. O fim da trégua foi dramaticamente expressado por uma greve, no início de 80, nas plantações de banana, que a imprensa internacional — agora sim preocupada com a América Central — considerou como uma influência pelo triunfo nicaraguense.

Preparando as Eleições

Neste clima é natural que o prestígio político do governo de Carazo tenha diminuído. Segundo uma pesquisa da empresa Consultoria Inter-disciplinar de Desenvolvimento, recentemente publicada, somente 23% dos entrevistados ficaram a favor do governo.

Buscando capitalizar esse despréstígio e, ao mesmo tempo, minimizar suas sérias discrepâncias internas, o partido Libertação Nacional, em abril, dois anos antes da data das eleições (previstas para fevereiro de 1982), realizou reuniões internas para designar seu futuro candidato presidencial. Disputavam cinco pré-candidatos, apesar da opção mais forte estar dividida entre as tendências encabeçadas por Carlos M. Castillo e Luis Alberto Monge.

Castillo, ex-vice-presidente do país durante o governo de Oduber (1974-78), ex-tecnocrata internacional (ocupou altos cargos na CEPAL e no Mercado Comum da América Central), atual deputado e acionista de várias empresas, representava os interesses empresariais do PLN e está mais próximo do que Monge dos norte-americanos.

Luis Alberto Monge, ex-sindicalista, foi o primeiro secretário-geral da central internacional social democrata da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT). Foi um dos fundadores do PLN e candidato à presidência derrotado por Carazo em 1978. Monge não é um empresário, mas está ligado por parentesco a fortes capitais

costarrriquenhos de origem israelense. Nas eleições internas do PLN, nas quais votaram todos os filiados que já ocuparam cargos de eleição popular no partido ou no Estado, houve manifestações de apoio da juventude, intelectuais progressistas e, no conjunto, de camadas mais populares do que as que apoiaram Castillo. E Monge foi eleito com 70% da votação.

Agora, para evitar divisão, Monge terá que negociar com as forças que apoiaram Castillo, procurando, ao mesmo tempo, não perder sua imagem de candidato popular. Segundo a pesquisa do CID, quase 60% dos habitantes da capital acreditam que se o PLN estivesse no governo atualmente a situação seria igual ou pior. No entanto, os analistas prevêm que é ele o candidato com maiores possibilidades.

Outras candidaturas de menor expressão ainda podem surgir, tanto ligadas à extrema direita, que organiza um novo partido, como à Frente Popular, que se define por um confuso projeto nacional e patriótico que não seria “nem direita nem esquerda”.

As forças de esquerda, por outro lado, se apresentaram nas eleições de 1978 na coalizão Povo Unido (integrada pelo Partido Vanguarda Popular — comunista —, o Partido Socialista Costarriquenho e o Partido dos Trabalhadores). Hoje, estas organizações se propõem a preparar desde agora a campanha para 1982, atuando com maior agressividade e combatividade.

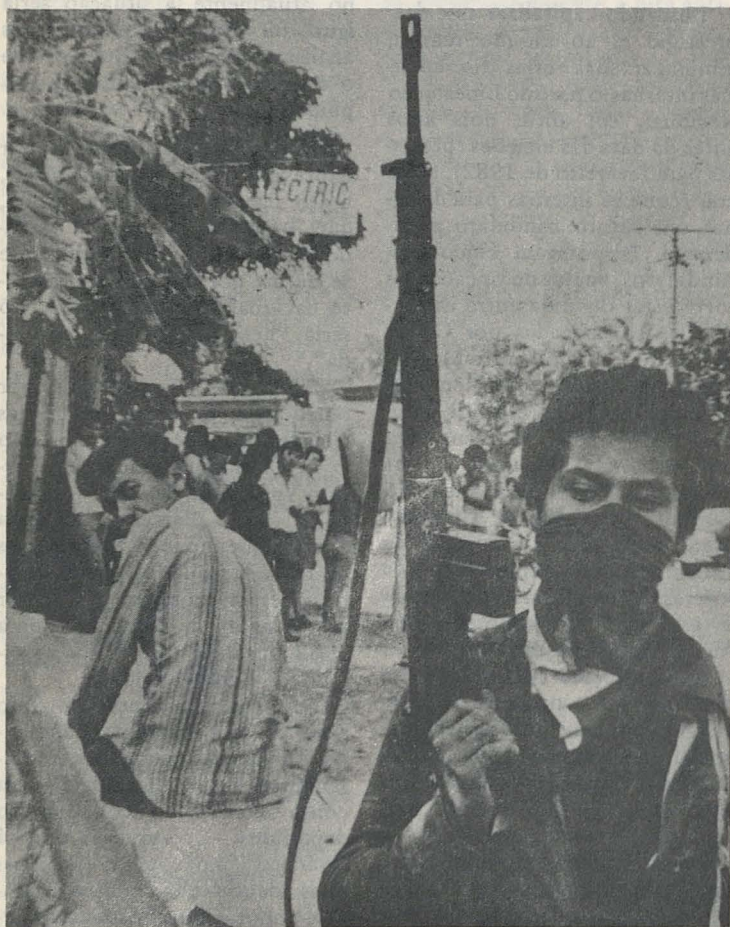
Se a coalizão consegue, como esperam seus dirigentes, aumentar substancialmente sua representação no Parlamento — ela conta atualmente com quatro deputados —, a esquerda poderá levar o país para posições mais identificadas com a aspiração popular que busca transformações. □

EL SALVADOR

Por uma democracia revolucionária

As perspectivas do processo político salvadorenho analisadas por seus protagonistas. O futuro do exército, as alianças populares e as ameaças de uma intervenção norte-americana

Roberto Remo



O difícil caminho da liberdade

A consolidação da Coordenação Revolucionária de Massas como aglutinadora de inúmeras organizações populares e a constituição da Frente Democrática Revolucionária, que reúne além da Coordenação os partidos centristas, criou um novo panorama político em El Salvador, onde a Junta civil e militar parece a cada dia mais desprovida de apoio político.

Monsenhor Arnulfo Romero denunciou, pouco antes de ser assassinado, que “o governo carece de apoio popular e recorre à potências estrangeiras, como os Estados Unidos e Venezuela, em busca de alguma sustentação”. Segundo Romero, “a democracia cristã, que diz apoiar uma alternativa que se pretende antioligárquica é, na realidade antipopular” e “nem os políticos democratas cristãos nem os militares que integram a Junta estão governando o país, constituindo somente uma aparência ante a opinião internacional.”

“O poder político — afirmou o Monsenhor numa de suas últimas homilias — está nas mãos de militares sem escrúpulos, que só sabem fazer uma única coisa:

reprimir o povo e favorecer os interesses da oligarquia salvadorenha."

No dia 24 de março um disparo certo calou esta voz no momento em que levantava o cálice para consagrar o vinho eucarístico. Rapidamente a imprensa internacional comparou o crime com o assassinato do jornalista nicaraguense Pedro Joaquín Chamorro. A intenção era, talvez, a de provocar um levante espontâneo das massas, como aconteceu na Nicarágua. Sem organização, ele seria facilmente aniquilado em El Salvador. O levante não ocorreu, mas, mesmo assim, a repressão desencadeou uma nova ofensiva a partir dos funerais de Romero.

A Junta, que havia anunciado com grande estardalhaço o início de uma investigação por parte da Interpol, não publicou uma só linha de suas averiguações, enquanto Alírio Ramírez Araya, o juiz responsável pelo caso, era obrigado a exilar-se. "Monsenhor Romero — declarou Araya no exterior — foi morto por um assassino profissional que obedecia as ordens do general Alberto Medrano e do major D'Aubuisson, ambos do exército salvadorenho."

Unidade na Luta

Para Guillermo Ungo, dirigente do Movimento Nacionalista Revolucionário (social-democrata), "o assassinato de Chamorro foi, sem dúvida, um ato de estupidez política por parte de Somoza; mas o assassinato de Monsenhor Romero, ao contrário, foi inteligência política da direita". "O crime — afirmou Ungo — estruturado pelos meios de comunicação, o governo e Washington, privou as organizações populares e o movimento democrático de um fator de coesão, de capacidade de mobilização."

"Se me matam ressuscitarei na luta do povo salvadorenho", profetizou Romero. E apesar da perda irreparável que significou a morte da única figura unanimemente respeitada, continuou forjando-se a unidade na luta. Assim, no dia 10 de abril foi anunciada oficialmente a constituição da Frente Democrática Revolucionária, que reúne as duas grandes correntes de oposição em El Salvador: a revolucionária, organizada na Coordenadora, e a democrática, que há pouco tempo havia criado uma frente de partidos, sindicatos e organizações universitárias.

Na opinião de Ungo, que pertenceu a primeira Junta de governo organizada após a queda do general Romero, em 15 de outubro de 1979, deve-se forjar uma união das oposições que dê "viabilidade, credibilidade, legitimidade e confiabilidade externa a um projeto alternativo democrático revolucionário."

Mas o que significa esta posição? Segundo Ungo, ela tem um conteúdo muito preciso, cuja primeira versão se expressou na Junta cívico-militar que ele integrou, "mas que fracassou porque não tinha poder político." O recente passado político de El Salvador foi pródigo de polêmicas inflamadas, divisões internas e discrepâncias que pareciam não ter salvação. Mas Ungo acredita que estes problemas foram superados "pela convicção de que nenhuma organização é suficiente por si mesma para derrotar o inimigo e impor o seu projeto." De acordo com as organizações revolucionárias, explica, "se pretende um governo de transição e não um projeto socialista, coincidindo-se com a necessidade do pluralismo, ou seja, com o aspecto democrático. Por outro lado, as organizações democráticas estão de acordo com uma proposição revolucionária, entendida como antioligárquica. Há

uma coincidência objetiva: um não pode funcionar sem o outro. Necessita-se da concorrência e do respeito as regras do jogo democrático para derrotar o inimigo, exigindo-se reformas radicais antioligárquicas para poder viabilizar o projeto democrático."

Um Programa Único

Essa "concorrência" foi possível a partir da renúncia dos membros civis da primeira Junta, uma vez que as forças democráticas apoiavam o governo, apesar de ser combatido pela maioria das organizações revolucionárias. "Não me arrependo de ter participado desse governo — comenta Héctor Oqueli, ex-vice-chanceler — porque creio que havia a possibilidade de se levar adiante um projeto de reformas estruturais com democratização. Mas o projeto perdeu toda a sua viabilidade, explica Oqueli, e agora se trata de reformas com repressão e cada vez menos reformas e mais repressão. Nós não podíamos apoiar isso participando da Junta e, portanto, a nossa renúncia provavelmente contribuiu para evidenciar que as condições no sistema salvadorenho são de tal magnitude que é praticamente inviável qualquer projeto que não inclua a esquerda revolucionária" — afirmou Oqueli.

A corrente revolucionária da Frente unificou-se na Coordenadora poucos dias depois da renúncia da primeira Junta. As forças democráticas, ao contrário, demoraram vários meses para chegar a um ponto comum. "Nossa renúncia — explica Ungo — deixou debilitada o que poderia ser uma frente democrática pelo fracasso do projeto que poderíamos chamar de pacífico-democrático e pelas crises e divisões da democracia cristã.

Aos poucos fomos superando lentamente essa dispersão e a própria Coordenadora estimulou

o processo de aproximação da social democracia com a tendência popular dos democratas cristãos e organizações profissionais e sindicais para participar de forma mais eficaz na luta de nosso povo. A Frente Democrática anunciou desde a sua primeira proclamação seu apoio a uma solução que, ao que tudo indica, poderia ser a verdadeira saída para a crise política, econômica e social de nosso povo: a plataforma programática da Coordenadora Revolucionária de Massas."

Consequia-se assim o objetivo de "contrabalançar as intenções de separar o povo organizado de outros setores populares e democráticos." Segundo Román Mayorga, que também integrou a primeira Junta, a aproximação possibilitaria uma espécie de divisão de tarefas, na qual a frente democrática poderá inserir três elementos: primeiro, a incorporação ao processo de setores mé-

dios, já que a Coordenadora representa quase que exclusivamente proletários, camponeses e marginalizados. Esta medida reforçou o movimento e pode se refletir no exército, pois demonstra que se trata de um projeto nacional que aglutina todos os setores do país, com exceção da oligarquia. Segundo, os vínculos internacionais, a procura de um contexto internacional mais favorável e, em terceiro lugar, a capacidade técnica para manejar o aparelho produtivo da sociedade. Na opinião de Mayorga, temos uma economia semi-paralisada que vai se deteriorar ainda mais nos próximos meses. Naturalmente, afirma ele, os processos sociais sempre encontram uma forma técnica para efetuar as mudanças. No entanto, na medida em que se tenha essa capacidade técnica, argumenta Mayorga, o processo será menos doloroso, a reconstrução menos difícil.



No sepultamento dos mortos o povo manifesta a determinação de continuar a luta

O Futuro do Exército

Qual seria o papel do exército nesse projeto de democracia revolucionária? No plano teórico há três possibilidades: o exército pode se desmorrar diante de uma vitória militar das forças populares, como ocorreu na Nicarágua; o movimento popular e suas organizações armadas podem ser aniquiladas por uma ofensiva da oligarquia; e as diferenças existentes no interior do exército podem conduzir a uma ruptura, com a depuração dos setores direitistas e com a oficialidade progressista aceitando uma aliança com as forças revolucionárias.

"Washington e os oficiais direitistas — explica Ungo — acham que a divisão do exército é sinônimo de sua destruição, pois, ao dividir-se a instituição, se debilita e morre."

— Não é verdade e em conversações com os militares explicamos que já havia um antecedente em El Salvador, quando, entre 1948 e 1950, os maiores fazem um pacto com um setor da pequena burguesia urbana, expurgam do exército os tenentes-coronéis, os coronéis e generais e assumem o controle do aparato político-militar. Para o bem ou para o mal, esse foi um momento de crescimento e modernização da instituição militar. Agora, tem que haver uma confrontação interna dentro do exército, política ou militar, para que o setor que se identifique com o projeto democrático-revolucionário assumo o controle da instituição. No entanto, deve haver um entendimento prévio com as organizações políticas e populares, porque senão será apenas uma nova quartelada. Ainda que possa ter uma aparência progressista ninguém irá apoiá-la.

Isso significa que é possível uma solução negociada e pacífica para a crise salvadorenha?

Ungo, entretanto, não crê nisso: "a direita não está disposta a baixar seus fuzis e, consequentemente, as forças populares também não estão dispostas a baixar os seus. O resultado deve ser o menos sangrento possível, mas não podemos ser ingênuos. Ante a possibilidade de um extermínio, a passividade das organizações revolucionárias só faria com que essa intenção se acelerasse. Temos que ter uma capacidade de resposta para impor uma saída política."

Washington apoiaria uma saída deste tipo? Ungo adverte que para o Departamento de Estado o projeto reformista (da Junta atual) caminha de forma satisfatória. Mostram-se também favoráveis à política repressiva, que não deve ser de extermínio total como ocorreu em 1932 e como deseja a oligarquia, mas de extermínio controlado de dirigentes populares e quadros médios das organizações de massa, explica Ungo. Mais cedo ou mais tarde, continua o dirigente do MNR, eles vão perceber o desgaste do governo e a não viabilidade do atual regime.

— O problema é que os Estados Unidos defendem uma política muito rígida e muito estreita: quando a própria realidade os obriga a serem mais flexíveis já é tarde. Não podemos ter grandes ilusões, mas acreditamos que eles podem chegar a compreender que a melhor solução é apoiar a alternativa democrática revolucionária.

A outra alternativa é a intervenção...

— Na realidade já há uma intervenção. Os Estados Unidos acusam Cuba, mas se Cuba fizesse somente uma parte do que os Estados Unidos fazem, isso seria intolerável para eles. Dão dinheiro para transporte, para comunicações, dão ajuda econômica, assessoram a guerra contra-revolucionária, apóiam uma Junta

que se deteriora dia a dia e que assiste a divisão e o desgaste da sua base política, a democracia cristã. Eu não creio que eles tentem um desembarque de *marines*, mas buscam outros mecanismos, através da Guatemala e Honduras. Parece-me triste esse papel cumprido por Honduras, que recebe empréstimo em dinheiro, dinheiro que logo terá que pagar, para fazer um trabalho alheio, cuidando da fronteira com El Salvador e Nicarágua, numa tarefa de polícia política.

Facundo Guardado, dirigente do Bloco Popular Revolucionário, referiu-se, numa entrevista à imprensa realizada no México, sobre essas formas de intervenção, que incluem a presença em El Salvador de 32 assessores militares norte-americanos, a instalação de campos de treinamento em território guatemalteco, onde mercenários de todas as origens (incluindo ex-guardas somozistas, israelenses, vietnamitas e corea-

nos do sul), aproximadamente cinco mil, se preparam para uma invasão. Ele revelou que um dos lugares onde se dá instrução militar aos mercenários é a fazenda de Sandoval Alarcón, um oligarca guatemalteco, dirigente do Movimento de Libertação Nacional, direitista. Disse ainda que através dos portos de *Acajutla* e *La Libertad* entram clandestinamente armas destinadas à Junta.

E as armas que utiliza o povo? "Essas armas — ironiza Alberto Ramos, secretário geral da FAPU (Frente Ampla Popular Unificada) — foram pagas pelo povo salvadorenho há muito tempo... só que agora elas estão com as forças armadas." O triunfo da causa popular salvadorenha não depende somente da rapidez com que essas armas forem recuperadas. Como explica Ramos, "não interessa saber se as organizações revolucionárias têm mais ou menos que o inimigo. A guerra popular é definida pelas massas e não pelo poder militar." □

comercio exterior

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.

Edições do BANCOMEXT

*Do centralismo
protecionista ao regime
liberal (1837 — 1872)*

*Nota, seleção e comentários
de Luis Córdova 350 pp. \$ 60.00*

* Jorge Witker e
Leonel Pereznieta,

*Aspectos jurídicos do
comércio exterior do
México 374 pp. \$ 150.00*

* Miguel Lerdo de Tejada
*Comércio exterior do
México (desde a conquista
até hoje)*

Edição fac-símile
350 pp. \$ 60.00

(edição em espanhol
esgotada) 488 pp.

135 ilustrações a cor
\$ 250.00

— Envie correspondência, cheque ou ordem postal —

em nome do:

Banco Nacional de Comércio Exterior S.A.
Departamento de Publicações
Av. Chapultepec 230 — 2º And.
México 7, D.F.

* *Comércio Exterior*
Órgão oficial do
Bancomext
Publicação mensal
Distribuição gratuita

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO:

uma referência segura e atual para os
profissionais, professores e estudantes
sobre 21 áreas da Comunicação

Você abre o Dicionário e logo entende o que significa a palavra que procura.

Semiologia não precisa de explicações super-herméticas e Metalinguagem não é nenhum bicho de sete cabeças.

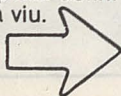
Isso você vai perceber em todas as páginas do Dicionário. Muita informação, sobre tudo o que existe (inclusive sobre as novidades mais recentes) em Comunicação de Massa. A teoria da comunicação é apresentada sem mistérios, com ilustrações inéditas e esquemas muito bem transados.

Quem se interessa por Artes Gráficas, Programação Visual ou por qualquer outra atividade da Editoração vai encontrar no Dicionário de Comunicação tudo o que precisa, desde os dados técnicos até a gíria usada nos meios gráficos. Os processos de impressão, todos os gêneros de edição, as famílias de tipos, as técnicas de diagramação, rafe, leiaute, arte-final, marcação de textos, revisão, montagem, composição, formatos, tipos de papel, medidas tipográficas etc.

E um detalhe a mais. As iniciais de cada capítulo foram desenhadas especialmente pelos maiores, cartunistas, desenhistas e artistas gráficos brasileiros: Adail, Borjalo, Claudius, Duayer, Emil, Fortuna, Guidacci, Henfil, Ivan Fernandes, Jaguar, Mariano, Lapi, Millôr, Nássara, Calicut, Marco, Mariza, Redi, Hélio, Agner, Nani, Vilmar, Zélio, Claudio Paiva e Ziraldo.

Do Gibi à Imprensa Nanica

A literatura de Massa pela primeira vez é registrada num Dicionário. Tudo sobre a narrativa das Histórias em Quadrinhos, da Fotonovela, dos folhetins, impressos ou eletrônicos. E mais: a diferença entre cartum, charge, caricatura e desenho de humor, exemplos incríveis de tiras e fotopôtoas e a mais completa definição de humor que você já viu.



- Mais de 4.000 verbetes.
- Iniciais capitulares desenhadas pelos mais importantes artistas gráficos brasileiros.
- Centenas de fotografias, mapas e diagramas.
- Encadernação luxuosa com capa dura plastificada impressa a duas cores.
- Mais de 500 páginas em papel offset de 1ª qualidade.

DEVOLVA ESTE PEDIDO AINDA HOJE

À EDITORA CODECRI — Reembolso Postal
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ

CERTIFICADO ESPECIAL DE RESERVA



SIM, queiram enviar-me pelo Reembolso Postal o DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO pelo qual pagarei apenas Cr\$ 420,00 - US\$ 8,50 (+ porte-aérea)

NOME

ENDEREÇO

CEP

CIDADE

EST.

PROFISSÃO

IDADE

ASSINATURA

CUBA

Os antecedentes do episódio da embaixada peruana

O asilo de milhares de pessoas não é um fato isolado. Ele deve ser analisado no contexto da "revolução na revolução" que se processa naquele país e da permanente pressão norte-americana

Luís Rodrigues dos Santos



Fidel Castro falando na cimeira dos Não Alinhados em Havana

O asilo de milhares de cubanos na embaixada peruana em Havana foi um dos acontecimentos mais divulgados nas últimas semanas. O fato em si já era significativo mas iria alcançar dimensões ainda maiores no contexto da permanente campanha de origem norte-americana contra o regime cubano.

Considerar o episódio como uma prova de fracasso da revolução cubana, além de ser muito exagerado é irrealista. Do mesmo modo, seria demasiadamente simplista considerar os asilados como uma escória social que a própria sociedade socialista expurgava do seu seio.

Nenhuma análise do fato pode ser feita sem tomar como ponto de referência o que se passou em Cuba nos últimos meses, desde que a direção do partido e, particularmente, o comandante Fidel Castro denunciaram uma série de deformações que estavam ocorrendo no seio da revolução. Pode-se dizer que o primeiro sinal de inquietação interior foi dado com a reportagem publicada na revista "Bohemia", pela escritora chilena Martha Harnecker, radicada em Cuba. Eram apontados erros políticos e administrativos e denunciados, com nomes e apelidos, funcionários do governo e do

partido que se distaciavam das normas de uma conduta socialista. A burocracia, os transportes, os erros no programa da construção de casas (o número de residências perdidas pela falta de alguns reparos foi maior que o de casas novas construídas) e a falta de debate dos problemas congelava o Poder Popular e desfigurava a revolução.

Aliás, a Constituição votada pelos cubanos em 1976 já tentava fixar normas para combater os males que incidiam sobre o regime. Não apenas o burocratismo e a indisciplina no trabalho mas, principalmente, o que se conhece popularmente em Cuba como o "sociolismo", ou seja, conseguir solução para os problemas através do pistolão ou dos amigos.

Intervindo, recentemente, na Assembléia Nacional num diálogo entre um ministro de Estado e um deputado em torno de um informe sobre o mau funcionamento dos serviços públicos, disse Fidel: "Acho que não estamos indo ao fundo do problema, porque neste informe se reflete algo do qual nos devemos dar conta: são as deficiências do nosso sistema, do nosso socialismo. Creio que devemos nos questionar até que ponto temos uma consciência política, uma consciência revolucionária, uma consciência social."

Na mesma linha, Raul Castro, o segundo na hierarquia do Poder, formulou algumas semanas depois denúncias dos que não queriam trabalhar, "verdadeiros parasitas que vivem às custas dos demais".

Para ele, no momento, "a palavra de ordem é exigência". E acentuou: "Trata-se de exigir de modo sereno e maduro, e, sobretudo, de ajustar contas, independentemente das hierarquias, com os que violam a disciplina do trabalho, amparam o mal feito, são arbitrários e têm da crítica e da auto-crítica um conceito

pequeno burguês. Pessoas deste tipo estão de acordo com a crítica e a defendem abertamente em qualquer lugar, sempre e quando a crítica seja para outros."

Os meios de comunicação

Em consequência dessa linha de exigência, várias mudanças foram realizadas no governo e no partido. Ministros e altos funcionários foram destituídos e medidas de austeridade — eliminando ou reduzindo os privilégios que quadros altos e médios outorgaram a si próprios — foram impostas.

Um dos resultados mais sensíveis do novo estilo foi a conduta da imprensa. Em geral, muitos países socialistas têm uma imprensa pouco imaginativa e carente de aspectos críticos. Cuba não era a exceção. Embora contando com bons jornalistas, nem sempre dava da realidade interna e externa uma visão satisfatória. Nem mesmo certos fatos, de notória importância, mereciam destaque ou mera referência.

Antes mesmo dessas mudanças, que alguns consideram uma "revolução dentro da revolução", muitos jornalistas já se preocupavam com essa rotina e procuravam rompê-la. A grande discussão, no entanto, se travou em seguida às denúncias feitas na Assembléia Nacional.

Os jornais estão cheios de opiniões sobre os erros e as omissões dos meios de comunicação. Samuel Urra, do Rádio Reloj, foi objetivo na auto-crítica: "Há falta de espontaneidade, de criação, de iniciativa, de visão jornalística". Um redator da "Bohemia", Andrés Rodríguez, fala sobre os jornalistas: "Nosso repórter é excessivamente reverente. É um repórter tímido, que sempre está buscando a linha oficial."

Sobre o hermetismo da vida pública cubana, que escondia, quase sempre, erros e deficiências do sistema, escreve Pedro

Martínez Pires, da Rádio Havana: "É mais fácil entrevistar a Fidel do que a funcionários de menor categoria. Alguns confundem a defesa da revolução com o ocultamento de fatos e deficiências. Não é a hora das justificativas, senão das retificações. A imprensa tem que dar um verdadeiro salto para estar à altura da revolução, num momento em que fazemos frente a um trabalho sofisticado dos meios de comunicação imperialistas."

Em Havana, qualquer pessoa pode ouvir sem problemas as estações norte-americanas, sobretudo a "Voz da América", que irradia com antena dirigida a uns duzentos quilômetros da Ilha. Assim, muitos cubanos que poderiam ter dos fatos uma informação direta, só têm uma fonte, a das rádios adversárias. Esse ponto foi abordado no jornal "Juventud Rebelde", por Susana Lee. "No campo internacional se passam coisas sobre as quais a gente se informa através das emisoras estrangeiras. Que necessidade há disso se, de todas as maneiras, vamos saber?", pergunta ela, no curso da grande discussão travada em Cuba sobre o papel dos meios de comunicação.

Sem compromisso revolucionário

Para se aplicar essa orientação realiza-se em Cuba uma grande campanha popular que envolve o país inteiro. E, se a "linha de exigência" tornou-se mais rígida com "os de casa", ou seja, com os que estão integrados ao processo revolucionário e o apoiam, o cerco foi se apertando com mais vigor em torno daqueles a quem Raul Castro classifica como "parasitas que vivem às custas dos demais".

Não há dúvida de que uma parte dos que procuram asilo na embaixada peruana está entre os que não se tendo desligado ideologicamente do velho sistema, não consideram atrativa

nem a revolução nem a palavra de ordem da "exigência". Tem aspirações de tipo capitalista que, objetivamente, não poderiam ver satisfeitas na Cuba de hoje.

As declarações que muitos dos asilados fizeram a jornalistas estrangeiros estão dentro desse pensamento. Reconhecem que a revolução lhes deu educação, saúde, segurança social e trabalho, mas suas aspirações eram outras: queriam manter ou conquistar privilégios e, sobretudo, ganhar dinheiro fora dos limites impostos pelas exigências revolucionárias e a rigorosa distribuição de rendas, que é uma norma dominante.

Qualquer pessoa que vai a Havana e conversa com certos cidadãos de mais de quarenta anos e que, de um modo ou outro, estiveram ligados aos serviços de turismo, de diversões (cabarés, boates etc.), de atendimento aos norte-americanos, senhores da Ilha antes da revolução, sente como essas pessoas são nostálgicas em relação ao tempo em que nada disso era proibido ou regulamentado. Não perdem a oportunidade de pedir gorjeta, cobram fora das tarifas, "vendem" certos

privilégios a estrangeiros e até mesmo tentam realizar câmbio negro, caso haja oportunidade de fazer negócio. "Isso aqui é para os meus filhos, a gente está habituado a outro tipo de vida", eles afirmam quando se estabelece maior confiança.

Milhares de pessoas deste tipo estão prontas para partir de Cuba, inclusive com a esperança de que, de fora, possam convencer os seus filhos a segui-los.

Desconhecimento do que foi

Entre a juventude essa percentagem é infinitamente menor, mas há um fato facilmente detectável entre os de menos de 20 anos: não tendo vivido sob o domínio capitalista não sabem como se conquistou a vida privilegiada que levam. Alguns consideram que podem dar o passo seguinte, o do aumento das faixas de consumo, sem nenhum ponto de referência sobre o que é hoje a vida de um jovem na América Latina ou outras regiões do Terceiro Mundo, que não tem sequer o direito à alimentação e ao estudo, e muito menos ao trabalho. Quando foram combater na África, jovens cubanos se assom-

braram com a miséria encontrada. "Agora, posso entender o que me contavam os meus pais, pois não chegamos a viver em Cuba essa realidade", confessaram alguns.

Esse aliás, não é um fato isolado nas revoluções feitas em países pobres e que estão sob a constante mira do sistema capitalista. Em Moçambique, Samora Machel deixou as áreas libertadas do norte do país como um santuário, nas quais os jovens fazem cursos e passam suas férias para que saibam como a geração atual conquistou a independência. Em Angola, a campanha de retificação conduzida pelo MPLA — Partido do Trabalho, é um instrumento permanente de correção de rumos e de revitalização do ideal revolucionário.

O espelhismo da sociedade de consumo

É possível que essa falta de conhecimento do que foi, para julgar melhor o que é, tenha conduzido alguns cubanos, mesmo da geração de Sierra Maestra, a encarar o trabalho com menos entusiasmo, justificando a "campanha da exigência". Mas, na verdade, influiu pouco entre os que foram para a embaixada, onde o grau de politização dos que ali se reuniram é o menor do que se pode encontrar comumente em Cuba. O grosso mesmo desses asilados se constituía de parentes e amigos cubanos residentes no sul dos Estados Unidos e com os quais eles mantêm contato permanente. Uma estatística publicada em Miami revela que 80% dos que estão saindo de Cuba têm parentes nos Estados Unidos.

A história é conhecida: milhares de cubanos exilados visitaram ou estão visitando a Ilha. Os aviões para Cuba estão sempre cheios e as reservas são feitas com semanas e até meses de antecipação. Em geral, a maior parte dos pas-



Enquanto uns emigram em busca do consumo, outros cubanos se oferecem como voluntários para cooperar na reconstrução de Angola.

sageiros é o que se passou a chamar de "os irmãos da comunidade", e que até há algum tempo eram mais conhecidos como os "gusanos de Miami".

Essa política de permitir as visitas em massa não foi recebida de maneira igual no país. No partido e no governo houve resistências que o próprio Fidel teve de contornar em reuniões com dirigentes e organismos de base. A explicação oficial era a de que, com vinte anos de revolução, já era tempo de reunificar a família cubana, sobretudo quando, no exílio, crescia o movimento em favor, senão do retorno, que a muitos não interessava mas, pelo menos, da liberdade de visitar a pátria quando o desejassem.

Por outro lado, não há dúvida, de que o grande afluxo de divisas que as visitas proporcionaram a Cuba ajudou o seu governo a cobrir o déficit da balança comercial, que se avolumou com a queda dos preços do açúcar e os permanentes efeitos do bloqueio norte-americano.

A outra fase dessa ponte aérea da "comunidade" estava nos presentes que levavam — muitos deles violando as rigorosas normas da distribuição de bens de consumo, principalmente eletrodomésticos — e, mais do que isso, no espelhismo da sociedade de consumo. Em geral, os visitantes deixaram em Cuba um ou mais parentes decididos a juntarem-se aos seus familiares nos Estados Unidos e dispostos a iniciar trâmites de saída.

Os antecedentes da embaixada

A história da invasão em massa da embaixada peruana tem esses antecedentes. É possível que triagens políticas ou razões puramente burocráticas tenham feito com que as permissões de saída fossem concedidas com lentidão. Em favor das autoridades cubanas há um argumento de peso: só davam o visto de saída

com a segurança de que a pessoa tivesse entrada assegurada no país de destino. E aqui começa a responsabilidade do governo norte-americano em todo esse problema. Ou porque considera que 500 mil cubanos já são suficientes (em Miami, 3 pessoas em 4 são contra a entrada de mais cubanos) ou pressionado pelos problemas criados pelos exilados, inclusive relacionados com o terrorismo, o fato concreto é que o governo de Washington já não dava vistos de entrada a novos imigrantes ou o fazia a conta-gotas. A saída para outros países ainda era mais difícil e, do ponto de vista dos imigrantes, pouco atrativa, pois os seus parentes e amigos estavam nos Estados Unidos.

Os serviços de inteligência dos Estados Unidos conhecem bem toda essa realidade e só os ingênuos podem acreditar que não estivessem metidos nesse episódio da embaixada peruana, diretamente ou através dos seus congêneres no Peru e na Venezuela. Foi sintomática a substituição do embaixador peruano em Havana, que estava procurando uma solução lógica e conciliatória do problema e foi sumariamente destituído pelo seu governo.

Correspondentes estrangeiros em Cuba assinalaram que eram sensíveis os sintomas da presença dos serviços de inteligência dos Estados Unidos em todo esse caso, o que é perfeitamente compreensível no contexto da política anticubana de Washington.

Nos dias finais do episódio, os cubanos deram um contra-golpe hábil, permitindo que os asilados da embaixada ou outros que desejassem deixar o país e viajar para os Estados Unidos saíssem por barco para a Flórida. Isso obrigou o governo de Washington a primeiro a tentar bloquear a entrada e, depois, aceitar os refugiados (sem os complicados trâmites impostos por sua representação em Havana) num número

muito maior do que os 3.500 que havia fixado originariamente. Cuba pretendia, assim, deixar claro que, de acordo com sua tradicional política de não dificultar a saída de imigrantes, não era sua a responsabilidade das demoras, mas dos vistos de entrada nos Estados Unidos.

O problema da embaixada foi bem aproveitado para um recrudescimento da campanha anticubana. As agências internacionais que dão pouco ou nenhum espaço aos imigrantes haitianos ou portorriquenses que chegam irregularmente aos Estados Unidos, não só transformaram o episódio de Havana em um escândalo político, como manipularam a sua divulgação. O governo de Havana respondeu com dois desfiles maciços, o primeiro em frente à embaixada peruana, com mais de um milhão e meio de pessoas e o segundo com um milhão, no primeiro de maio. Mesmo jornalistas pouco simpáticos à revolução reconheceram em seus despachos o caráter espontâneo das mobilizações. Nenhum aparelho policial poderia obrigar tanta gente a sair às ruas e a expressar ruidosamente, "à la cubana", seu apoio ao regime.

O episódio permite conclusões claras: a solidez e o apoio interno de que desfruta a revolução cubana não podem ser julgados pela imigração de alguns milhares de pessoas, mas seria irrealista não encarar o fato como sintomático das dificuldades que o regime enfrenta, já tornadas públicas quando se impôs a "campanha da exigência". A revolução cubana tem em seu favor um imenso acervo de conquistas positivas, realizadas em circunstâncias sumamente adversas. Todas as revoluções estão sujeitas a distorções e vícios. O pior seria se esses desvios não fossem enfrentados criticamente e combatidos, como ocorre em outros países. □

As fronteiras da liberdade avançam para o sul

Na festa da independência de Zimbábue, a alegria do fim dos anos de sacrifícios e lutas. Representantes de mais de 110 países foram a Salisbury, mas os brancos estiveram ausentes das comemorações

Etevaldo Hipólito



O novo Primeiro Ministro Robert Mugabe: uma vitória esmagadora

Na manhã do dia 18 de abril, os ouvintes de um programa de variedades emitido pela emissora de Salisbury eram surpreendidos com os esforços do locutor branco em pronunciar a palavra *shona* equivalente a "independência". Delicadamente e com o peculiar acento do inglês falado na África, o seu colega negro tentava fazer com que o vocábulo fosse emitido de uma forma aceitável. Nos dias anteriores, alguns jornalistas surpreenderam deliciados um ligeiro tremor nos lábios de uma locutora de televisão quando ela, ao referir-se ao primeiro-ministro Mugabe, tropeçou no texto com a palavra "camarada". Embora quase anedóticos, estes episódios indicam que as onipresentes barreiras levantadas pela discriminação racial e política vão pouco a pouco cedendo perante os acontecimentos que sacudiram o Zimbábue nos últimos meses. Eles fazem parte de um conjunto de reações que marcam particularmente a insegura comunidade branca. Na mesma semana da independência, outro fato veio chocar ainda mais os tradicionais telespectadores. Ao rememorar a história recente do país, a TV

exibiu documentários sobre o período da luta armada e neles incluiu as agressões feitas contra o território moçambicano. Imediatamente, com o programa ainda no ar, a emissora foi bombardeada com uma série de telefonemas de protesto. Para os irados telespectadores — todos brancos — o programa não passava de uma provocação montada pelo governo.

Os brancos distantes

Em Salisbury, nas ruas, a situação era de tranquilidade, debaixo de uma chuva fina e persistente que vinha caindo há várias horas. Para comemorar um ato de tamanho significado, a decoração exterior era demasiado discreta. Somente na véspera começaram a aparecer vitrinas ornamentadas com as cores do país. Nada de grandes cartazes e faixas ou os tradicionais "slogans" comemorativos, porta-vozes de saudações e palavras de ordem. As manifestações de júbilo partiram da população negra, que nos bairros e à saída dos locais de trabalho se organizou para discutir, cantar e dançar. Quanto aos brancos, estes permaneceram distantes, quase à margem, contentando-se apenas em lançar rápidos olhares sobre os grupos de negros em constante movimento. Contrariando alguns prognósticos, não se registraram confrontos entre as duas comunidades. As manifestações, mais visíveis de descontentamento partiam da juventude branca que, em esporádicos contatos com a imprensa, expunha a sua rejeição a um governo de maioria negra. Ao abordar um correspondente estrangeiro na rua, o sardento interlocutor desfiava um pequeno discurso anticomunista, no qual afirmava que "sem os brancos a Rodésia não existiria".

Os palestinos

O nascimento do Zimbábwe

levou a Salisbury delegações de mais de 110 países, além das representações de diferentes movimentos de libertação e convidados especiais. Durante quarenta e oito horas, pelo menos, intensificaram-se esta série de contatos a nível político e diplomático que em circunstâncias normais dificilmente se fariam. No mesmo momento em que a primeira-ministra da Índia, Indira Gandhi, se encontrava com o general paquistanês Zia Ul-Haq, Andrew Young, que integrava a delegação dos Estados Unidos, mantinha contatos com J. Sourani, chefe da delegação da Organização para a Libertação da Palestina nas celebrações da independência. Nas conversações mantidas, certamente transmitiram a péssima imagem que os palestinos têm da administração norte-americana em geral e, de forma particular, do presidente Carter, por sua política em relação ao Oriente Médio. Young declarou à imprensa que estes contatos são regulares e têm como objetivo manter o governo de Washington informado sobre a evolução dos acontecimentos naquela zona. O representante palestino, no entanto, foi mais longe ao caracterizá-lo como um amigo da sua causa, afirmando mesmo que, se o ex-embaixador dos EUA junto da ONU permanecesse no poder, muitos problemas seriam solucionados.

Os Montoneros

Outra delegação presente na semana da proclamação da independência foi a do Peronismo Montonero, da Argentina, que chegou a Salisbury atendendo a um convite formulado pela Zimbábwe African National Union (ZANU), organização nacionalista liderada pelo atual primeiro-ministro e ministro da Defesa, Robert Mugabe. Na capital zimbabweana, Juan Carlos Carullo e Roberto Vendrell, este representante montonero para a África,

foram recebidos para conversações privadas com Mugabe e com o ministro das Relações Exteriores, Simon Mzenda. Ao chefe de governo do Zimbábwe foi entregue uma carta do dirigente montonero Mário Firmenich, na qual agradece "o apoio dispensado pela ZANU ao condenar a cooperação existente entre Buenos Aires e Pretória nos campos político, econômico e militar". Durante a reunião dos Países Não-Alinhados, em Havana, em setembro do ano passado, Robert Mugabe denunciou o "Pacto do Atlântico Sul por constituir uma séria ameaça para os povos tanto da África como da América Latina". O presidente Canaan e o ministro Mzenda demonstraram que acompanham e compreendem a situação que atravessa o continente latino-americano, expressando a sua solidariedade para com os povos da região em luta contra os regimes de força e o neocolonialismo.

Polisário e Timor Leste

A Frente Polisário fez-se representar por Muhammad Lamine, primeiro-ministro da República Árabe Saharaui Democrática. Nos contatos mantidos com a imprensa, o representante sahariano não deixou de manifestar a sua reprovação pelo fato de o governo de Madri continuar a apoiar o regime do Marrocos na sua guerra de agressão contra a ex-colônia. Muito embora as autoridades espanholas neguem qualquer envolvimento no conflito, os dirigentes da RASD estão convencidos que este apoio continua, e citam como evidência o fato de até hoje capturarem armas de origem espanhola.

Lamine também se referiu à posição dos países socialistas com relação à RASD — até o momento, em sua maioria, estas nações não mantêm relações com o Sahara, apenas apoiando o direito do seu povo à autodeterminação. Outra delegação particularmente

ativa foi a da República Democrática de Timor Leste, integrada pelo ministro das Relações Exteriores, Mari Alkatiri, e pelo embaixador Roque Rodrigues. Com o território invadido pelos indonésios, cuja ocupação já custou mais de 200 mil vidas em uma população que contava apenas com 1 milhão de pessoas, a DTL vem chamando a atenção não só pelas duras condições em que a luta contra o ocupante se desenvolve (as ligações com o território estão praticamente cortadas). Essa luta não tem encontrado o apoio que merece da parte da comunidade socialista e ainda do Movimento dos Países Não-Alinhados. Situado no Sudeste Asiático, Timor Leste viu a sua independência comprometida pelos conflitos existentes na região. O apoio de determinados países, tanto os geograficamente situados na região como aqueles que politicamente fizeram sentir a sua presença de forma marcante, sempre oscilou segundo a configuração da correlação de forças.



Os jovens negros das cidades comemoraram a independência.

Nicarágua presente

Um papel importante neste caso vem sendo desempenhado pela ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático): num jogo de alianças e contra-alianças, há um indício de aproximação com este organismo regional, mesmo àqueles regimes que seriam os aliados naturais e a retaguarda segura do povo maubere, apesar de colocarem em primeiro plano os seus interesses, passando por cima de princípios políticos.

O fato de a Indonésia ser membro da ASEAN e um dos fundadores dos Não-Alinhados tem lhe dado uma certa margem de manobra junto aos países socialistas. Em conversa com jornalistas, o ministro Alkatiri tocou neste ponto, uma vez que "estes países sempre estiveram ao lado dos povos em luta".

Por sua vez, a tônica dos pronunciamentos da delegação nicaragüense — integrada pelo ministro das Relações Exteriores Miguel D'Escoto, pelo comandante Daniel Ortega e ainda por David Mcfield, primeiro embaixador nomeado para Moçambique — foi a denúncia das manobras norte-americanas na América Central e zona do Caribe. Numa concorrida entrevista coletiva, Ortega chamou a atenção para o recrudescimento das atividades belicistas de Washington, na intenção de recuperar o controle político de regiões, como o Golfo árabe ou a América Latina, onde exerciam grande influência nos governos locais. Do Zimbábue, a representação da Frente Sandinista de Libertação Nacional e do governo da Nicarágua deslocou-se para a Zâmbia, Moçambique, Angola e Argélia.

Os Estados Unidos, no entanto, tentaram causar impacto com

o nível da representação enviada, na qual figuravam Andrew Young e o veterano diplomata Averell Harriman. Além da intensa movimentação realizada, tentava-se sublinhar o extremo zelo que Washington colocava nas "relações amistosas" com o governo. No mesmo dia 18, o presidente Carter nomeava Robert Keeley, um diplomata de carreira, para ocupar o cargo de embaixador em Salisbury.

Keeley até ser indicado para o novo posto vinha desempenhando a função de vice-assistente do Secretário de Estado para Assuntos Africanos. Com 58 anos de idade, assumiu o cargo em 1978 depois de ter um alto posto na embaixada norte-americana no Vietnã. Outros locais onde esteve a serviço dos Estados Unidos incluem a Jordânia, Grécia, Congo e Uganda. Em 1976 trabalhou como vice-diretor do comitê especial do Departamento de Estado para os refugiados

indochineses. Entre 1976 e 1978 dirigiu a representação diplomática norte-americana nas Ilhas Maurício.

Momentos após a abertura da embaixada, o ex-representante dos EUA junto das Nações Unidas, Andrew Young, e Averrel Harriman assinaram com o ministro da Saúde zimbabueano, Herbert Ushewokunze, um acordo no valor de 2 milhões de dólares para a reconstrução de 160 clínicas destruídas durante a guerra contra o regime minoritário. A cerimônia contou com a presença dos ministros Joshua Nkomo, do Interior, Kumbirai Kangai, do Trabalho, e Maurice Nyagumbo, das Minas. Segundo o diário "The Herald", Young declarou que tanto os Estados Unidos como o Zimbabwe colocaram em teste a democracia e os direitos humanos ao criar "a possibilidade de uma sociedade multirracial que emerge em paz e prosperidade no continente africano". Além de uma oferta imediata de mais 13 milhões de dólares para a reconstrução em geral do país, foi anunciado que o Congresso se dispunha a liberar outros 25 ou 30 milhões até o mês de outubro do corrente ano. Por sua vez, o governo de Londres anunciava o desejo de financiar um projeto no valor de 75 milhões de libras. Ao falar na



Delegação nicaraguense, uma presença latino-americana

House of Lords, em Londres, Lorde Carrington informou que 7 milhões seriam aplicados em um programa de reconstrução de pós-guerra. Para logo após a independência era esperada a visita do British Overseas Development Administration para conversações sobre empréstimos nos mais diferentes setores.

Os vestígios do colonialismo

Toda esta movimentação tinha como pano de fundo os sinais ainda bem visíveis da presença colonial britânica e os vestígios da guerra. Numa das praças de Salisbury por duas vezes grupos de populares tentaram derubar a estátua de Cecil Rhodes, o aventureiro inglês que no século passado iniciou a colonização do território. Em ambas as ocasiões a polícia interveio, sendo que na última delas utilizando cães. Nas vitrinas, a longa luta levada a cabo pela Frente Patriótica do Zimbabwe se encontra documentada, segundo o ponto de vista do regime anterior, nos objetos decorativos feitos de cobre onde se celebra as grandes operações do exército rodesiano contra os guerrilheiros nacionalistas. A exibição deste e de outro tipo de material semelhante já havia sido motivo de discussão entre o governo de Mugabe e os britânicos, decidindo-se pela sua proibição. Juntamente com simulacros de balas de diferentes calibres, os "souvenirs" lavrados em metal apregoam "Operation Tangent (Matabeleland)", "Operation Grapple", "Operation Thrasher (Eastern Border)" ou ainda "Operation Splinter (Kari-iba)".

O hasteamento da bandeira de cinco cores do Zimbabwe no Rufaro Stadium não significou o fim dos mais candentes problemas no país. Pelo contrário, os quase 50 mil participantes da cerimônia tiveram a oportunidade de antever o tipo de relações que o país, que dá os primeiros

passos em um governo de maioria negra, terá que enfrentar. De imediato, via-se que a população branca era a grande ausente neste momento de rompimento com o passado colonial. Ela se manteve à margem das comemorações feitas nas ruas pelos negros e em vez de ir ao estádio preferiu recolher-se às suas casas, ruminando diante dos aparelhos de televisão as incertezas dos novos tempos, um sentimento que as reiteradas declarações de Mugabe parece não ter aplacado totalmente.

O primeiro-ministro havia afirmado no dia anterior que o seu governo deseja assegurar ao Zimbabwe uma democracia real. Questionado pela imprensa sobre a possibilidade de nacionalização de setores-chaves da economia, ele sugeriu que o mais correto, neste momento, será permitir que tudo permaneça como está. O tom conciliatório dos pronunciamentos atingiu de forma ambígua a questão das armas em poder da população civil, a maior parte delas concentrada nas mãos dos brancos. Aqueles que compraram armas legalmente — setenciara o primeiro-ministro e ministro da Defesa — poderão ficar com elas até que venham a utilizá-las de forma ilegal. Fazendo uma referência aos mercenários ainda existentes no país e às chamadas "forças auxiliares" do bispo anglicano Abel Muzorewa, ele advertiu que todas as formas de banditismo serão eliminadas. Nos dias seguintes, algumas modificações de rotina poderão demonstrar que a paz começa a chegar de fato ao Zimbabwe: as viaturas já podem circular em diferentes áreas do país sem a necessidade de escolta e, na capital, empresas de diferentes ramos de atividades começam a se desfazer dos ostensivos serviços de segurança privada que proliferaram durante os anos de luta armada conduzida pelos nacionalistas.

ZIMBABWE

Das ruínas à libertação

Uma civilização de muitos séculos, dominada e escravizada pelo colono branco, é reivindicada pelo seu povo.

A conquista, a revolta, a luta, a história da libertação

Nilton Caparelli



O Príncipe Charles e Lord Soames durante a cerimônia de troca das bandeiras: a da Grã-Bretanha é substituída pela do novo Zimbabwe

I Zimbabwe nasceu no dia 17 de abril, à meia-noite, numa histórica e emocionante cerimônia no estádio de Rufaro, em Salisbury. Mais de 40 mil convidados especiais — dentre eles quatro presidentes, sete primeiros-ministros, o secretário-geral da ONU e representantes de 97 países — e milhares de pessoas pelas ruas cantando e dançando comemoraram a independência do país, ao som de hinos, marchas e até *reggae*, numa fantástica apresentação de *Bob Marley and The Wailers Band*.

A partir de 11 horas da noite começaram a chegar no alegre estádio de futebol de Rufaro as

principais personalidades convidadas para a cerimônia. Robert Mugabe, o novo primeiro-ministro, chegou pouco depois das 11hs30m. O Príncipe Charles, representando a Rainha Elizabeth, da Inglaterra; o Presidente Kaunda, da Zâmbia; Indira Ghandi, Primeira-Ministra da Índia; o Presidente Seretse Khama, de Botswana; o Presidente do Paquistão, Zia Ul-Haq; o Primeiro-Ministro da Austrália, Malcolm Fraser; os Ministros das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha, Hans Genscher, e da China, Huang Hua, entre outras personalidades de destaque no cenário mundial prestigiavam a festa.

Hora antes, Mugabe discursava pela televisão, pedindo o fim do racismo. Ele foi cortês com Lord Soames, o Governador Britânico que conduziu as negociações para a independência, elogiando a sua participação em defesa do Zimbabwe livre. O Príncipe Charles leu mensagem de sua mãe aplaudindo o espírito de reconciliação dos zimbabweanos ao fim de sete anos de guerra entre brancos e negros, quando morreram mais de 20 mil

Pontualmente à meia-noite — uma qualidade britânica herdada pelo povo de Zimbabwe — foi hasteada a bandeira verde, amarela, vermelha, preta e branca da nova nação, seguindo-se uma

salva de 21 tiros de canhão, aplaudida ruidosamente pela multidão de convidados que superlotava o estádio. Prosseguindo a cerimônia, o Príncipe Charles entregou ao novo Presidente, Reverendo Canaan Banana, os documentos simbólicos da nova Constituição: o Zimbabue concretizava formalmente e solenemente a sua independência.

Uma volta ao passado

A história do povo de Zimbabue é muito antiga. Até hoje ainda existem as ruínas do que foi essa civilização africana, que chegou a desenvolver culturas em terraços, construções de canais, estradas, fortalezas e cemitérios.

Em 1960 os colonos brancos eram 5% da população e possuíam mais de 70% das terras cultiváveis. Da exploração de uma mão-de-obra quase escrava, eles obtêm excelentes rendimentos com as culturas de tabaco e chá.

Em princípios do século XVI os portugueses chegam ao país, mas não se interessam na sua colonização. No entanto, para os racistas, a história do Zimbabue só começa em 1890, quando o aventureiro Cecil Rhodes conquistou o território, batizando-o com o nome de Rodésia: estavam abertas as portas para a exploração das terras férteis do país.

Começa o processo de descolonização na África. A Zâmbia e o Malawi, que estavam integrados com a Rodésia numa federação, descartam-se dos colonos brancos e tornam-se independentes em 1964. Na Rodésia, o Congresso Nacional Africano (ANC) intensifica a mobilização pela independência, mas o governo colonial de Ian Smith responde decretando, em novembro de 1965, o "estado de emergência".

O governo britânico não concorda com as intenções de Smith e sugere a transferência gradual do poder para a maioria negra. O primeiro-ministro, prevendo a queda da Frente Rodesiã, de ideologia racista, proclama unilateralmente a independência a 11 de novembro de 1965. Londres volta a pressionar Smith, através de um boicote, que, na realidade, nunca foi respeitado pelas potências ocidentais.

Diante da ineficácia das sanções pacíficas, o povo de Zimbabue inicia a luta armada. Duas grandes organizações são formadas: a ZAPU (União Popular Africana do Zimbabue), liderada por Joshua Nkomo, e a ZANU (União Nacional Africana do Zimbabue), liderada por Robert Mugabe.

Com a independência de Moçambique em 1975, o bloqueio contra a Rodésia torna-se mais

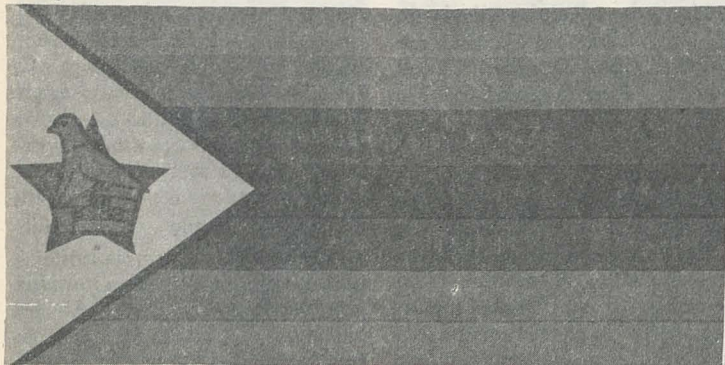
efetivo: as saídas mais próximas para o mar são cortadas. A luta de guerrilhas intensifica-se e o regime de Smith tenta internacionalizar a guerra, invadindo e bombardeando a Zâmbia e Moçambique. É formada então a *Linha de Frente* na luta contra o racismo, com a participação de Angola, Moçambique, Botswana, Zâmbia e Tanzânia. A ZAPU e a ZANU unificam-se na *Frente Patriótica*, levando a guerra até Salisbury, capital do país.

Sem saída, Smith assina com três líderes oportunistas negros, em 1978, um "acordo interno" que não traz nenhuma mudança significativa para a maioria negra. Em 1979 são realizadas eleições (fraudulentas), com a vitória do bispo negro Abel Muzorewa para o cargo de primeiro-ministro. Com 28 das 100 cadeiras do Parlamento reservadas aos brancos, os negros continuam subjugados a um regime extremamente discriminatório. A minoria branca tem o poder de veto sobre qualquer reforma sócio-econômica e continuam a controlar o exército, a polícia, a justiça e a burocracia estatal.

A guerra de guerrilhas chega ao seu auge. Em setembro de 1979 inicia-se em Londres uma Conferência Constitucional convocada pela Grã-Bretanha, onde participam todas as partes envolvidas.

No início de março deste ano foram realizadas eleições. A ZANU de Robert Mugabe ganhou por esmagadora maioria: obteve 63% dos votos, conquistando 57 das 100 cadeiras de Parlamento. A ZAPU ficou em segundo lugar com 20 lugares e o Partido do Bispo Muzorewa conseguiu apenas 3.

A luta política pressiona e a luta armada consolida a vitória. É o fim de Smith e do regime racista. É a libertação e a independência do novo Zimbabue.

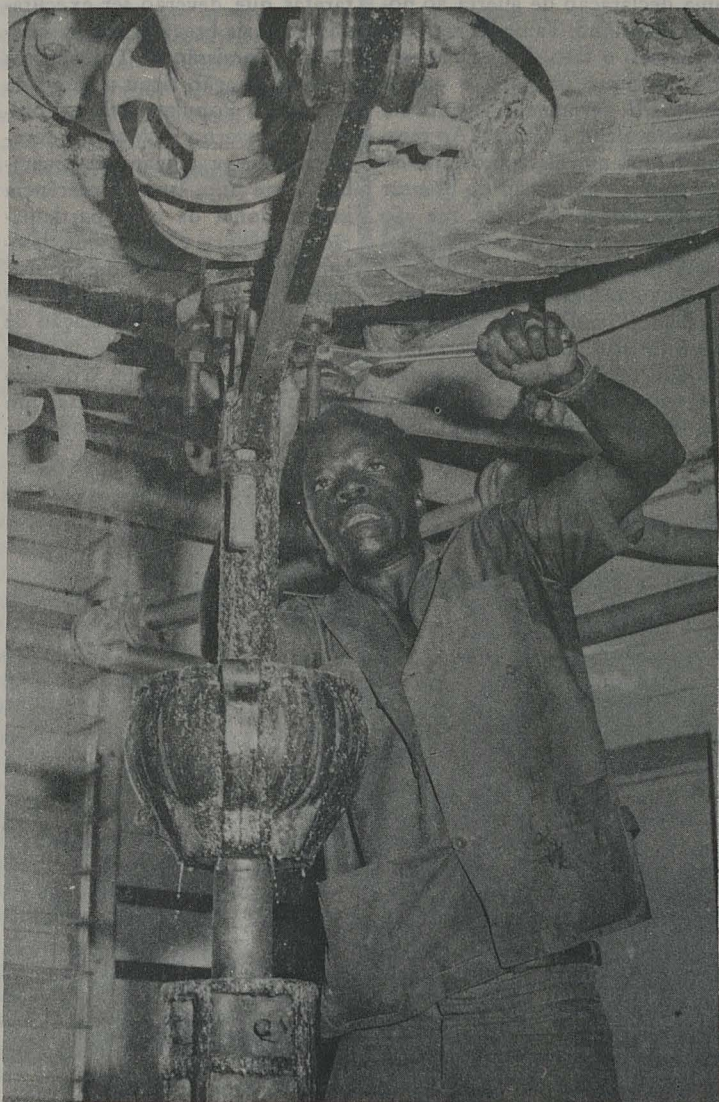


A bandeira do novo Estado

ÁFRICA AUSTRAL

Uma nova comunidade econômica

Tendo exercido papel decisivo na luta do Zimbábue, a grande aliança da "Linha de Frente" amplia sua composição e suas metas



Juntar os esforços para sair do subdesenvolvimento

Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, os países da *Linha de Frente* (alusão à luta contra os remanescentes racistas da África Austral), reuniram-se recentemente em Lusaka (Zâmbia).

A conferência aberta pelo Presidente Kenneth Kaunda, foi prestigiada não só com a presença de uma delegação do governo de Robert Mugabe, como também pela participação do Lesotho e da Swazilândia, representados pelos seus primeiros-ministros, e do Malawi, que enviou o seu Ministro da Educação. Se bem que a posição dos regimes de Maseru e Mbabane, dois pequenos reinos que sempre mantiveram relações amistosas com os demais países, já era de certo modo esperada, a presença do governo malawiano constituiu uma importante vitória para os países que participavam da conferência, que de todas as formas apoiaram a luta do povo do Zimbábue.

Conhecido como um dos dirigentes mais reacionários da África, Kamuzu Hastings Banda, presidente do Malawi, sempre manteve estreitos vínculos com Portugal salazarista, colaborando na contenção das atividades da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Com igual desen-

voltura circulou na África do Sul, tornando-se o Malawi o único país da região a manter uma representação diplomática em Pretória. A grande repressão contra os seus opositores não deixou de causar problemas fora das suas fronteiras. O Dr. Attati Mpakati, dirigente da Liga Socialista do Malawi (LESOMA) e adversário de Banda, foi vítima de um atentado: recebeu em Maputo uma bomba enviada pelo correio. O ato terrorista não conseguiu liquidar o líder da luta clandestina contra o regime malawiano, o que não evitou porém que Banda fosse pessoalmente ao Parlamento felicitar-se pela operação e prometer novas represálias contra as formações oposicionistas.

A adesão de Lesotho

A participação do governo do Reino do Lesotho demonstra, por sua vez, o prosseguimento de uma orientação política em condições particularmente difíceis. Lesotho é uma verdadeira ilha com 30.955 quilômetros quadrados dentro da África do Sul. A vulnerabilidade da sua posição, em termos estratégicos, perante o regime do *apartheid* passou a ser explorada com maior intensidade a partir de 1970: o primeiro-ministro Leabua Jonathan assume as rédeas do poder e imprime ao país uma orientação independente e não-alinhada. As pressões sul-africanas na área econômica somam-se as operações militares, realizadas através de grupos armados pertencentes a uma facção do Basutholand Congress Party (BCP). Segundo o governo de Maseru, tal ala é liderada por Ntsu Mokhehle, antigo presidente desta organização.

Libertação econômica

A reunião dos chefes de Estados e governos no Mulungushi Hall, na capital zambiana, foi precedida de discussões a nível mi-

nisterial. Os acordos que deverão ser firmados giram em torno de dois pontos: a implantação de sistemas de cooperação entre os países representados e a formulação de uma política comum contra a dependência em relação à África do Sul. Conforme ressaltou o presidente Samora Machel, a luta a ser conduzida nesta nova etapa terá como meta libertar economicamente os países da região das amarras que os atam a Pretória, sem que isto signifique uma declaração de guerra ao poderoso vizinho. Também não será esquecido o fato de que a Namíbia continua ocupada e que o *apartheid* permanece vigente na República Sul Africana. Ao mesmo tempo que alertou os presentes para a "obrigação de libertar a mentalidade daqueles que vão executar as nossas decisões, libertar a mentalidade dos tecnocratas que estão escravizados à África do Sul", o dirigente moçambicano insistiu sobre a necessidade de que sejam os próprios países da região os mentores dos planos de integração em estudo. São

estes povos — sublinhou — que conhecem as suas necessidades, identificam as prioridades e ainda têm conhecimento das especificidades de cada país.

Como áreas iniciais e fundamentais para a cooperação, foram determinadas a agricultura, a indústria, o comércio e a energia. O comunicado final divulgou o primeiro plano econômico conjunto para a zona, tendo os países da África Austral recebido tarefas que deverão ser executadas no mais breve prazo. A criação da Comissão de Transportes e Comunicação ficou a cargo da República Popular de Moçambique. O governo de Maputo deverá também organizar, em novembro deste ano, uma conferência internacional da qual participarão as agências e países que desejam cooperar com o desenvolvimento econômico regional. Ao Botswana coube a realização de estudos sobre o controle da febre aftosa. Por outro lado, o mesmo país se encarregará de criar um Centro de Pesquisa Regional de

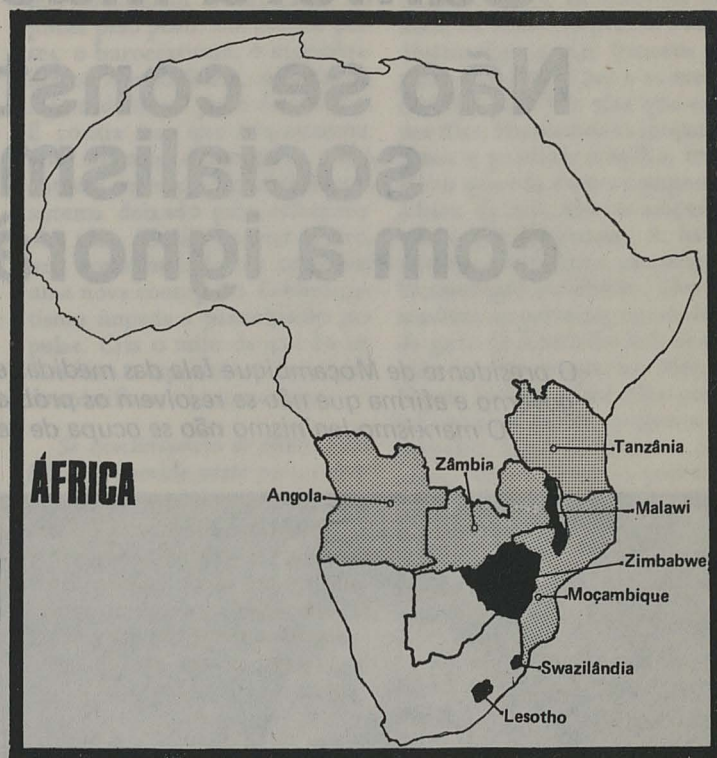


O Botswana criará um Centro de Pesquisa Regional de Agricultura e o Zimbábue, sede da próxima reunião em setembro, fará um Plano de Segurança Alimentar.

Agricultura para estudar os problemas das zonas áridas ou afetadas por secas cíclicas. A elaboração de um Plano de Segurança Alimentar foi encomendado ao Zimbabwe, que será a sede, em setembro próximo, de uma conferência sobre o assunto, reunindo ministros dos nove Estados que estiveram presentes em Lusaka. O desenvolvimento industrial da Região ficou a cargo da Swazilândia. O governo da Tanzânia se responsabilizou pelos estudos referentes à formação profissional. Finalmente, a Zâmbia tocou a elaboração do projeto de um Fundo de Desenvolvimento da África Austral.

O processo de integração

Considerando-se o vigor com que foi ressaltado o papel dos transportes e das comunicações em todo o processo de integração econômica — a sua viabilização exigirá investimentos calculados em cerca de 1 bilhão e meio de dólares —, não é difícil situar a posição de Moçambique nos projetos em estudo. Particularmente no tocante ao porto da cidade da Beira, segundo artigo publicado no semanário "Tempo", espera-se que as alterações verificadas nos últimos meses na África Austral resultem "num aumento do manuseamento de carga para mais do dobro da registrada em 1965, isto é, que seja ultrapassado os dez milhões de toneladas no decorrer da presente década." Há quinze anos, quando durante a rebelião dos colonos, liderados por Ian Smith, Londres respondeu com o bloqueio econômico, o movimento neste porto era de 4,5 milhões de toneladas anuais. Com as sanções, elas baixaram para apenas 1,7 milhão. Para atender às necessidades colocadas pelo escoamento de mercadorias provenientes do Zaire, Zâmbia, Malawi, Zimbabwe e Botswana, já se encontram em curso diferentes



No mapa, em preto, os países, que assistiram a reunião de Linha de Frente pela primeira vez. Em meio tom, os países que fundaram o movimento.

projetos de ampliação e modernização deste porto. Entre eles está a construção de um terminal marítimo para navios "Ro-Ro", que possibilitará o atracamento de barcos com cerca de 250 metros de comprimento. Por utilizar o sistema horizontal de carga e descarga, este tipo de embarcação torna possível o manuseamento de até 300 toneladas por hora. Segundo os técnicos, isto equivale a ampliar em seis vezes mais o ritmo de trabalho feito em moldes tradicionais. No plano de modernização, prevê-se ainda a criação de condições portuárias para o acostamento de petroleiros de 15 mil toneladas. Além da ampliação dos canais e

da construção de armazéns, os estudos incluem a situação das linhas ferroviárias e a preparação de pessoal para os diferentes setores.

A declaração final do encontro, intitulada "África Austral: rumo à libertação econômica", é considerada pelos observadores políticos locais como o mais importante documento já assinado pelos governos africanos nas últimas décadas. Resumindo os seus propósitos, ela afirma no último parágrafo que "a dignidade e o bem-estar dos povos da África Austral exigem a libertação econômica e nós lutaremos para atingir este objetivo." □

MOÇAMBIQUE

Samora Machel: Não se constrói o socialismo com a ignorância

*O presidente de Moçambique fala das medidas econômicas do seu governo e afirma que não se resolvem os problemas com slogans.
"O marxismo-leninismo não se ocupa de vender tomates."*



Samora Machel

Em março deste ano, o Presidente Samora Machel concedeu em Maputo uma entrevista coletiva à imprensa internacional. Jornalistas dos mais diferentes países do mundo e representando as mais diversificadas correntes de opinião submeteram ao chefe de Estado moçambicano questões relacionadas com a situação interna do seu país e com os últimos acontecimentos verificados na África Austral. O texto que se segue é um resumo das questões mais importantes abordadas no encontro.

Presidente, como caracteriza a ofensiva desencadeada nos últimos meses na República Popular de Moçambique?

— A questão essencial quanto à ofensiva desencadeada é que ela é uma parte integrante da luta contra o sistema deixado pelo colonialismo em Moçambique. É uma parte da luta. É a continuação da luta armada de libertação nacional. Primeiro era a luta contra o colonialismo fisicamente instalado ao nível econômico, ao nível político, ao nível cultural, ao nível administrativo e ao nível das mentalidades. A nossa ofensiva não é contra indivíduos. Ela também não é para corrigir o nosso sistema, que nós escolhemos como via de desenvolvimento do povo moçambicano e da construção da pátria moçambicana. A nossa ofensiva é contra a estrutura deixada pelo colonialismo, é contra a mentalidade e métodos de trabalho ainda existentes. Em fevereiro de 1976 nós declaramos guerra contra o aparelho colonial. Nós falamos da desestruturação colonial e nós somos claros em relação a estas coisas. Primeiro estruturamos o Partido, o que significa consoli-

dação da nossa política a nível popular. E em segundo lugar, tivemos as assembléias do povo que significam o exercício do poder pelo povo. Em muitos países, o burocratismo, o individualismo, a arrogância, o liberalismo, tudo isto é parte do sistema. É contra isso que nós estamos. Não estamos a corrigir o nosso sistema, mas sim destruindo um sistema deixado pelo colonialismo para instalarmos um outro, um novo método de trabalho, uma nova concepção. O burocratismo impede a participação popular. Cria o mito de que há indivíduos especiais. Queremos desmistificar o burocratismo.

Se continuarem as filas⁽¹⁾ e a falta de comida neste país, como é que conseguirá manter o povo satisfeito?

— Quer dizer, na sua concepção a independência trouxe as filas. Na sua concepção a liberdade, a independência trouxe isso.

Quem são as pessoas que vão as filas? Onde viviam as pessoas que vão à fila hoje? A pergunta devia ser essa. As filas não podem continuar por muito tempo. O nosso país é rico do ponto de vista agrícola, do ponto de vista de minerais. O que precisamos é organizar e definir os grandes projetos para que possamos organizar a mão-de-obra que nós temos, pois, neste momento, ela vai para as minas da África do Sul, vai para as minas de ferro. Nós também temos o ferro. Vão para a África do Sul para as minas de carvão. Nós também temos o carvão. Vão para a África do Sul para a siderurgia, que nós não temos. Vão para as grandes fábricas de automóveis, de geladeiras, de todos os artigos elétricos e eletrodomésticos e para in-

(1) Em Moçambique, Angola e Portugal a palavra *fila* é chamada de *bicha*.

dústria de construção. Encontramos moçambicanos na indústria de construção. Encontramos moçambicanos na indústria química, na indústria pesada e na indústria ligeira. Os homens vão para a África do Sul e as mulheres estão cá. São elas que estão nas filas. Encontramos moçambicanos a produzir o milho, fruta, vinho que nós vamos comprar na África do Sul. São os moçambicanos que produzem. A batata que nós compramos, são moçambicanos que produzem. Eles são também os pastores, os criadores de gado na África do Sul. Se essa mão-de-obra ficasse em Moçambique, haveria filas? Nós pensamos que os grandes projetos, em primeiro lugar os projetos agrícolas, vão resolver o problema das filas. E a nossa preocupação não é manter o povo alegre. A nossa preocupação é resolver os problemas de fundo. Primeiro criar a unidade sólida no país. Criar a unidade destruindo o tribalismo, destruindo a discriminação racial. São esses alicerces que atrasaram o nosso país. Quem é que comia batata neste país?

Quem é que comia o pão, quem comia o arroz? Quem bebia o vinho, quem bebia a cerveja? Era o colonizador. Agora esses benefícios já vão para o povo. Mas a quantidade não é suficiente. É por isso que existem as filas. A nossa preocupação é o bem-estar social, o bem-estar material e o alojamento. Criar postos de emprego para todos. Não queremos resolver o problema econômico através de *slogans*, através de comícios. Levar o nosso povo a produzir, esta é a solução correta para as filas em Moçambique e em qualquer parte do mundo. O Senhor deve se lembrar do fim da Segunda Guerra Mundial: na Alemanha tinham muitos marcos, mas não tinham sequer um ovo. Tinham muitos marcos, mas não tinham sapatos, não tinham

pão. Quem organiza as filas é o sistema. Este é o resultado do colonialismo.

O que é Marxismo-Leninismo?

O Governo estaria realizando correções nas diretrizes de base para autorizar alguma revisão nos princípios marxistas-leninistas que o orientam?

— Sabem o que quer dizer o marxismo-leninismo? Marxismo-leninismo, os seus fundamentos, é a resolução dos problemas nacionais. Esta teoria dedica-se na maior parte das vezes ao desenvolvimento económico, ao progresso, à paz, ao bem-estar social. É a luta contra a exploração do homem pelo homem. Esta é a base. É a luta para estabelecer um poder popular. Não sei se nós estamos a fazer revisionismo. Estamos aguçando a luta de classes para liquidarmos com a exploração. O marxismo-leninismo defende essencialmente cada um segundo o seu trabalho e cada um segundo as suas necessidades. O marxismo-leninismo não promove preguiçosos, não produz parasitas, entende? É esta a nossa filosofia. Nós somos contra o parasitismo, contra a criminalidade. Quando há desemprego, há injustiça social, nascem os crimes. A criminalidade é o produto da sociedade: o lumpem urbano, a prostituição oficializada, a sociedade degradante. Aí nós somos contra, somos conseqüentes. O que é o socialismo, a revolução? É o produto do capitalismo.

A cooperação económica é defendida pelo marxismo. A cooperação económica entre países, entre Estados. Essa é a defesa do marxismo-leninismo, é a teoria marxista. É isso que nós estamos a fazer aqui. Organizando o setor por setor e distribuindo responsabilidades. O marxismo-leninismo não se ocupa de vender copos no bazar, de vender agulhas e tomates. O marxismo-leninismo preocupa-se sim de

irrigação, barragens, siderurgia, indústria pesada. Organizar de tal maneira a sociedade para que não haja exploração. Não haja especulação. É esta a essência do marxismo-leninismo.

“Socialismo não significa miséria”

Durante o III Congresso da Frelimo o senhor disse que a política do Partido era acabar com a dominação económica a partir do estrangeiro. No entanto, recentemente houve uma reunião aqui em Maputo com algumas companhias multinacionais poderosas. Isto quer dizer que os princípios do III Congresso foram postos de lado?

— O que nós fizemos aqui com a Business International revela que nós somos conseqüentes. Penso que você leu a Lei da Terra. Foi publicada na República Popular de Moçambique. E penso que leu a Lei do Comércio Privado. As condições todas estão lá. É nessa base que nós falamos com todos. Mas nós queremos construir o socialismo dentro do nosso país. Não há desvios e nem permitimos desvios. É por isso que na nossa reunião, no nosso comício, várias vezes repetimos que há aqueles que interpretam mal o que é o socialismo. Socialismo não significa miséria. Significa felicidade, prosperidade, bem-estar de todos. O que nós não queremos das multinacionais é que explorem a matéria-prima, explorem as nossas riquezas, exportem e deixem-nos com buracos no nosso país. Queremos que as riquezas do nosso país beneficiem em primeiro lugar o nosso povo. Sejam o instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa economia.

Com a Dinamarca, com a Suécia, com a Inglaterra, com Estados Unidos, com a RFA, com a França, com a Bélgica, queremos cooperação. Nós temos grandes projetos aqui, como o do Vale

do Limpopo que pode empregar mais de 200.000 homens. Temos na Angónia um projeto que pode empregar mais de 100.000 homens. No Niassa, Zambeze, Sofala, em todos os lugares do país temos trabalho. O que faltará em Moçambique daqui há vinte anos é mão-de-obra.

“O colono saiu em debandada”

Poderá a sua crítica de ultra-esquerdismo explicar por que é que se chegou ao ponto de até o cabeleiro ser do Estado, logo após a independência?

— Ao explicar a questão do cabelereiro, da barbearia, expliquei a prática do esquerdismo; até que ponto chega o esquerdismo. É porque as especificidades de Moçambique não são as do Brasil. As nossas especificidades não são as da União Soviética. As nossas especificidades não são as da RDA. A União Soviética já existia quando fez a Revolução. Quando nasceu a RDA, já existia o Estado alemão. Aqui trata-se do colonialismo estrangeiro. O colonizador era dono de tudo isto. E quando chegou a independência abandonou o país. Nós não podíamos deixar abandonado aquilo que foi construído pelo suor do moçambicano. Chegamos a esse estado porque o colonizador saiu em debandada da República Popular de Moçambique. Nós dissemos que o prédio era do colonizador, a pequena machamba (roça) era do colonizador, todo negócio era dele, mas ele fugiu. Então quem é que estava em condições de gerir? Nós não tínhamos a prática. Era o colonialismo estrangeiro e, em especial, o colonialismo português. Não era como o inglês, que nas suas colônias permitiu que os africanos tivessem bares, negócios. É diferente o colonialismo português de todos os outros colonialismos. É esta a especificidade. Vimo-nos obrigados a

gerir pequenos negócios porque aqueles que os dirigiam fugiram em debandada. Ocupar tudo era uma exigência, agora não. . . Por isso não há desvios. Vocês publicam nos seus países que "há um recuo em Moçambique, que estamos a entregar as lojas". Os meios de comunicação da Alemanha Federal, África do Sul ou Grã-Bretanha dizem que o Machel recuou. Não é o Machel que recua. Aqui na política não é o Machel que recua. A política é feita pelo Partido e executada pelo aparelho do Estado. Naquele período, ocupar o que estava vago era uma exigência porque os colonos abandonavam as casas, abandonavam as lojas, barbearias, abandonavam sapatarias, butiques. Qual devia ser então a nossa tarefa, o nosso dever como Estado? (Dirigindo a uma jornalista brasileira): Entendeu, concorda? Mas não faça isso no Brasil quando triunfar a Revolução.

porque a burguesia brasileira não há de fugir. Por isso na China continuam alguns setores privados, na URSS e na RDA também.

"O colonialismo produziu ignorância"

Ao mesmo tempo que se importa tecnologia avançada, qual é a ênfase que se dá à tecnologia de base, por exemplo, à tecnologia de fabricação de sabão na aldeia comunal?

— Esse é outro ponto complicado no nosso país. Aqui não há engenheiro químico. Como produzir o sabão? Você pensa na Aldeia Comunal, mas estou pensando no país inteiro. É preciso instalar uma fábrica que satisfaça as necessidades nacionais. Mas porque não a temos? Esta é primeira coisa. O colonialismo não produziu engenheiros aqui. Produziu ignorância. Não produziu enge-

nheiros para fabricar colher, não produziu engenheiros para produzir painéis, isso sem falar nos grandes projetos. Eu falo de técnicos médios com capacidade de produzir as pequenas coisas para o nosso povo. Não há fábricas de roupas, de tecido neste país. E por que? O que era Moçambique para eles? Era uma estação de trânsito para a Rodésia e para a África do Sul. Agora nós estabelecemos relações com muitos países, menos com a África do Sul, por causa da sua política de *apartheid*. Mas no dia em que cair o *apartheid* na África do Sul, a República Popular de Moçambique vai propor à OUA para que a África do Sul seja seu membro. Conhecem o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento tecnológico deste país? (Para uma jornalista): De que país é a senhora? . . . (Estados Unidos, respondeu ela). Seu país colocou a RPM na lista negra,



Queremos que as riquezas naturais beneficiem em primeiro lugar o povo

pode-me explicar por que? (A norte-americana responde: "Não sou responsável pela política econômica do meu país"). Mas é norte-americana, não é? Como cidadã americana devia saber e conhecer a política do seu Governo. Nós estamos na lista negra do seu país. Não existimos. Mas antes da independência as relações entre os Estados Unidos e o colonialismo eram fraternais, harmoniosas, de igual para igual. E Moçambique existia nesse momento. No entanto, apoiaram o colonialismo português para não conseguirmos a independência de Moçambique. Deram armas, deram dinheiro, a tecnologia para matar o homem. O homem que exige a liberdade. E quando proclamamos a independência e escolhemos livre e democraticamente o sistema que devíamos seguir, os Estados Unidos nos colocaram na lista negra. Alguns disseram que estamos na lista negra porque Moçambique é marxista. Mas o motivo é outro: é a cooperação tecnológica e cultural com a União Soviética. São as pesquisas científicas com os países socialistas. Mas o ponto principal não é esse. Não é ser marxista, não é isso. Quer que eu lhe diga porque é que estamos na lista negra? Porque o marxismo não pode ser dos pretos. Não, não é possível! O preto não pode ser marxista, porque Marx era branco. Entende, é uma questão de racismo. Na Rodésia, os Estados Unidos estavam muito empenhados no tempo de Ian Smith apoiando a minoria. Compravam cromo e apoiavam Ian Smith. Hoje os Estados Unidos continuam na África do Sul, onde há um regime desumano de *apartheid*, que desafia a comunidade internacional. Mas os Estados Unidos estão lá por que? Porque são brancos aqueles que dominam os pretos, é por causa do racismo, nós sabemos.

— Por que o Partido FRELIMO lidera esta ofensiva?

— O Partido dirige o Estado e a Sociedade. O Estado é o instrumento para a realização da política do nosso partido.

O comício que fizemos recentemente não foi realizado pelo Governo. Foi realizado pelo Partido para explicar que o Governo está a cometer desvios. Eu fui dirigir o comício como Presidente do Partido. O Partido vigia, acompanha passo a passo a ação do Governo. Por isso, depois do comício, o Comitê Político Permanente reuniu-se para analisar e examinar como é que o Governo deve implementar as orientações que o Partido dá. E os resultados estão à vista.

"Vamos controlar as empresas"

No intercâmbio com os países capitalistas e em particular no tocante às suas empresas em Moçambique, existem duas concepções completamente diferentes de como deve ser encaminhada essa prestação de serviços. Como é que o Governo encara o problema de fiscalização dessas empresas aqui?

— Esta ofensiva foi uma lição para nós. Às vezes não compreendíamos os mecanismos dentro das empresas. Primeiro foi necessário compreender a capacidade instalada de cada fábrica, as origens das máquinas dessa fábrica e aí encontramos diversificação. Às vezes numa única fábrica as fontes são cinco, seis, sete. Esse é o segundo aspecto, a origem das máquinas em cada fábrica. Terceiro, o pessoal que trabalha nas fábricas e as suas qualificações. Portanto, conhecer a capacidade de todos os operários; o nível de planificação, materialização e organização de todas as fábricas; as metas definidas de cada fábrica e então compreender a origem das matérias-primas. Pensamos que a partir daí, nós podemos controlar o nosso desenvolvimento. Mas é preciso

que haja participação de trabalhadores conscientes, estrutura, hierarquia e responsabilidade para poder controlar cada fábrica. E é preciso fixar a prática de prestação de contas. Nós estimulamos a competição entre as fábricas. É por isso que exigimos que um operário em cada local de trabalho deve produzir o seu vencimento. Um operário não deve ser parasita. Achemos que o operário é o homem mais consciente da sociedade, porque tem o sentido agudo do que é a exploração. É assim que nós vamos controlar as empresas: tanto as estatais como as privadas. As privadas devem cumprir as suas metas, devem cumprir o plano. Não devem produzir prejuízos, devem produzir lucros. Esta é a tarefa de cada fábrica.

Desde a independência, houve uma série de passos à frente, tanto econômicos e sociais. Como o senhor vê agora os futuros passos da Revolução moçambicana?

— Em menos de um ano, com seis meses de independência, permitimos que o nosso país fosse base para a libertação do Zimbábue, contra a existência de um regime minoritário e ilegal. E Moçambique aplicou integralmente as sanções decretadas pelas Nações Unidas. E o mundo disse: "Moçambique vai colapsar, pois não vive sem a Rodésia". E agora eu queria lhe dizer que com isto a República Popular de Moçambique nasce revigorada. Durante esses quatro anos de luta de libertação no Zimbábue houve realmente estagnação do nosso país, mas também houve conquistas políticas que foram consolidadas. Consolidamos a unidade nacional, destruímos o racismo no nosso país. Estabelecemos igualdade entre os homens de todas as raças, de todas as cores. Estas são as grandes conquistas. É isto que nos permite ver um futuro brilhante para nós. Nos

próximos passos está a luta contra o subdesenvolvimento. Isto implica no conhecimento real das nossas potencialidades, das nossas possibilidades. Implica em novas relações com outros povos já avançados, capazes de nos fornecer a técnica e a tecnologia necessárias. Mas não aparecemos como mendigos. Não estamos a mendigar: negociamos em pé de igualdade. Portanto, a nossa batalha é econômica. É verdade que este aspecto é complexo, exige a liquidação do analfabetismo, da ignorância, da fome. São esses passos que nós pensamos que são prioritários. Não se constrói o socialismo com a ignorância, com o obscurantismo. São esses os nossos passos: formar quadros competentes, disciplinar a nossa sociedade, eliminar todos os males deixados pelo colonialismo.

"Uma vitória política"

De que maneira a FRELIMO terá sucesso na construção de uma sociedade socialista e, ao mesmo tempo, na construção da base de sua própria originalidade nas condições especiais do país?

— Não há originalidade, o marxismo é um só. Não há dois marxismos. O que há no marxismo é saber aplicá-lo nas condições concretas e específicas. Estamos de acordo? Não há marxismo africano, latino-americano, asiático. Marxismo é ciência. Quando nós estamos a falar em marxismo pensemos em ciência. Não pensemos no Marx como homem. Falemos de marxismo, falemos de teoria, teoria marxista aplicada às condições concretas e específicas de cada situação, de cada região. Nós aqui vamos aplicar o marxismo para desenvolvermos o nosso país. Agimos assim durante a guerra de libertação e triunfamos. O triunfo de Moçambique foi uma vitória política em primeiro lugar. Em segundo lugar foi uma vitória militar, porque a luta armada era a conti-

nuação da materialização da política. Os europeus e ocidentais em geral e os *boers* sul-africanos dizem que os africanos pretos não podem construir o socialismo porque o socialismo exige inteligência e o preto não é inteligente. Também afirmam que construir o socialismo num país de maioria negra não é possível, porque o africano acredita nas forças sobrenaturais, na superstição. É isto que faz muitas das vezes os europeus perguntarem: "mas como é que Moçambique vai construir o socialismo? Então não estão a destruir a sua personalidade?"

Eu quero repetir: marxismo não é teoria estrangeira. E o desenvolvimento da ciência em benefício das camadas inferiores, enquanto que o capitalismo é para beneficiar apenas poucos. Por isso é que eu digo: em Moçambique nós vamos construí-lo para beneficiar a maioria. O nosso povo identifica-se com a nossa política. Ela é resultado da prática e do conhecimento aprofundado que temos do nosso povo. Nós sabemos o que o nosso povo quer. Não quer ser explorado, não quer o capitalismo, não quer ser discriminado. Nosso povo quer paz bem-estar. Outro as-

pecto é a influência religiosa. Associada a esta influência há o atraso social e intelectual do nosso povo. Por isso, pensamos que esta política de Moçambique é elaborada por um grupo. E quero dizer que não é assim. O grupo faz a síntese das aspirações, faz a síntese da prática, a síntese do desejo do nosso povo. Não foi um grupo que fez a guerra popular em Moçambique. Foi essa guerra popular que permitiu que a Frente de Libertação de Moçambique se transformasse num partido marxista-leninista. Nós não proclamamos o marxismo-leninismo depois de proclamarmos a independência. Nós já éramos marxistas-leninistas antes e durante a guerra popular de libertação nacional. O socialismo em Moçambique é produto da guerra que no seu desenvolvimento se transformou numa guerra revolucionária.

"Moçambicanos podem regressar"

Presidente, no seu discurso, o senhor disse que os portugueses e outros poderiam vir investir em Moçambique. Quer dizer que vai permitir o regresso...

— Perdão, no meu discurso, não disse portugueses. Não te-



Assumimos o controle total pois o colono fugiu em debandada

inho motivo para mencionar portugueses em especial. Quando eu falo de investimentos estrangeiros, a República Federal da Alemanha é a mesma coisa que Portugal. Falar de Portugal é a mesma coisa que falar da Bélgica e da França. Que fique bem claro isso. Não fiz apelo aos portugueses para virem aqui. Não fiz apelos a ninguém. Mas eu disse: moçambicanos que trabalham na Swazilândia, moçambicanos que trabalham no Malawi e na Rodésia, moçambicanos que vivem e trabalham na África do Sul, esses podem regressar e fazer seus negócios aqui, em vários setores, incluindo agricultura e indústria.

O seu discurso marcou o que se convencionou chamar de revolução cultural. Além da abertura econômica, a Frelimo pensa na possibilidade de iniciar em Moçambique uma revolução cultural? É ligada a esta questão, pergunto o seguinte: algumas vezes critica-se o oportunismo que surgiu após à independência em alguns setores. O senhor não teme que um processo como o que está sendo desenvolvido possa criar novo tipo de oportunismo?

— Primeiro quero responder que não é revolução cultural. Não é preciso desencadear campanha para fazer revolução cultural. A revolução cultural é um processo geral, global. Por isso, esta campanha não é uma revolução cultural. Nós fomos claros. O aparelho de Estado está infiltrado. Uma vez infiltrado, deturpa todas as orientações que o Partido dá e passa, portanto, a servir aos interesses do nosso inimigo. Não está servindo aos interesses do povo. Ele está corrompido, está se transformando num refúgio de inúteis. Como está doente, precisa de tratamento.

— Um aparelho de Estado infiltrado, corrompido, doente, significa que ali instalou-se comodamente a indisciplina, o liberalismo, como modo de vida. Por isso, esta campanha é de purificação. Valorização daqueles que têm qualidades para serem do aparelho do Estado. Disciplinar este mesmo aparelho para colocá-lo a serviços dos interesses do povo.

No meu entender, a independência do Zimbabwe abre um novo período para a História da África Austral. Qual foi o papel de Moçambique?

— O papel de Moçambique não foi muito grande, foi o de ser a base para a luta no Zimbabwe. Foi importante, mas não decisivo. O papel decisivo coube às forças combatentes do Zimbabwe, ao povo do Zimbabwe e à solidariedade internacional. Moçambique cumpriu simplesmente seu dever internacionalista ao fazer da luta do Zimbabwe a luta do nosso povo. O nosso país aplicou as sanções, cumprindo as obrigações decretadas pela Comunidade Internacional. Também participou de todas as reuniões dos Chefes de Estado da *Linha da Frente* à procura de solução para o conflito. Esteve presente na Conferência de Lancaster House em Londres e acompanhou o processo eleitoral. Nada mais.

Presidente, Moçambique terá a mesma posição assumida na guerra do Zimbabwe em relação à África do Sul e o Congresso Nacional Africano (ANC)?

— Os problemas da África do Sul são internos, contradições internas. É um erro do próprio sistema. Nós reconhecemos o Governo da África do Sul como o de um país independente, mas condenamos a sua política de *apartheid*. Não somos só nós, todo o mundo os condena. A luta de libertação não pode ser conduzida de fora, a história mostra isso. A China libertou-se e não foram forças de fora que fizeram isto. Hoje há estabelecimento de relações da China com os Estados Unidos e com todo o mundo. É a história, a história. Hoje estamos a assistir a África do Sul. Quatro milhões de brancos oprimem 23 milhões de negros e, talvez, dois milhões de mulatos, indianos e asiáticos. E por que é que praticam o *apartheid*? Por que é que consideramos sul-africanos negros como estrangeiros? Isto é porque o Governo sul-africano tem consciência de que é colonialis-



O povo se lançou maciçamente à rua para escutar o discurso do Presidente Samora Machel

ta, tem consciência que oprime e tortura. Um Governo que deveria representar o povo, mas que assassina a sangue frio crianças, mulheres e velhos, só porque são pretos. Porque se intitulam sul-africanos de direito. A ANC goza da simpatia da comunidade internacional dos países Não-Alinhados. Tem o apoio das forças progressistas e democráticas de todo o mundo, de todas as raças, de todos os continentes. A ANC tem apoio das Nações Unidas, onde a África do Sul é membro. Essa pergunta não deveria ser dirigida à Moçambique e sim para a Comunidade Internacional: Por que é que vocês apoiam o ANC? Por que querem a igualdade entre os homens na África do Sul? Querem a justiça social, a justiça cultural, a justiça econômica?

O senhor acha que é conciliável a política de não-alinhamento de Moçambique com a posição assumida nas Nações Unidas de votar quase sempre a favor da União Soviética? Refiro-me principalmente ao caso do Afeganistão.

— Quando o Governo da República Popular de Angola foi invadida pela África do Sul pediu ajuda à União Soviética, pediu ajuda à Cuba. É um Estado independente. E o Afeganistão pediu auxílio. Apoiamos. Esse é o direito do Estado. Nós não apoiamos a URSS quando votamos. Apoiamos o Afeganistão e a URSS. Agora, se a União Soviética tivesse agredido o Afeganistão, aí você devia me perguntar: "Então apoia a agressão?"

— E porque é que só falam da URSS no Afeganistão e não falam das tropas francesas que foram derrubar Bokassa no Império Centro-Africano? Por que não falam das tropas francesas e mercenárias que foram derrubar o Presidente das Ilhas Comores, Ali Soilih? Nós apoiamos o Afeganistão, o pedido que foi feito a União Soviética. Está claro? ☐

O QUE É O SOCIALISMO?

No seu discurso, o Presidente Samora Machel definiu assim o que a FRELIMO acha que é o socialismo:

Sociedade socialista significa o bem-estar de todos:

- o direito ao trabalho
- o direito à escola, à saúde, sem discriminação
- o direito de cada cidadão ter uma habitação condigna
- ter transporte decente
- ter manteiga, ovos para os nossos filhos, para todos nós
- o direito de andar decentemente vestido
- ter possibilidade de comer galinha, coelho, peixe, carne
- todos terem sabão para andarem limpos. Terem sabonetes, terem lâminas, máquina de barbear, é isso que queremos

Mas os nossos amigos do Ocidente dizem que se nós andarmos bem vestidos, se nós fizermos a barba, se nós tivermos uma casa condigna, perderemos as características africanas.

Sabem quais são as características africanas? Usar pele, tanga, capulana atravessada, um pau na mão atrás do rebanho, ser magrinho com costelas para contar uma a uma, feridas nos pés, nas pernas, com uma folha de cajueiro a tapar a ferida que vai gotejando, matacanha nos pés — este é o africano. Para eles são as características dos africanos.

Então, quando os turistas vêm aqui procuram este africano vestido desta maneira. Porque este é o "real africano".

Agora encontram-nos vestidos de balalaica, calçados — já não é africano. Não tiram fotografia.

Para eles é preciso que a África não tenha indústria, que continue a enviar matérias-primas. Não tenha siderurgia. Porque é luxo para o africano.

É preciso que a África não tenha barragens, pontes, estradas, fábricas de tecidos para confeccionar roupa para os homens e senhoras, roupa para as crianças. Fábrica de calçado de luxo? — Não, o africano não merece isso. Ter uma casa com piscina, um hotel de luxo? — Não, já não é para africanos.

Para nós, sociedade socialista significa:

- ter lugares de repouso para os trabalhadores
- festejar as festas, bebendo um copo de cerveja, de vinho, de laranja, comendo bolos bem confeccionados
- produzir brinquedos para oferecer às nossas crianças nos seus aniversários
- produzir flores para oferecermos às nossas mulheres, mães dos continuadores da Revolução
- ter as ruas das nossas cidades limpas
- criar parques e jardins para descanso e alegria dos adultos e crianças

Temos que avançar para concretizar estes objetivos.

Mas sentimos que há feridas no nosso corpo que sangram constantemente.

Sentimos que os agentes do inimigo se aproveitaram da nossa condescendência e benevolência para se instalarem no nosso seio.

Tudo isto impede o nosso avanço. É o matope que torna pesadas as nossas botas. Decidimos descalçar a bota e tirar o matope.

Uma nova libertação?

Ainda não está claro o caminho que deverá seguir o regime controlado por um grupo de sub-oficiais que no dia 12 de abril passado derrubou, na Monróvia, o ex-Presidente William Tolbert. Já se fala de uma "segunda libertação da Libéria".

Na cúpula do poder está o Conselho Popular de Redenção (CPR), formado pelos 17 oficiais que executaram o golpe e mataram o presidente e várias personalidades do regime anterior. O sargento Samuel Doe, de 28 anos, é aparentemente o líder do movimento e o novo presidente. Seu gabinete é integrado por 17 ministros, todos eles membros dos partidos de oposição ao antigo regime: o Partido Popular Progressista (PPP), o Movimento pela Justiça na África (MOJA) e oficiais e ex-ministros técnicos de Tolbert.

À primeira vista, o movimento parece ser uma aliança entre todos os setores contrários ao domínio da pequena burguesia negra. O fato de que no dia seguinte ao pronunciamento dos jovens suboficiais foram soltos do cárcere os dirigentes de uma oposição que havia lutado vigorosamente contra a corrupção e os privilégios do sistema, fortalece essa suposição. E a defesa pelo governo do lema "em nome do povo, a luta continua", que é a palavra de ordem do PPP, cujo líder Gilbert B. Mathews é o novo Ministro das Relações Exteriores, sugere que esse partido

tem um papel relevante na atual condução do país.

Mas a luta contra a corrupção e os privilégios, que certamente representam as duas tarefas mais importantes para superar um passado de injúrias para o povo liberiano, são indicações insuficientes para se prever o futuro político do país. Por outro lado, os integrantes do CPR e do governo representam uma frente heterogênea, o que torna ainda mais difícil a definição dos novos rumos do país.



Samuel Doe, um jovem militar toma o poder

Fundada em 1822 por negros escravos que deixaram os Estados Unidos depois da guerra civil, a Libéria, em 1947, converteu-se na primeira república africana. Eles copiaram as instituições norte-americanas, batizaram sua capital com o nome de um presidente dos Estados Unidos (Monroe), dedicaram-se à difusão dos cultos cristãos e maçons e subordinaram sua economia aos EUA. Além disso, utilizaram como mão-de-obra os africanos originários da região, explorando-os desumanamente e mantendo-os em condições miseráveis.

Tolbert representava a grande dominação dos ex-escravos, através do "Verdadeiro Partido Whig" (*Whig* é uma expressão que em inglês significa "confiamos em Deus"), que mantém o poder desde 1869. O país se desenvolveu sob o impulso de um rudimentar capitalismo subordinado aos Estados Unidos e sob uma oligarquia sufocante. As grandes maiorias foram mantidas na pobreza e sem acesso à cultura. Assim, durante o governo de Tolbert todo o poder se achava nas mãos dos colonos: 5% da população que representam 300 poderosas famílias. A mudança significa, aparentemente, a perda do poder político pela burguesia negra. No entanto, a criação de um autêntico modelo africano, que entregue o poder às maiorias e liberte o país do domínio externo, são tarefas que o novo governo não incluiu até agora no seu programa. □

Engenharia Brasileira participa do desenvolvimento de Moçambique

“Não queremos das empresas estrangeiras que explorem a matéria prima, explorem as nossas riquezas, exportem e deixem-nos com buracos em nosso país. Não queremos que nos deixem com a miséria. Queremos que as riquezas de nosso país beneficiem em primeiro lugar ao nosso povo. Desenvolvam, sejam um instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa economia. Nós temos grandes projetos a serem desenvolvidos aqui. Temos, por exemplo, o projeto do vale do Limpopo, que pode empregar mais de 200 mil homens.”

Estas palavras do Presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel, asseguram a cooperação de outros países para o desenvolvimento de Moçambique, em vários domínios, para liquidar o subdesenvolvimento e as seqüelas deixadas pelo colonialismo, permitindo a aquisição de técnica e tecnologia estrangeiras. Mas, como destacou o Presidente Samora Machel, “fique bem claro que não vamos mendigar. Negociaremos em pé de igualdade”. Esta relação de igual para igual é ainda mais forte quando se trata de dois países em luta contra o subdesenvolvimento. É este o caso de Brasil e Moçambique.

É justamente no vale do Limpopo, chamado pelo dirigente do Partido Frelimo de “celeiro de Moçambique”, que uma empresa brasileira, a Geotécnica, tem hoje cerca de 15 técnicos elaborando estudos para a instalação de complexos agroindustriais. Além de contribuir para a formação de técnicos moçambicanos que lá trabalham em conjunto, os projetos da Geotécnica inserem-se no objetivo de: elevar o nível de produtividade da região; criar um cinturão verde que possibilite o abastecimento dos centros urbanos e provoque uma reversão no êxodo rural; e, primordial para

o equilíbrio do balanço de pagamentos, exportar os excedentes agrícolas.

Inicialmente, a Geotécnica foi contratada para projetos e assessoria em fundações para construção da ponte sobre o rio Zambeze e, uma vez comprovada a capacitação técnica da empresa brasileira, a RPM contratou-a, sempre sob financiamento do Banco do Brasil, através da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), e do Banco de Moçambique, para a implantação dos complexos agroindustriais do Lumane é Julius Nyerere, no baixo Limpopo e, ainda, para o aproveitamento agrícola e hidrelétrico da região do baixo rio Pungué.

PONTE DO RIO ZAMBEZE

Em 1978, a empresa brasileira, especializada em consultoria de engenharia e na execução de serviços de engenharia de solo, foi convidada a participar dos trabalhos de construção da ponte sobre o rio Zambeze, no centro de Moçambique. Esta ponte será o elo principal para a ligação rodoviária Norte-Sul do país. Vale lembrar que, durante todo o período colonial, nunca houve a preocupação de integrar o território moçambicano: as únicas rodovias e ferrovias ligavam países vizinhos, como a ex-Rodésia e a África do Sul, aos portos da Beira e da ex-Lourenço Marques, hoje Maputo.

A ponte terá extensão de 2.400m, com vãos de 70 metros. O contrato da Geotécnica para a construção da ponte inclui a programação, a supervisão e a interpretação de pesquisas geotécnicas de campo e de laboratório, o projeto executivo das fundações e assessoria técnica à construção das fundações. O projeto vem sendo desenvolvido na sede da Geotécnica, no Rio de Janeiro, encontrando-se em fase de conclusão.

TÉCNICOS MOÇAMBICANOS

As pesquisas de campo, no local, foram realizadas por técnicos moçambicanos, que participaram de um curso de formação ministrado por engenheiros do Governo de Moçambique e foram treinados no campo por engenheiros e técnicos da Geotécnica durante a execução das sondagens.

Estudantes moçambicanos receberam treinamento em análise de solos em um laboratório de campo próximo à obra. As análises mais complexas foram realizadas no bem equipado Laboratório de Engenharia de Moçambique, por técnicos locais, com a assistência da Geotécnica.

Para que a construção da ponte seja concluída no prazo previsto, as fundações já estão sendo iniciadas, com estacas de grande diâmetro escavadas até 60 metros abaixo do leito do rio e com concretagem submersa.

COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS DE LUMANE E JULIUS NYERERE

Os complexos agroindustriais de Lumane e Julius Nyerere situam-se na província de Gaza, distante cerca de 180 km de Maputo, o primeiro no vale do Lumane e o segundo no vale do Limpopo.

Os complexos visam a instalação de empreendimentos agropecuários, de irrigação agrícola e agroindustriais integrados, que alcancem, no início de sua operação, em 1985, 6 mil hectares irrigados de fruteiras para exportação, 6 mil hectares irrigados de lavouras de subsistência em sequeiro, 3 mil e 500 hectares de bananeiras irrigadas e 5 mil hectares de policulturas, também irrigadas.

Os subprodutos da atividade agrícola serão utilizados como ração animal para a criação pecuária na região dos complexos, prevendo-se o desenvolvimento do gado bovino (leite e carne), de suínos e de aves (carne e ovos).

Serão implantadas, na área do complexo, de 7 a 8 unidades agroindustriais, prevendo-se a instalação de frigorífico industrial; fábrica de laticínios; unidade para industrialização de tomate; fábrica de sucos de frutas; fábrica de conservas vegetais (doces e geleias); fábrica de embalagem de bananas com câmara de climatização; fábrica para embalagem de flores para exportação e indústria de óleos vegetais comestíveis.

O sistema de produção dos complexos estará baseado em unidades familiares, unidades cooperativas e fazendas estatais.

As atividades dos complexos de Lumane e Julius Nyerere darão pleno emprego, no início de sua operação, a cerca de 30 mil trabalhadores efetivos e beneficiarão uma população próxima de

60 mil pessoas, distribuídas em 14 aldeias comunitais instaladas nos complexos.

Ambos os empreendimentos estão sendo planejados com capacidade de dobrar suas metas dentro dos próximos 20 anos, de maneira a favorecer uma população de 120 mil pessoas.

Além das obras e equipamentos de irrigação e industrial, os complexos serão dotados de toda a infraestrutura urbana e de apoio industrial necessárias à sua operação, incluindo-se sistema viário, de armazenagem, de saneamento, de energia e de comunicações. Equipamentos de habitação, educação, de saúde e sócio-comunitários também serão instalados, de maneira a proporcionar um atendimento conveniente à população das aldeias comunitais.

Os trabalhos necessários à implantação dos complexos encontram-se em fase inicial, tendo sido contratada a Geotécnica para o desenvolvimento dos estudos básicos, dos anteprojetos detalhados das infraestruturas e estruturas de engenharia, urbanismo e arquitetura, e para o estudo de viabilidade do empreendimento.

Uma equipe da Geotécnica, dando partida aos trabalhos, está em Moçambique para contatos com autoridades e instituições moçambicanas e para coleta de dados básicos necessários ao trabalho, já estando bastante avançados os levantamentos fundamentais de campo, que envolvem cartografia, pedologia, topografia, hidrologia, hidrogeologia, geologia e geotecnia.

APROVEITAMENTO DO BAIXO PUNGÓE

O aproveitamento para irrigação e energia elétrica da Região do Baixo Rio Pungóe, localizado na Província de Sofala, próximo ao Parque Nacional da Gorongosa, constitui outro empreendimento de vulto em execução pelo Governo Moçambicano. Além de também objetivar o aumento da produção de bens alimentares e comercializáveis, tem por fim avaliar as possibilidades de geração de energia elétrica na região, indispensável ao progresso de Moçambique.

A Direção Nacional de Águas do Ministério de Obras Públicas e Habitação da República Popular de Moçambique é órgão do Governo responsável pelo aproveitamento hidroagrícola e hidrelétrico da Região do Baixo Pungóe, já tendo sido contratada a Geotécnica S/A para os estudos e projetos iniciais necessários à implantação do empreendimento, incluindo:

- Estudos de alternativas, anteprojeto e projeto básico de uma barragem no Rio Pungóe, denominada Barragem de Bué Maria;

- Estudo de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico da Barragem de Bué Maria;
- Estudos de alternativas para as irrigações de toda a área do Baixo Pungué, como superfície estimada de 139 mil hectares;
- Estudos básicos de campo e anteprojeto de um sistema de irrigação de 80 mil hectares, a partir dos recursos hídricos provenientes da futura Barragem de Bué Maria, denominado Sistema de Irrigação de Bué Maria;
- Projeto Básico de Irrigação para uma área de 10 mil hectares definida dentro do perímetro do Sistema de Irrigação de Bué Maria;
- Projeto Piloto de Irrigação para 1 mil hectares, selecionados dentro da área de 10 mil hectares definida acima.

Em virtude de sua complexidade, os estudos e projetos necessários ao completo aproveitamento da Região do Baixo Pungué só deverão estar concluídos em 1983. A Direção Nacional de Águas, porém, com o intuito de acelerar o processo de desenvolvimento da Região, estabeleceu que o Projeto Piloto de Irrigação da área de 1 mil hectares seja realizado antes mesmo do aproveitamento hídrico da Barragem de Bué Maria.

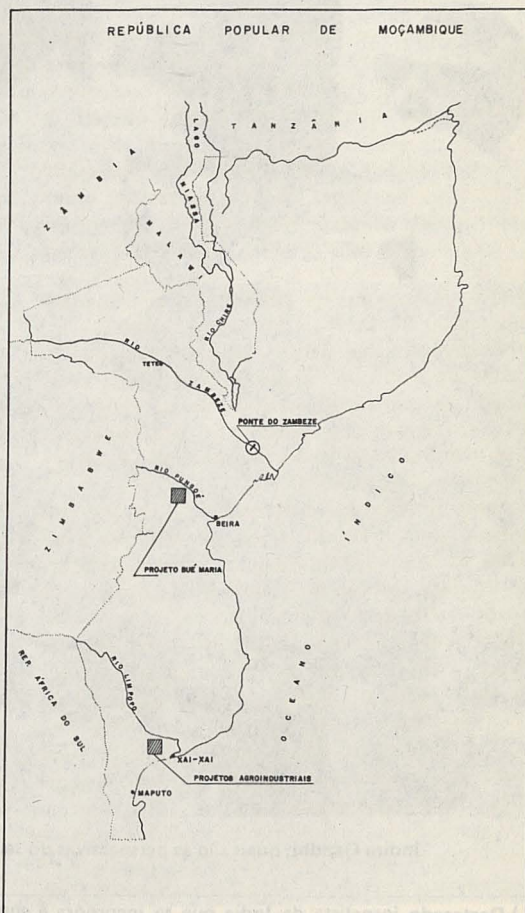
A região do Baixo Pungué apresenta grande potencial para o desenvolvimento da Agricultura e da pecuária e, embora ainda dependa-se de análises detalhadas do solo local, já se pode antever o cultivo de pomares, de hortaliças, de pastagens, de culturas de subsistência, de arroz e de bananas, essa última mais voltada à exportação.

INTEGRAÇÃO BRASILEIROS-MOÇAMBICANOS

As identidades culturais entre Brasil e Moçambique em muito contribuem para a integração necessária ao desenvolvimento dos trabalhos da Geotécnica para a República Popular de Moçambique. Essa integração tem reflexos positivos do ponto de vista da assimilação da tecnologia brasileira, pelos técnicos moçambicanos, uma preocupação sempre presente do Governo Moçambicano no seu relacionamento com a empresa de engenharia brasileira. Os trabalhos da Geotécnica têm o acompanhamento de técnicos de alto nível dos órgãos contratantes moçambicanos, que já visitaram o Brasil a fim de avaliar a capacidade de realização da engenharia brasileira. Os representantes de Moçambique já participaram, na sede da empresa brasileira no Rio de Janeiro, de reuniões técnicas com engenheiros da Geotécnica, visitaram obras projetadas pela Empresa e outros empreendimentos executados pela engenharia do Brasil.

Também em Moçambique, os técnicos do Governo Moçambicano participam ativamente do andamento dos trabalhos, não só na discussão das soluções técnicas a serem adotadas, como também criando condições para permanência e os deslocamentos de técnicos da Geotécnica em Moçambique. Em prédio cedido pelo Governo Moçambicano, a Geotécnica montou um escritório em Maputo, a fim de prestar apoio local técnico-administrativo aos trabalhos. O Governo de Moçambique oferece moradia aos engenheiros e técnicos casados da Geotécnica ora residentes em Moçambique e alojamento para os solteiros.

A cooperação nestes projetos é nova tanto para a República Popular de Moçambique quanto para a empresa brasileira. Fato significativo é que essa cooperação já está abrindo caminho para outros exemplos de contribuição da tecnologia desenvolvida no Brasil para o desenvolvimento de Moçambique e de outras nações africanas. ▲



ÁSIA

ÍNDIA

O futuro de Indira Gandhi

Num panorama complexo, a filha de Nehru emerge como uma grande força aglutinadora. No entanto, pode submergir à pressão dos problemas nacionais se não estruturar um grande partido de massas

M. Venugopala Rao (*)



Indira Gandhi: quais são as perspectivas do seu segundo governo?

Perdemos toda credibilidade. Mas Indira Gandhi a tinha perdido de forma mais grave em 1977, e ainda assim voltou ao poder em janeiro de 1980 à frente de uma confortável maioria. Não vejo, portanto, nenhuma razão para que o Partido Janata não possa recuperar-se também."

Essa afirmação é de Chandra Shekhar, dirigente do que hoje é apenas uma pálida sombra do partido que, em março de 1977, impôs uma severa derrota a Indira. Ele dizia isso pouco depois que a frágil coligação de cinco partidos de centro-direita, que incluía ambíguos elementos de esquerda, se fragmentou em cinco partes. Pressões, ambições de liderança de antigos detentores e traficantes do poder determinaram tal ruptura, para a qual também contribuiu a determinação da chauvinista força hindu, o Jana Sangh, de retomar a sua identidade a partir da esmagadora derrota.

Chandra Shekhar, que se proclama, simultaneamente, um socialista e um anticomunista, encontra-se hoje no centro do nada. Ele já foi um cruzado da

(*) Destacado jornalista da Índia que se incorpora à equipe permanente de colaboradores de *Cadernos*.

luta contra a corrupção no mundo dos grandes negócios — se bem que os rumores dizem que apenas engajou-se na luta de uma grande empresa contra outra —, e o seu partido já deve ter descoberto que Indira Gandhi dispõe de forças de sobra para derrotá-lo, assim como o fez com a anti-organização Congresso Nacional da Índia, entre 1969 e 1971.

Naquela ocasião ela utilizou os “jovens turcos”, conduzidos por Chandra Khekhar, para afastar os velhos congressistas. Depois desfez-se dos jovens, nacionalizou quatorze grandes bancos comerciais, acabou com os “tesouros particulares” da antiga nobreza e venceu a eleição parlamentar de 1971 com sólido apoio popular. E agora nacionalizou mais seis bancos privados e estabeleceu o controle governamental sobre 91 por cento do sistema bancário. Os nove por cento fora do setor nacionalizado se dividem entre doze bancos estrangeiros e alguns nacionais, cada grupo com 4,5%.

Mas ainda é cedo para julgar os primeiros meses deste segundo governo de Indira Gandhi. Graves problemas surgidos no maior Estado do Nordeste indiano — Assam —, onde não foi possível realizar as eleições em janeiro e ainda não o é, refletem as contradições que estão imobilizando o seu governo. Na essência, elas são a continuação dos fatores que levaram Indira a decretar o estado de emergência em julho de 1975 e contribuíram para a degradação da sua administração, com a corrupção, atuações fora dos limites da estrutura democrática e com evidente autoritarismo.

Dirigentes da esquerda acusam as brigadas de jovens seguidores de Indira de aumentarem os problemas, aceitando a reivindicação dos *assamêses* — a expulsão dos “estrangeiros”, os *não-assamêses*, do Estado de Assam — mas agindo inversamente em Bengala Ocidental. Eles vêem nisso o propósito de derrubar o governo comunista deste Estado e de assegurar por meios

ilícitos a maioria para os partidários de Indira, que não tiveram lugar nas eleições de maio. Assim, dessa forma, pretendem ganhar força no Parlamento, particularmente no Senado, onde ela necessita obter a maioria para acabar com o sistema parlamentarista e emendar a Constituição para instituir o presidencialismo.

É o mesmo caso que se denunciou quando foi decretado o estado de emergência em 1975, prolongado até 1977. Indira Gandhi negou veementemente tais intenções nas duas ocasiões. Mas o arquivamento dos processos instituídos contra alguns dos seus parentes no governo anterior, a anulação do julgamento contra o seu próprio filho, Sanjai Gandhi, assim como o remanejamento de muitos militares na capital e nos Estados, são citados como indícios das intenções de limitar a democracia.

Responsabilidade de todos

Se realmente isso acontece, o problema não é apenas de Indira



Um país de tradições milenares que necessita de novas lideranças

Gandhi, mas se trata de uma responsabilidade de todas as forças políticas do país. A falta de propostas e ação política comuns, em favor da ampliação da democracia em todos os níveis, é, na realidade, a razão dos atuais problemas.

Os preços não estão baixando, os monopólios nacionais e estrangeiros continuam se fortalecendo, o setor público está enfraquecido, já que o setor privado goza de apoio e tratamento igual, os trabalhadores continuam sofrendo abusos patronais. Mas foram anunciadas intenções de regularizar o abastecimento e os preços dos bens essenciais, fala-se em controlar os monopólios e o comércio, em conter as multinacionais e ainda em estimular a pequena indústria e usar recursos dos bancos nacionalizados para gerar novos empregos nas cidades e em todo o país.

Na política externa, Indira Gandhi tem seguido a linha anti-imperialista e não-alinhada da tradição herdada do seu pai, Jawaharlal Nehru. Daí suas posições no caso do Afeganistão, evitando hostilizar o governo aí instalado, o apoio às lutas de libertação na África e a maneira como conduz as relações com as potências ocidentais.

Mas uma oposição comprometida ideologicamente e de orientação radical pode ser, talvez, o único fator a assegurar a estabilidade e o aprofundamento do sistema democrático, além de uma evolução socialmente progressista. Se tal oposição vai surgir, depende do desempenho que os partidos democratas e de esquerda vão ter a partir das eleições.

Novos partidos

Os novos partidos são numerosos na Índia de hoje. O próprio

comissário-chefe das eleições confessa não conhecer quem é quem. O *Rump Janata*, de Chandra Shekhar, aposta na repetição do milagre de 1977, com a derrota do partido de Indira. Ele esquece que foi um dos responsáveis pela pulverização das oposições, cuja unidade foi a chave para a vitória do partido Janata nas eleições de 1977.

Chandra Shekhar não é o único nem o mais representativo dos políticos que têm perdido credibilidade. Uma figura que perdeu muito desde 1977 até hoje é Devaraj Urs, que ajudou Indira Gandhi na campanha nos Estados do Sul em 1977 e que agora, tendo-se tornado seu adversário, acabou perdendo importantes apoios, que foram engrossar as fileiras de Indira. Devaraj Urs viu reduzir a sua projeção nacional quando fracassou em organizar o seu partido próprio, o Congresso Nacional Indiano.

A perda de credibilidade alcançou também homens como Yashwantrao Balwantrao Chavan. Antigo dirigente político de nível nacional, Chavan foi reduzido a menos que uma liderança regional, com a ruptura das alianças que o mantiveram na cúpula do seu Estado por mais de vinte anos.

Uma terceira figura conhecida a cair em desgraça é o velho Jagjivan Ram. Ele conquistou importância nacional na luta pela independência como líder dos *harijans* (setores intocáveis das camadas oprimidas, em cuja defesa muito fez Mahatma Gandhi). Ram conseguiu muito poder, mas o vem perdendo devido à falta de senso político e de definições econômicas, carência comum entre os militantes congressistas da sua geração.

As tentativas dessas três figuras em criar uma forte oposição à Indira Gandhi não têm tido sucesso. Na verdade, eles não se recuperaram ainda do golpe que

foi a desintegração do partido Janata, com o qual todos se relacionaram, de forma aberta ou camuflada.

Uma das poucas organizações bem estruturadas — além dos Partidos Comunistas — é o *Bharatiya Janata Party*, que combina os nomes de *Jana Sangh* e *Janata*. Mas seu reduto político se restringe a alguns Estados do Norte, e a sua campanha não é tanto contra Indira Gandhi, mas contra os que a acusam de autoritarismo.

Um fato de importância é a atual decisão dos dois partidos comunistas — o PC Indiano e o PCI-M (marxista) — de atuarem juntos nessas eleições e cooperarem com Jagjivan Ram.

Figura central

A verdade é que a figura central e positiva nesse complexo panorama da Índia continua sendo Indira Gandhi. Sua astúcia política, flexibilidade, assim como a sua imagem perante o povo foram realçadas na grande vitória eleitoral de janeiro deste ano. É necessário destacar que não se tratou simplesmente de um triunfo contra o desempenho negativo do Janata, partido que estava no poder, mas de um renovado conhecimento das massas populares à política desenvolvida por Indira em favor dos pobres e desfavorecidos e da classe média empobrecida. Essa constatação é mais evidente pelo fato de que o partido Janata traiu os seus postulados de reformas, rendeu-se totalmente ao capital monopolista, não controlou os preços e estimulou a oligarquia a uma verdadeira guerra contra as populações do campo.

Mas isso não impediu que nesses últimos meses o governo de Indira ficasse imobilizado pelas tensões geradas pela difícil conjuntura. E a situação pode fazer submergir o seu governo se ela não for capaz de criar um grande partido de massas. □

COMUNICAÇÃO

ASIN: um “pool” latino-americano


A incorporação de três novos países-membros e um consenso sobre os pontos fundamentais foram os resultados mais importantes da conferência promovida pela Ação de Sistemas Informativos Nacionais (ASIN), realizada na cidade do México.

Treze nações da América Latina participaram do encontro, que discutiu o problema da comunicação do nosso continente, adotando, no seu encerramento, a “Declaração do México”, que recomenda a democratização da informação por todos os governos. “A experiência da ASIN, após um ano da sua criação, demonstra que, com honestidade, imaginação e rigoroso sentido ético, pode-se ampliar o âmbito da comunicação em nossos povos, assegurando a igualdade de oportunidades, dando impulso a novas formas de participação real no processo de comunicação e propiciando o exercício do direito social à informação como princípio do dever de informar” — afirmaram os 13 países na declaração final.

Os membros da ASIN são: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, Jamaica, México, Nicarágua — (a delegação deste país foi recebida com aclamação), Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname e Venezuela. Dentre eles, México, Guiana e Nicarágua tornaram-se membros plenos.

A presidência do encontro foi dada ao México e as vice-presi-

dências para Venezuela e Guiana. A próxima reunião deverá ser realizada em Caracas, aproximadamente dentro de um ano. A presidência e as vice-presidências formam o Comitê Permanente da ASIN. A secretaria de operações coube à Agência Interpress Service (IPS) e foram criadas duas comissões: uma formada pelo México, Equador, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Panamá e Suriname, para elaborar um projeto que estude a implantação e a regulamentação a nível mundial do Direito Internacional à Informação; e outra, integrada pelo México, Venezuela, Peru, Guiana, Colômbia, Nicarágua e Jamaica apresentará na próxima reunião um projeto sobre a possibilidade de se ampliar o raio de ação da ASIN, enriquecendo-a com acordos intertelevisão, inter-rádio, intereditorial e outros. Foi solicitada à secretaria de operações a elaboração de um trabalho de análise sobre o conteúdo das informações que circulam neste sistema, com periodicidade mínima de cinco vezes ao ano. A secretaria também foi encarregada de um estudo sobre a possibilidade de se dobrar o fluxo de informação do sistema ASIN, através de material para uso exclusivo dos governos e para os meios de comunicação. Também coube a esta secretaria a tarefa de fazer um boletim quinzenal para os países membros, e preparar cursos de aperfeiçoamento técnico para os jornalistas da ASIN.



A reunião do México, pelo nível das discussões e pelo êxito de ter integrado três novos membros, foi um marco na história da ASIN. Este organismo, composto por sistemas de informação governamentais latino-americanos, está buscando identidade própria e objetivos mais precisos para conquistar um espaço privilegiado nas comunicações do continente. A partir da última reunião esta meta ficou mais próxima da realidade.

Entre os convidados especiais que assistiram ao encontro, destaca-se o Diretor do Ilet (Instituto Latino-americano de Estudos Internacionais), Juan Somavia, cujos trabalhos foram considerados documentos oficiais da reunião, junto com os apresentados pela pesquisadora Raquel Salinas e pelo Coordenador-Geral de Comunicação da Presidência do México, Luís Solana. □

PANORAMA

TRICONTINENTAL

Tito: Um gigante do nosso tempo

Os funerais do marechal Tito reuniram em Belgrado uma virtual "assembléia da humanidade", como foi chamada aquela inédita concentração de líderes de 115 países: 33 presidentes da República, 5 reis e 5 príncipes, 8 vice-presidentes da República, 10 presidentes de assembléias nacionais, 21 chefes de governo, cerca de 100 presidentes de partidos progressistas ou revolucionários, 3 líderes de movimentos de libertação, 130 ministros, entre os quais 46 chanceleres, além de 500 jornalistas enviados especiais foram à Iugoslávia tributar sua homenagem a um dos grandes líderes do nosso tempo.

A adesão do povo às homenagens a Tito demonstrou mais uma vez o alto grau de apoio e a imensa simpatia que os iugoslavos lhe tributavam. Um cronista presente aos funerais os descreveu assim: "Os iugoslavos converteram os dias de luto nacional em um plebiscito imponente e único em favor da continuidade da política de Tito e em reconhecimento à sua grande obra."

Na verdade, não só os iugoslavos mas homens e mulheres de todo mundo têm motivos para prestar à memória do marechal Josip Broz Tito um ilimitado reconhecimento. Na Guerra, ninguém mais do que ele lutou arduamente. Além da liderança política do seu povo, da concepção da estratégia contra o inimigo nazista, foi ele próprio

um combatente, o único dos grandes líderes aliados a ser ferido em luta.

Com a paz, Tito dedicou-se a uma tarefa gigantesca, que era a da unidade dos iugoslavos, alvos históricos dos esforços imperialistas que retalharam a região balcânica. O marechal conseguiu unir as seis repúblicas que compõem a Iugoslávia de hoje (Sérvia, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Bósnia e Herzegovina, além das regiões autônomas de Voivodina e Kosovo) e converter o seu país num Estado unificado e de grande desenvolvimento político e econômico.

A escolha de um rumo próprio para o socialismo iugoslavo, com uma característica autogestionária, marcada pela direção operária, e um caminho independente no quadro internacional, foram pontos básicos da linha

ideológica de Tito. Em ambas as opções, enfrentou problemas internos e dificuldades externas, principalmente a oposição de Stalin, que lhe valeu um distanciamento da União Soviética.

Nos últimos anos, as relações entre os dois países melhoraram com o reconhecimento por parte de Moscou do direito dos iugoslavos de traçarem sua própria via socialista. A presença de Brejnev nos funerais de Tito pôs em relevo a importância e o respeito a que a atual liderança soviética tributa ao estadista desaparecido.

No campo internacional, Tito foi um dos incansáveis e combativos criadores, com Nasser e Nehru, do Movimento dos Países Não-Alinhados. Ao longo dessa longa caminhada, desde a reu-



O Presidente Tito

AMARONAS
TRICONTINENTAL

não pioneira de Bandung, na Indonésia, em 1956, até a conferência de Havana, o Movimento enfrentou problemas, divisões, incompreensões, hostilidades mas avançou, inclusive na sua busca de uma filosofia própria. Na última reunião cimeira, a de Cuba, Tito considerou *o não alinhamento como a via mais segura para a libertação dos povos*.

Ele soube superar divergências para manter a unidade do Movimento e esta é seguramente uma das suas maiores contribuições a consolidação desse imenso e por vezes contraditório conglomerado de nações, mas que se mantêm unidas pela sua oposição aos blocos e pela decisão de encontrar os caminhos de um desenvolvimento independente.

Muito se escreverá sobre esse guerrilheiro que se transformou num dos maiores estadistas do século. É possível que nem todas as opiniões lhe sejam simpáticas, mas ninguém pode desconhecer a extraordinária contribuição que, em diferentes campos, Tito deu ao processo de emancipação dos povos e de sua libertação da tutela imperialista.

Sobre o futuro da Iugoslávia, as estruturas que Tito deixou são sólidas. "Unanimemente e por nossa livre vontade nos decidimos pela política de Tito e por seu caminho, o socialismo autogestionário no desenvolvimento nacional e a política de não-alinhamento e da independência nacional nas relações internacionais", disse o presidente substituto da Iugoslávia, Lazar Kolisvski. "É este o único apoio ao nosso futuro", sublinhou o presidente em exercício da Liga dos Comunistas, Stevan Doronjski.

Contra os privilégios

☐ Tudo está pronto no Sri Lanka para cortar os privilégios de muitos burocratas cuja preocupação principal é a de viajar pelo mundo em vez de contribuir para o desenvolvimento, declarou o Ministro do Desenvolvimento e Investigação Agrícola do país, E.L. Senanayake, a um jornal de Colombo, capital do país.

O ministro afirmou que a maioria dos funcionários que tem viajado para o exterior, a fim de participar de seminários e cursos de extensão, não tem apresentado sequer um informe que contribua para o desenvolvimento do país. A maior parte da assistência externa ao Sri Lanka está dedicada à agricultura e o setor agrícola destina somas consideráveis a bolsas para que funcionários e tecnocratas se formem no exterior. Mas a contribuição deles ao desenvolvimento agrícola é imperceptível, afirmou o ministro, sugerindo que logo seriam tomadas medidas contra elas.

Neocolonialismo no Chade

☐ O Chade, um dos membros da Antiga África Equatorial Francesa, é um dos países mais pobres do continente africano e está entre os 25 mais subdesenvolvidos do mundo. A renda per capita anual é de cerca de 6.000 cruzeiros e o índice de analfabetismo supera os 93%.

Atualmente, o principal produto de exportação do país é o algodão, mas recentes descobertas de petróleo poderão, se confirmadas, transformar a economia chadiana.

O país é teoricamente independente desde 1960, mas, na verdade, continua sob ocupação francesa. Um poderoso movimento de libertação, o Frolinat (Frente de Libertação do Chade) foi, em determinado momento, um alerta de esperança, pela sua luta contra o neocolonialismo, mas os serviços franceses de inteligência têm conseguido dividi-lo, desintegrando todo esforço de resistência nacionalista.

A existência de petróleo explica essa política do governo francês: estimula a luta armada entre grupos e partidos nacionalistas, que, na prática, defendem contraditórios interesses das empresas francesas.

Curiosamente, o governo da França mostrou grande indignação contra a presença de tropas soviéticas no Afeganistão e desaprovou a invasão do Irã pelos pára-quedistas norte-americanos. Mas nada diz em relação a ostensiva presença de tropas regulares francesas no Chade, que vive sob regime neocolonial, dominado pelo governo do presidente Giscard D'Estaing.

Colômbia: A operação do M-19



□ O episódio da ocupação da embaixada da República Dominicana em Bogotá, com o conseqüente seqüestro de um elevado número de diplomatas, terminou como era esperado: um longo e difícil período de negociações e um resgate que, embora não se conheça o montante, acredita-se que tenha sido muito elevado, não inferior a cinco milhões de dólares.

As reivindicações iniciais do M-19, o movimento guerrilheiro que realizou a operação, compreendiam, entre outras condições, a libertação de um certo número de presos políticos, exigência a que o governo colombiano se opôs firmemente, alegando não só questões de princípios, mas razões legais, pois os detidos já teriam passado à órbita da justiça.

Nesse tipo de operação, normalmente, as exigências formais são bem maiores do que as levadas à mesa de negociações. No caso colombiano, tudo indica que um dos objetivos fundamentais do movimento revolucionário

era uma denúncia em escala mundial do que se passa na Colômbia, onde um dos sistemas repressivos mais duros da América Latina transforma em um jogo meramente formal o caráter democrático do sistema dominante no país.

Essa denúncia alcançou uma amplitude sem precedentes e obrigou o governo colombiano a permitir que instituições internacionais de defesa dos direitos humanos, como a Anistia e a Cruz Vermelha, tivessem acesso às prisões, segundo solene compromisso do governo. Sabe-se que nessas prisões, as condições são extremamente desumanas. Agora, os julgamentos dos revolucionários e dos opositores ao regime deverão contar com uma assistência judiciária que, na prática, lhes havia sido negada. Exigiu-se também um sistema carcerário mais humano.

Para o desenlace positivo do episódio contribuíram muitos fatores, entre os quais as pressões internacionais sobre o governo do presidente colombiano

Turbay Ayala, a disposição negociadora dos guerrilheiros, além da conduta correta e hábil dos embaixadores seqüestrados. A nota dissonante da fuga do embaixador uruguaio, Fernando Gomez Fyng, criou aos demais diplomatas uma situação adversa, que logo foi contornada, quando ficou demonstrado que sua atitude não contou com solidariedade dos prisioneiros. O governo uruguaio, que anda muito carente de motivações para melhorar sua imagem externa, tentou fazer do seu embaixador um "herói", mas essa não é a opinião dos diplomatas que ficaram na embaixada. O embaixador brasileiro, Geraldo Eulálio Nascimento e Silva, foi muito claro a respeito quando disse que o representante do governo uruguaio era um "calhorda" (pessoa desprezível, ordinária, segundo o Novo Dicionário Aurélio).

— Ele colocou em risco nossas vidas, mas nós ficamos livres dele. Era o único que não colaborava e era um chato — afirmou.

Não se deve esperar que a prova de força e organização dada pelo M-19 e as simpatias com que conta na opinião pública colombiana tenham um efeito maior na mudança política nacional, num país dominado por uma oligarquia intolerante que divide o poder entre si, com a ficção de uma disputa entre conservadores e liberais, marginalizando e oprimindo a imensa maioria do povo. No máximo, o episódio foi uma dramática advertência internacional, revelando a gravidade da situação, na Colômbia, que exige do povo muita luta e uma permanente militância democrática para dias melhores.

Marrocos quer comprar armas do Brasil

□ Em visita ao Brasil, o primeiro-ministro do Marrocos, Maati Bouabid, afirmou que a posição brasileira favorável à autodeterminação do Saara Ocidental e a manutenção de conversações informais com a Frente Polisário revelam, talvez, uma desinformação da guerra que ali se processa. Ele considera o Marrocos agredido pela Frente Polisário, pela Líbia e pela Argélia. Portanto, deseja adquirir material bélico no Brasil.

O Governo brasileiro não respondeu a nenhuma das duas intenções do Marrocos: apoiar a sua guerra colonialista e supri-lo

de armas. No primeiro caso, o Brasil mantém relações cordiais com a Argélia e a Líbia e dificilmente compraria uma briga impopular com países do continente africano, onde tem hoje muitos interesses econômicos. No segundo caso, entretanto, nada se pode afirmar a respeito, uma vez que negociações deste tipo muitas vezes se fazem sigilosamente, envolvendo interesses econômicos que estão acima dos princípios de autodeterminação defendidos publicamente.

Evidentemente, as autoridades brasileiras não são desinformadas. E nem precisariam ter informações ou explicações do lado

marroquino para saberem dos interesses colonialistas do Rei Hassan II nas riquezas do Saara: enormes jazidas de fosfatos e a possibilidade de existência de petróleo, gás natural e urânio. No entanto, a resistência das forças da Frente Polisário superou todas as expectativas. O desgaste de uma guerra impopular e sem perspectivas de vitória já provocou a queda dos regimes mauritanos de Ould Daddah e Ould Salek. A guerra na Saara já absorve 45% do orçamento marroquino e o país enfrenta uma grave situação econômica, com uma dívida externa de cinco milhões de dólares e uma inflação acelerada.

Uganda: o golpe militar

□ O Presidente de Uganda, Godfrey Binaisa, foi deposto em meados de maio. A crise havia começado poucas horas antes quando o Presidente destituiu o Chefe do Estado Maior do Exército, Brigadeiro Oyiitte Ojok, e o nomeou Embaixador na Argélia. Ojok era um alto oficial do governo do Presidente Milton Obote e quando, em 1971, Idi Amin deu o golpe de Estado, ele se asilou junto com Obote.

O Brigadeiro Ojok havia regressado ao país comandando as tropas da Frente de Libertação de Uganda, um grupo politicamente consolidado no calor dos acontecimentos, durante a guerra que envolveu Tanzânia e Uganda, no segundo semestre de

1978, quando Idi Amin invadiu o seu vizinho e ameaçou anexar uma parte do território da Tanzânia.

A Frente de Libertação compreendia uns vinte grupos heterogêneos, que, apoiados pelas tropas do Presidente Julius Nyerere, desalojaram Amin do Poder. O exército se desintegrou na guerra e com a ajuda das tropas da Tanzânia o novo regime organizou um outro exército que a cada dia controla mais o poder.

Godfrey Binaisa desenvolveu um governo liberal e anunciou eleições nacionais para o mês de dezembro. Mas conseguiu que o Parlamento aprovasse a decisão de que nenhum candidato pode-

ria concorrer ao pleito representando seu próprio partido. Todos deveriam disputar as eleições integrados à Frente de Libertação. O Congresso Popular de Uganda (CPU) — partido de Obote — se opôs e denunciou a manobra como "ditatorial". Com a deposição de Binaisa, a linha defendida pelo CPU pode ter-se fortalecido, assim como a liderança de Obote. Sem dúvida, ainda é cedo para julgar as intenções do novo governo militar. Os próximos meses dirão se este golpe foi uma medida de fortalecimento do processo de redemocratização iniciado em Uganda depois da deposição de Amin ou se a democracia corre perigo, num novo retrocesso político para o país.

COLABORANDO COM O DESENVOLVIMENTO

dos países do 3º mundo, na recuperação de suas economias, na criação de riquezas utilizando racionalmente os recursos próprios, adaptando a tecnologia moderna às condições do país, nossa experiência é valiosa. Procure o

GRUPO CARBONAL

que no Brasil vem desenvolvendo uma tecnologia própria de serviços e produtos nas áreas de papel, manufaturados de papel e material de escritório.

PRODUTOS

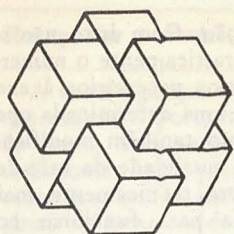
- PAPÉIS PARA IMPRIMIR E ESCRREVER
- PAPEL CARBONO
- PAPEL KRAFT
- PAPEL PARA EMBRULHO
- FORMULÁRIOS CONTÍNUOS
- PAPELÃO
- BOBINAS DE TELEX

SERVIÇOS

- PROJETOS DE UNIDADES GRÁFICAS COMPLETAS
- PROJETOS DE MÁQUINAS GRÁFICAS
- TECNOLOGIA DE PROCESSO NAS ÁREAS DE:
PAPEL
PAPEL CARBONO
FORMULÁRIOS CONTÍNUOS
ARTES GRÁFICAS



CARBONAL - COMPANHIA NACIONAL DE CARBONOS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 - JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - NORGRAF S.A. IMPRESSOS ESPECIALIZADOS DO NORDESTE - AV. SUL, 8831 - IMBIRIBEIRA - PE - TELS.: 326-9733 - 326-9700 - 326-9444 - CEP 50.000 - FÓRMULA S.A. FORMULÁRIOS CONTÍNUOS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 - JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - PAFISA - PAPÉIS FINOS DO NORDESTE S.A. - BR 101 - Km 29 - IGARASSÚ - PE - TELS.: 543-0372 - 543-0370 - 543-0547 - 543-0561 - CEP 53.600 - FÓRMULA LTDA. SERVIÇOS E MÁQUINAS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - BRASIL.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A exportação das “caixas pretas”

Quando países como o Brasil e a Índia ampliam suas presenças nos mercados do Terceiro Mundo, o problema do desenvolvimento de uma tecnologia própria se torna prioritário

Marcos Dantas

O Brasil vem se colocando, nos últimos anos, numa crescente e importante posição de exportador de tecnologia para os países do Terceiro Mundo, como ocorre com outros países emergentes, como a Índia. A Engenharia brasileira pode ser vista hoje em lugares tão distintos quanto o deserto da Mauritânia ou as selvas venezuelanas, existindo por parte de diversos organismos do governo brasileiro preocupação de identificar a todo o instante novas oportunidades para exportação de “serviços”, como projetos, *know how* e mesmo obras.

Para os países do Terceiro Mundo onde essa tecnologia brasileira vem sendo oferecida haveria vantagens em adquiri-las, sobretudo devido a uma sempre sugerida aproximação econômica, social e cultural do Brasil para com esses países. Afinal, o gigante sul-americano é um país tropical, periférico, que estaria, com êxito, enfrentando os problemas

comuns de subdesenvolvimento. Tratar-se-ia, fundamentalmente, de transferir para outros países subdesenvolvidos a tecnologia brasileira de superação do subdesenvolvimento.

Para o Brasil, as vantagens são ainda maiores. Está abrindo mercado para colocação de equipamentos fabricados no país que não encontram compradores no reduzido mercado interno, está oferecendo serviços para suas firmas de engenharia que igualmente sofrem limites físicos para se expandirem no país e, por fim, está estreitando laços políticos e diplomáticos com distintos governos, o que muito interessa à geopolítica atlântica de Brasília.

É inegável o fato de ter o Brasil atingido um grau de desenvolvimento tecnológico ímpar entre os países situados abaixo do Equador. Entretanto, longe de ser um país basicamente exportador de tecnologia, como o são as nações desenvolvidas, o Brasil é um país importador, apresen-

tando um elevado deficit na balança comercial do setor. Daí que a tecnologia que exporta é sobretudo referente a áreas econômicas tradicionais, sendo o caso mais notório, a construção civil. Em muitas outras áreas, como petroquímica e eletro-eletrônica, o país ainda está absorvendo tecnologia estrangeira, embora esteja nos seus planos vir a reexportá-la tão logo seja possível.

Tecnologia e dependência

A questão do desenvolvimento tecnológico nunca foi alvo de prioridade por parte do governo brasileiro ou mesmo por parte da própria sociedade brasileira. Nas primeiras fases daquilo que se convencionou chamar “período desenvolvimentista”, a maior preocupação nacional era o controle das fontes de recursos naturais, o que resultou na exitosa campanha de criação do monopólio estatal do petróleo (1954).

Posteriormente, já sob o regime militar implantado em 64, cunhou-se uma espécie de "ideologia" do controle nacional sobre as indústrias mais importantes, fixando-se uma norma nunca formalizada em lei de se considerar "indústria nacional" toda aquela que tivesse no mínimo 51% de capital de propriedade de brasileiros.

Existe, contudo, uma generalizada convicção — da qual Samir Amim é um dos mais importantes teóricos — de serem as relações tecnológicas entre as nações, hoje em dia, fundamentais para a definição dos padrões de dependência. Isto quer dizer que a dominação estrangeira sobre um setor industrial ou mesmo sobre toda uma estrutura econômica, depende menos da presença de capital estrangeiro naquele setor ou nessa estrutura e mais do vínculo tecnológico criado entre um "exportador" de tecnologia e um "importador" de tecnologia. Uma empresa com 100% de capital nacional mas que adquira tecnologia no exterior para fazer funcionar sua linha de produção, estaria assim tão dominada pelo capital estrangeiro — ainda que de forma mais sutil e eventualmente menos conflituosa — quanto outra com 100% de capital internacional.

Do ponto de vista conceitual, tal fenômeno se explica pelo próprio papel da tecnologia num sistema produtivo capitalista oligopolizado. O economista brasileiro Ricardo Tolipan demonstra que, neste sistema, a tecnologia serve sobretudo para reforçar a dominação dos grandes grupos oligopólicos que reúnem massas de capital necessárias às novas pesquisas que podem programar a obsolescência de técnicas recém descobertas e até mesmo orientar a difusão de novos processos produtivos. Daí que "uma das características que guarda a tecnologia, ao ser monopolizada, é que o processo de sua di-

fusão é simultaneamente um processo de participação na propriedade dos capitais, através da sua incorporação aos capitais que a produzem e, em muitos casos, de controle dos primeiros pelos segundos". O exemplo da petroquímica brasileira, na qual o fornecimento de tecnologia dá às multinacionais propriedade sobre um terço do capital, é, sob este ponto de vista, cristalino.

As "caixas pretas"

Outro aspecto importante da monopolização da tecnologia refere-se às modificações nos próprios padrões de trabalho. Na verdade o capitalismo monopolista logrou automatizar os processos produtivos, superando a



mecanização. Com isso, não só reduziu drasticamente o número de operários necessários à execução de uma determinada operação como também modificou a própria qualidade da mão-de-obra, agora tecnicamente mais qualificada para funcionar como *controladora* da produção. Essa questão é essencial para os países do Terceiro Mundo que, sabidamente, necessitam intensificar o emprego de mão-de-obra e não poupá-la.

O que se observa no Brasil é uma virtual ausência de domínio sobre essa tecnologia automatizada. Nesses casos, a indústria brasileira geralmente compra projetos prontos e acabados — as *caixas pretas* — de firmas internacionais que cuidam de sua implantação, entregando as instalações ao empresário que as encomendou prontas para operação. Em muitos casos, pode ocorrer o repasse às firmas nacionais de engenharia de serviços de detalhamento do projeto, o que acarretará um certo nível de encomendas, no mercado interno, de componentes secundários da instalação a ser implantada.

O desenvolvimento autônomo desse tipo de tecnologia no Brasil é altamente problemático. Conforme observa o ex-ministro brasileiro Mario Henrique Simonsen, uma grande corporação multinacional pode empregar mil pesquisadores e, certamente, obterá de algum deles um novo ganho tecnológico que lhe garantirá remuneração para o investimento feito com os demais 999. Uma empresa brasileira, entretanto, no máximo, pode pensar em empregar um pesquisador, cujas chances de êxito são extremamente aleatórias, como é óbvio. Logo, para o empresário nacional sai muito mais barato importar uma *caixa preta* do que investir na geração de tecnologia, ainda que esteja, a partir daí, colocando-se sob sutil domínio das grandes corporações estrangeiras.

Reexportar o modelo

A tecnologia que o Brasil vem exportando é, portanto, em grande parte, uma tecnologia mais tradicional, cujo preço, muitas vezes, já se coloca em faixas marginais de interesse do grande capital internacional. Pode-se mesmo levantar a hipótese de estar o Brasil servindo para prolongar o ciclo de vida de determinadas tecnologias já esgotadas nos países centrais.

O Brasil muito dificilmente exporta tecnologia de ponta. Quem dispõe dela no país são as subsidiárias das multinacionais que, certamente, não irão concorrer com suas matrizes nesse tipo de comércio.

Então, sobra ao Brasil exportar tecnologia menos dinâmica, ou melhor dizendo, exportar serviços que incorporem tecnologia nacional sem, contudo, exportar efetivamente a tecnologia neles embutida. Repete-se, em relação aos países menos desenvolvidos que o Brasil, o mesmo fenômeno da *caixa preta*, do qual o Brasil é vítima. Assim, a Maurítânia construiu com tecnologia brasileira uma estrada de rodagem cortando o país do norte a sul. Dificilmente, porém, terão os mauritanos aprendido a construir uma rodovia de forma a poder dispensar a contratação de outra empresa estrangeira quando um novo projeto do mesmo porte se fizer necessário naquele país.

Por outro lado, essa tecnologia embutida nos serviços que o Brasil exporta plasmou-se no próprio modelo de desenvolvimento brasileiro. Trata-se de um modelo inspirado nos países capitalistas centrais, daí ser seu mais dramático resultado esse tipo de sociedade na qual convivem um sudeste brasileiro de padrões de renda, consumo e cultura bem próximos aos padrões setentrionais com um Nordeste e um Norte mergulhados

na mais negra marginalização social e cultural.

Do ponto de vista tecnológico o modelo brasileiro, por ser importador, pouco avança no sentido de aproveitar os recursos mais abundantes da nação: a falta mão-de-obra e as riquezas naturais. Na medida em que opta pelo desenvolvimento do *capital intensivo*, vê-se, naturalmente, na condição de importador de capitais, recurso este realmente escasso.

Os exemplos dessas distorções são facilmente identificáveis. A siderurgia brasileira, por exemplo, construída sobre tecnologia americana e japonesa, impõe ao país pesadas importações de carvão mineral de "alta qualidade", embora o carvão "pobre" do Rio Grande do Sul ou o inesgotável babaçu (1) do nordeste possam atender muito bem à siderurgia, desde que os processos lhes sejam convenientemente adaptados.

Quanto à pouca capacidade de absorção de mão-de-obra pelo sistema industrial brasileiro, as favelas e mocambos (2), que crescem em torno das grandes cidades do país, são um exemplo eloquente.

É necessário que, de fato, se evite tentar incorporar os "importadores de tecnologia" ao mesmo modelo de desenvolvimento experimentado pelo nosso país nos últimos 25 anos. É um modelo que privilegia as aspirações de uma classe média ascendente e cosmopolita capaz de internalizar no Terceiro Mundo os padrões sociais e culturais dos países desenvolvidos, sem possibilitar, porém, a penetração desses padrões junto às camadas populares e trabalhadores. Estas são mantidas à margem do processo.

(1) o babaçu é uma espécie de coco do qual se pode fazer um excelente coque siderúrgico, superior mesmo ao coque de carvão europeu.

Uma tradição nacionalista

Talvez, o que mais pudesse interessar aos importadores de tecnologia brasileira seria não a compra de *caixas pretas* mas sim o conhecimento de como um segmento secundário da comunidade tecnológica nacional reage ao processo importador e tenta maximizar o emprego de recursos disponíveis no país. É certo que, para tanto, o Brasil dispõe de algumas vantagens específicas, tais como as dimensões de seu território, a diversidade de recursos energéticos, o potencial e tradição internacional da agricultura, etc. A população universitária, em que pese a grave crise atravessada pelo ensino nacional em todos os níveis, atinge a 1,8 milhão de estudantes, o que não deixa, também, de representar uma força de pressão.

Esses ingredientes sustentam uma tradição nacionalista que, no campo tecnológico, realiza-se em duas frentes: buscando, quando possível, forçar as multinacionais a abrir suas *caixas pretas*, e tentando, também quando possível, desenvolver independentemente uma nova tecnologia. No primeiro caso, cabe o exemplo da indústria de computadores onde se logrou impedir a entrada da superpoderosa IBM no mercado interno, na faixa de máquinas pequenas (as mais procuradas), possibilitando à empresas nacionais, associadas a multinacionais de menor porte, projetar e construir no Brasil minicomputadores e mesmo componentes semicondutores. No segundo caso, está em curso uma rica experiência de substituir internamente o consumo do petróleo, como combustível de motores, pelo álcool, com base numa tecnologia inteiramente desenvolvida no país há mais de 30 anos. □

(2) favelas e mocambos são nomes dados a aglomerações residenciais miseráveis.

Disco alternativo

Um grupo de artistas brasileiros se organiza numa cooperativa para enfrentar as multinacionais e manter a tradição cultural do seu país. Chico Mário de Souza, músico e compositor, nos conta como nasceu a idéia e como a cooperativa está organizada hoje

Micaela Ramada



Chico Mário de Souza: contra as multinacionais do disco

A pesar da censura e do controle das multinacionais, a música popular brasileira nunca deixou de se desenvolver. No entanto, somente nos últimos anos os artistas e compositores despertaram para uma nova realidade: produzindo seus próprios discos eles podem dirigir suas mensagens com mais liberdade, criando, assim, uma alternativa real aos circuitos de produção e distribuição controlados pelas multinacionais. Num movimento que começou a partir de experiências individuais e do qual já surgiu a Cooperativa de Músicos do Rio de Janeiro, o disco alternativo se introduz no meio musical e conquista um espaço para as verdadeiras expressões da cultura brasileira.

Nesta entrevista, Chico Mário de Souza, economista e engenheiro "à força", mas músico por vocação, descreve o processo que hoje explode no meio artístico de seu país, relata as pressões exercidas pelas multinacionais do disco para limitar os compositores e afirma que junto com a imprensa nanica (1), e com os poetas e escritores que se lançaram à confecção de seus próprios jornais e livros, os artistas do disco alternativo também participam ativamente da abertura cultural que atualmente vive o Brasil.

Gostaríamos que você nos explicasse como surgiu este processo de produção do disco alternativo.

— O caso da música sertaneja (2) é diferente do da música erudita e música popular. A música sertaneja sempre esteve à margem das multinacionais. Os cantadores da música rural sempre fizeram seus próprios discos. iam a um estúdio, gravavam e saíam cantando e vendendo de cidade em cidade. Essa é a tradição dos violeiros e dos trovadores. As gravadoras médias brasileiras trabalham com a música rural, do interior, e se mantêm à margem do processo a que vou me referir. No caso da música erudita, a produção do disco alternativo começou mais ou menos em 1976, quando um músico clássico daqui do Rio de Janeiro, que toca fagote, Noel Devos, francês radicado no Brasil, produziu um disco independente, o prensou e saiu vendendo. Conseguiu colocar inicialmente 500 discos no mercado e, mais tarde, outros 500. A partir daí, outros artistas começaram a imitá-lo. Na música popular, o pioneiro foi Antônio Adolfo. Ele tinha vários sucessos antigos gravados. Participou de festivais. Mas depois começou a se sentir mutilado, sem poder produzir como queria. Suas músicas ninguém queria gravar. Ele, então, alugou um estúdio, juntou alguns músicos amigos e gravou e prensou o disco. Contratou um profissional para vendê-lo, mas não conseguiu bons resultados. Resolveu sair pessoalmente, de loja em loja, viajando por todo o Brasil. E assim já vendeu mais de quinze mil discos. Antônio Adolfo despertou a consciência de que era possível romper o boicote das multinacionais. Outros o seguiram: Danilo Caími — filho de Dorival Caími —, Luli e Lucinha

etc. E os segredos dos trabalhos eram passados para outros compositores: como fazer a capa, em que estúdio gravar, quantos discos imprimir, onde e como vender. E assim o movimento foi se expandindo.

Nasce a Cooperativa

Este processo ainda se desenvolve em pequena escala, mas a meta é oferecer uma alternativa em relação as gravadoras multinacionais. Quais são as perspectivas nesse sentido?

— Começamos em pequena escala, mas já não é tão pequena. Agora foram lançados vários discos: dentre eles, um da “Barca do Sol”, outro do “Boca Livre”, um grupo vocal que já vendeu 40 mil cópias em cinco meses. Ambos conseguiram um importante apoio da televisão. O disco que eu fiz, “Raízes”, também vendeu bastante. Então decidimos nos organizar numa associação. Mas como as associações não têm muita proteção, preferimos criar um departamento do disco alternativo dentro da Cooperativa de Músicos do Rio de Janeiro, que também foi fundada recentemente. Na Cooperativa estamos organizando um departamento de vendas, produção, distribuição, etc. Vamos produzir não só música popular, mas também música sertaneja, erudita, folclore, música instrumental.

Quantos músicos fundaram a Cooperativa?

— Somos duzentos músicos e compositores fundadores. Estamos nos organizando para importar instrumentos, dar cursos aos músicos e apoiar o disco alternativo. Estamos reunindo os arquivos pessoais de cada um — preparados quando saíamos distribuindo nossos discos por aí — para colocá-los a serviço da Co-

operativa. Assim, esperamos vender com maior eficiência. O curioso é que já conseguimos abrir uma brecha nas gravadoras. Os artistas que ainda gravam com elas estão tendo agora mais liberdade, principalmente na escolha do repertório, incluindo mais músicas brasileiras. Houve uma época que era só música importada. Como quase todas as gravadoras são multinacionais, elas trazem pronta a matriz do disco norte-americano. É música de segunda qualidade. Trazem o fotolito e, assim, não pagam ao compositor brasileiro, nem aos arranjadores. Só têm que pensar o disco e isso sai muito mais barato. Normalmente não venderiam nada, porque além de ser outra língua, os estilos são diferentes dos nossos. Mas fazendo o disco independente, descobrimos que as gravadoras pagam às rádios para que toquem seus discos. O rádio se transformou no alto-falante das gravadoras, mediante suborno. Todos os meses alguns programadores recebem dinheiro para tocar determinados discos. Eles dizem: “toquem esta música 20 vezes por dia, esta outra 10” e assim por diante. Música brasileira tocam pouquíssimo. Então as rádios vão tocando e fazendo enquetes de popularidade. Colocam as músicas nas telenovelas — porque aí também há suborno — e todo mundo começa a comprar o disco, proporcionando um grande lucro às gravadoras.

Mas elas contratam músicos brasileiros?

— Muitas vezes contratam músicos brasileiros, gravam um disco, mas só o fazem para descontar o imposto dos discos importados. Comprovando pagamentos a músicos brasileiros e a utilização de materiais brasileiros, a gravadora fica isenta desse imposto. Muitas vezes, elas nem

sequer lançam os discos e continuam impondo a música importada. O disco independente é uma resposta a isto. Agora, eles sentem que há uma parte do mercado que não está satisfeita com essa política. Começam a se preocupar. Por isso, muitas gravadoras já fizeram um selo de música brasileira, de música instrumental, que antes não tinham. E nós vamos crescendo, com uma produção média de cinco discos por mês.

O Artista como Negócio

Existem artistas brasileiros que conseguiram uma boa penetração apesar (ou por isso mesmo) de gravarem com as grandes multinacionais. Seria o caso de Roberto Carlos, de Maria Bethânia e, em certa medida, também de Chico Buarque. Como você os definiria?

— São artistas que frente às gravadoras não têm independência e nem estão livres para fazer o que querem. Sofrem restrições. Quando Bethânia sai com um novo disco, 540 mil cópias já estão vendidas. A gravadora investe nela como um bom negócio. Se ela quisesse fazer um tipo de música engajada, sofreria restrições na medida em que afetasse o lucro da gravadora. Como Bethânia fez muito sucesso em festivais — isto fica mais claro no caso de Chico Buarque — e já havia se imposto quando a gravadora a contratou, ela tem uma certa margem de manobra, apesar de relativa. A gravadora tem produtores que ajudam o artista escolher o seu repertório. Outra pessoa faz as capas do disco. Essa máquina toda existe porque o artista não passa de um produto para a gravadora. Esta situação é que nos levou a fazer o disco independente. Antônio Adolfo teria tanto êxito quanto

eles. Mas preferiu o disco independente porque todos esses contratos iam lhe restringindo a possibilidade de criar e de participar do processo político. Chico Buarque consegue colocar sua mensagem porque luta com a gravadora, muda para outra etc. Bethânia muito menos. E Roberto Carlos é um boneco nas mãos da CBS. Ele assina seus contratos em dólares com a CBS matriz, nos Estados Unidos, e grava lá. E essa é uma forma de enviar para os Estados Unidos o dinheiro que se ganhou aqui. Para pagar estúdios e músicos lá, a multinacional envia o dinheiro que ganhou aqui vendendo os seus discos. Roberto Carlos é um grande negócio: ele não tem nenhum compromisso com a cultura brasileira como tem o Quinteto Villa

Lobos ou o Quinteto Violado ou o disco que eu fiz, onde procuro investigar a música barroca mineira (3) do século XVII. A meu ver, Roberto Carlos adaptou mal a música dos Beatles — e muito mal porque eles têm ótimas composições. E vende isso com lucros incríveis para a CBS. Quanto mais rebelde é o artista, mais liberdade conquista para poder falar da realidade, das dificuldades do povo na América Latina.

A Abertura Cultural

Este movimento está ligado ao processo de abertura que se dá hoje no Brasil no plano político?

— Quando nós começamos não havia abertura. Trabalhamos num meio completamente domi-



Chico Buarque: brigar para ser respeitado

(1) Imprensa alternativa. Pequenos jornais que surgiram no Brasil durante o período de ditadura, buscando furar o bloqueio da censura do Governo e da autocensura dos grandes jornais.

(2) Música rural brasileira.

(3) Do Estado de Minas Gerais.

nado por um cartel de multinacionais apadrinhadas pelo Governo. Forçamos a abertura, nada nos foi doado. Os que estão nisso, de certa forma, são os músicos mais lúcidos. E artistas como Chico Buarque e Milton Nascimento também colaboram com nossos discos.

Quais as definições do movimento no plano político?

— Como no princípio o objetivo era somente quebrar o monopólio das multinacionais e forçá-las a gravar coisas brasileiras, o movimento hoje ainda não tem uma coerência e nem está unido ideologicamente. O que há em comum é uma criação musical brasileira, com letras que falam da realidade sem passar pela censura da gravadora ou pela censura do regime, que ainda existe, apesar de mais branda. No entanto, à medida que as pessoas vão entrando no movimento começam a sentir que podem refletir a realidade com mais força. Por exemplo: no meu disco falo das multinacionais do ferro e do ouro, que exploram os metais a preço de banana (4). E sugam as pessoas e os minérios. Falo também do mineral atômico, do urânio, que eles levam a troco de comida. Existe um convênio entre uma firma norte-americana e uma Municipalidade em Minas Gerais, que troca areia monazítica por comida. O grupo "Boca Livre" também faz uma música mais consciente, assim como Aline. São os músicos mais comprometidos que impulsionam este tipo de trabalho. E assim chegamos ao caso dos muitos músicos e compositores que estão no pedestal, metidos dentro de uma multinacional, ajudando a explorar nosso povo e a descaracterizar a cultura brasileira, mas que pouco a pouco estão começando a ajudar-nos. E, à medida que ficarmos mais fortes, é mais

provável que eles se juntem ao nosso trabalho.

Ir às Fontes para criar algo atual

Quando vocês falam de 'fazer uma investigação das raízes da cultura brasileira', particularmente da música, o fazem no sentido de documentar a riqueza que se transmite de forma oral, de geração em geração ou mais como uma fonte para a criação artística no trabalho de vocês?

— Há quem faça investigação do folclore brasileiro para gravar como documento, como é o caso do trabalho de Marcus Pereira. Mas nossa linha de trabalho é fazer investigação para criar uma música atual, com elementos harmônicos de hoje e elementos de harmonia e sons tradicionais. Fazer uma coisa atual com raízes brasileiras. Temos conseguido penetrar em algumas rádios, apesar do boicote. A medida que vamos avançando nas nossas investigações surge também a preocupação de fazer uma música documento. De gravar nosso folclore. Nós estamos nos propondo a gravar dois discos por ano de música erudita brasileira. Temos, assim, atualmente, duas linhas de trabalho: a da música documento e a da música moderna com raízes brasileiras, para fazer concorrência às multinacionais e tentar desbancá-las".

Este movimento musical tem algum vínculo com o processo que fez surgir a imprensa nanica?

— Foi o "Pasquim", dentro da imprensa nanica, que demonstrou que havia um espaço; que não teríamos que aceitar necessariamente os veículos oficiais de comunicação; que poderíamos criar meios alternativos. Depois do "Pasquim" surgiram outros. Foram um pouco a vanguarda da consciência. Uma mensagem.

Surgiu também o livro alternativo. Os poetas e os escritores engajados começaram a editar seus próprios livros com tiragens limitadas de mil, dois mil exemplares. Centenas de livros apareceram, mas os autores ainda não estão organizados. Nós, ao contrário, com a criação de uma cooperativa vamos avançando, provocando repercussão na imprensa e nos outros meios de comunicação.

E no campo das artes plásticas?

— A situação é mais difícil porque são os consumidores mais sofisticados, da classe alta. Mas ainda assim conheço alguns artistas que fizeram um movimento no SESC (Serviço Social do Comércio) e em outras instituições para vender suas obras a preços mais baratos. A imprensa nanica, por outro lado, apoiou muito este tipo de movimento. O disco alternativo, como a imprensa nanica, é uma forma de resistência da cultura brasileira. Uma resistência que sempre existiu, mas que passou por uma longa fase em que todos nós ficamos calados, aguardando os acontecimentos em atitude passiva. A gente estava sob uma repressão violenta. Era a fase dos desaparecidos, dos assassinatos, dos exilados — externos e internos —, da tortura. O movimento veio de dentro para fora. Era um trabalho tipo catacumba. O artista, o escritor, o jornalista sentiam a repressão, tinham as portas fechadas nas gravadoras, nas editoras, nos grandes jornais. O que fazer? A resposta foi criar os nossos próprios meios de expressão. Assim surge o alternativo.

Vocês tentaram se ligar a movimentos semelhantes de outras partes da América Latina ou do Terceiro Mundo?

— Tivemos contato com a Cooperativa de Ação Cultural de Portugal. Eles fizeram vários discos utilizando o folclore portu-

guês, criando letras engajadas. No futuro vamos assinar um convênio para distribuir seus discos aqui e eles distribuírem nossos discos na Europa. Estamos tentando saber onde existem outros movimentos deste tipo para entrar em contato com eles. E também com instituições que possam nos ajudar e apoiar. É muito difícil montar uma infraestrutura para competir com as multinacionais. Em particular, estamos interessados em conhecer o trabalho de nossos companheiros artistas africanos de língua portuguesa, que sabemos que desenvolvem um trabalho interessante neste sentido.

Como vocês pretendem organizar a distribuição?

— Formamos comissões na Cooperativa para venda e distribuição, para assessoramento do trabalho, para apoiar o artista que não conhece as técnicas de gravação — tudo isso para que seu disco seja realmente bom e competitivo. Essas comissões são encarregadas de divulgar e distribuir o nosso trabalho.

O Fruto do Trabalho

Em geral os artistas — exceto os bem pagos pelas gravadoras — têm problemas econômicos que limitam ou mutilam a sua produção. A Cooperativa tem alguma forma de ajudá-los?

— O disco alternativo é a melhor forma de ajudá-los. Muitos artistas, apesar de serem contratados pelas gravadoras, estão optando pelo disco alternativo porque rende mais ao compositor e ao intérprete do que se gravassem com uma multinacional. Vejamos um exemplo: para fazer meu disco tive que pedir um em-

préstimo a um banco. Gastei 220 mil cruzeiros (5) para fazer 3 mil discos e ganhei 300 mil cruzeiros. Em oito meses todo o dinheiro que investi retornou às minhas mãos. Já Aldyr Blanc, que grava com João Bosco, vendendo 30 mil discos não ganhou isso. Ele ganhou 60 mil cruzeiros de direitos autorais. Quer dizer, vendendo dez vezes mais do que eu, ele ainda ganhou menos. O artista começa a compreender que sendo dono de sua produção ele pode ganhar muito mais do que gravando nas multinacionais, que, inclusive, vendem a maior parte dos discos sem comprovante de venda, sem contabilizar essa venda e, portanto, burlando os impostos e lesando o artista e o autor.

Como aconteceu a sua iniciação na música?

— Com dez anos tocava violão e compunha, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Eu pertencia a um grupo de música de Ouro Preto(6) que se reuniu para tocar serenatas, modinhas mineiras etc. Daí saíram Milton Nascimento e outros artistas. Depois fui para São Paulo e comecei a dar aulas de música. Lá me fizeram a primeira proposta. Uma gravadora queria me contratar, mas para fazer música por encomenda. Não aceitei. Resolvi dedicar-me a outra coisa. Fiz economia e depois engenharia de sis-

temas. Fui trabalhar com computadores. Mas sempre continuei tocando, compondo e estudando violão clássico. Por não querer vender-me fiquei exilado da música durante 15 anos. Quando vim para o Rio tive outra proposta, mas no mesmo sentido. Foi então que resolvi fazer meu próprio disco. Isso foi em 1979. E me abriu uma perspectiva incrível. Teve muita repercussão. Vimos que o desejo do público não é o que as gravadoras oferecem. Fiz *shows* em Brasília e Curitiba promovidos por instituições locais. Gente que eu nunca tinha visto se oferecia para vender meus discos. Em São Paulo, uma só pessoa vendeu 200 discos entre seus amigos.

Você se define hoje como músico e compositor ou como engenheiro?

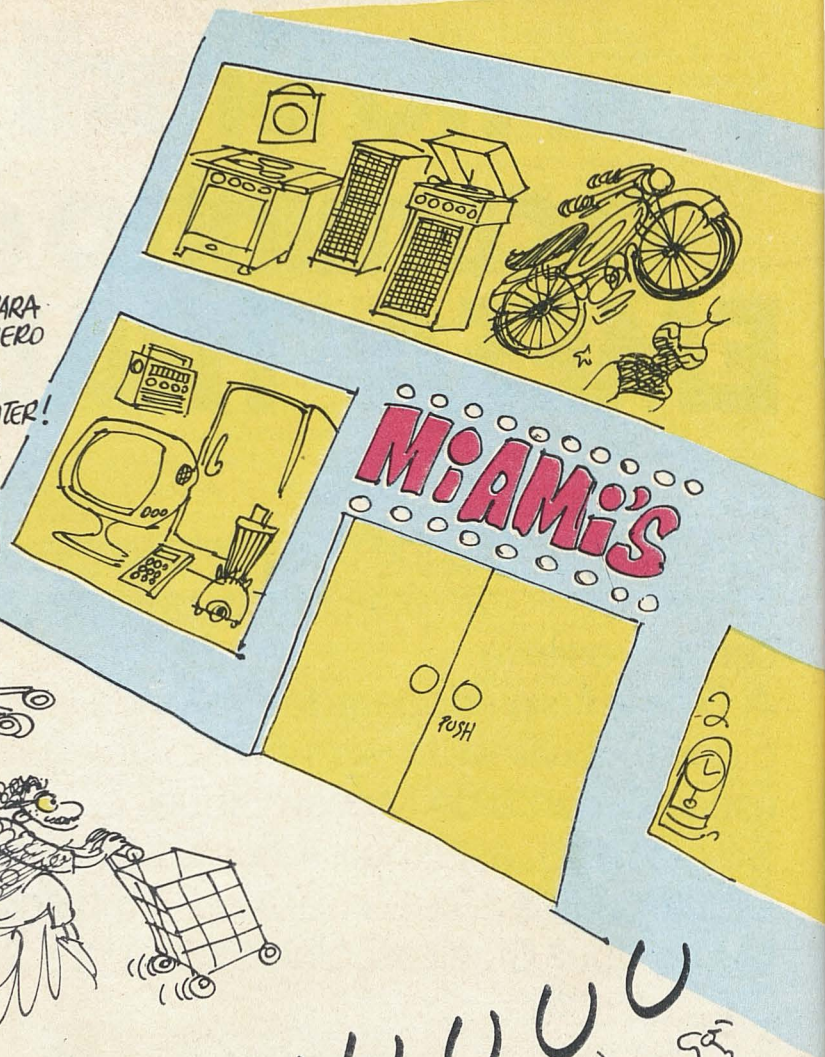
— Eu sou realista. Trabalho com computadores para sobreviver e faço música porque sinto. Os computadores me asseguram a independência. Agora estou fazendo o meu segundo disco chamado "*Revolta dos Palhaços*". Participaram vários compositores, como Chico Buarque, Aldyr Blanc e outros. É a história da indignação do povo brasileiro (usei os *palhaços* no bom sentido, gente alegre, sempre vendo a vida com otimismo). Fala dos roubos nos cargos públicos, dos altos funcionários e seus comportamentos na vida política. Ele trata também da ilusão e da facilidade com que se manipula o povo brasileiro. Eu acho que o nosso povo é como uma panela de pressão: está em ebulição, mas o processo é lento. Nisso se baseia o disco. Minha intenção é mostrar o problema do tempo. E que devemos estar alerta, que tenhamos cuidado para não retroceder. É um alerta ao povo brasileiro que é tratado, a meu ver, como uma criança e não questiona o seu papel. □



Roberto Carlos ganha em dólares e não divulga a cultura brasileira

- (4) Barato. Preço muito abaixo do real valor do produto.
- (5) Cr\$ 49,00 = 1 dólar
- (6) Cidade histórica no Estado de Minas Gerais

MAIS UM QUE
SE ASILA!
SOBE AGORA PARA
11.583 O NÚMERO
DE CUBANOS
ASILADOS NO
SHOPPING CENTER!



BUUUUUUUUU

Heugel

